

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	20
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	36
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	196

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	197
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	199
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	201

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.833
Preferenciais	2.833
Total	5.666

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2017	Dividendo	26/02/2018	Ordinária		3,18299
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2017	Dividendo	28/02/2018	Preferencial		3,50129
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2018	Ordinária		2,92835
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2018	Preferencial		3,22119
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2018	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2018	Ordinária		0,07633
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2018	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2018	Preferencial		0,08369

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	709.435.311	684.614.027
1.01	Ativo Circulante	424.845.041	378.400.031
1.01.01	Disponibilidades	10.513.279	11.148.561
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	70.883.940	71.055.301
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	38.499.840	34.414.303
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.552.593	27.226.866
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.831.507	9.414.132
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	76.177.116	59.009.344
1.01.03.01	Carteira Própria	29.662.685	21.749.034
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	38.469.237	28.459.543
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.984.172	6.059.567
1.01.03.05	Vinculados ao Banco Central	17.430	8.803
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	3.042.862	2.731.670
1.01.03.07	Moedas de Privatização	730	727
1.01.04	Relações Interfinanceiras	69.913.008	69.209.753
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8.698.264	6.577.308
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	61.184.557	62.384.107
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	1.714	2.326
1.01.04.04	Repasse Interfinanceiros	11.351	227.630
1.01.04.05	Correspondentes	17.122	18.382
1.01.06	Operações de Crédito	81.396.711	70.472.211
1.01.06.01	Setor Público	8.014	11.926
1.01.06.02	Setor Privado	85.257.228	73.988.046
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Créditos Liquidação Duvidosa)	-3.868.531	-3.527.761
1.01.08	Outros Créditos	114.358.656	96.370.493
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	186.099	39.186
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	73.010.997	53.370.513
1.01.08.03	Rendas a Receber	1.771.721	2.238.371
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.319.757	985.646
1.01.08.05	Créditos Tributários	3.943.613	3.340.220
1.01.08.06	Diversos	34.644.607	36.821.967
1.01.08.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-518.138	-425.410
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.602.331	1.134.368
1.01.09.01	Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	130.713	130.713
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	972.303	906.375
1.01.09.03	(Provisões para Desvalorizações)	-280.253	-276.575
1.01.09.04	Despesas Antecipadas	779.568	373.855
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	256.403.970	278.811.570
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	23.532.744	21.840.772
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.532.744	21.840.772
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	113.299.943	125.931.316
1.02.02.01	Carteira Própria	18.519.870	32.371.256
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	77.983.277	76.572.322
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.962.247	5.244.306
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	1.999.136	2.223.899

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.02.02.05	Moedas de Privatização	1.140	1.278
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	6.784.534	4.426.641
1.02.02.07	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	3.049.739	5.091.614
1.02.03	Relações Interfinanceiras	269.801	273.430
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	269.801	273.430
1.02.05	Operações de Crédito	81.474.816	86.203.176
1.02.05.01	Setor Público	44.640	46.974
1.02.05.02	Setor Privado	92.658.025	97.425.089
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculados a Cessão	0	166.982
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	-11.227.849	-11.435.869
1.02.06.01	Setor Privado	0	1
1.02.06.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil Liquidação Duvidosa)	0	-1
1.02.07	Outros Créditos	37.327.678	44.068.296
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	269.950	315.956
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	2.317.268	6.748.712
1.02.07.03	Rendas a Receber	189.834	223.648
1.02.07.05	Créditos Tributários	18.333.060	19.552.697
1.02.07.06	Diversos	16.627.435	17.705.459
1.02.07.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-409.869	-478.176
1.02.08	Outros Valores e Bens	498.988	494.580
1.02.08.01	Investimentos Temporários	1.765	1.765
1.02.08.02	(Provisões para Perdas)	-1.765	-1.765
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	498.988	494.580
1.03	Ativo Permanente	28.186.300	27.402.426
1.03.01	Investimentos	18.914.146	17.983.953
1.03.01.02	Participações em Controladas	18.893.471	17.963.316
1.03.01.02.01	No País	15.747.891	14.929.728
1.03.01.02.02	No Exterior	3.145.580	3.033.588
1.03.01.04	Outros Investimentos	46.594	46.556
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-25.919	-25.919
1.03.02	Imobilizado de Uso	5.734.153	5.804.626
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.498.891	2.496.780
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	11.801.473	11.642.294
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-8.566.211	-8.334.448
1.03.04	Intangível	3.538.001	3.613.847
1.03.04.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.419.016	26.419.016
1.03.04.02	Outros Ativos Intangíveis	8.987.610	8.964.796
1.03.04.03	(Amortizações Acumuladas)	-31.868.625	-31.769.965

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	709.435.311	684.614.027
2.01	Passivo Circulante	478.235.730	459.722.481
2.01.01	Depósitos	160.513.398	166.797.454
2.01.01.01	Depósitos à Vista	16.670.938	17.133.923
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	41.408.726	40.572.369
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	4.825.547	24.698.773
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	97.608.187	84.392.389
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	125.384.972	110.346.900
2.01.02.01	Carteira Própria	115.136.926	103.622.592
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	6.406.124	6.259.682
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	3.841.922	464.626
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	45.629.483	50.482.288
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	43.491.356	48.167.503
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.014.672	1.272.494
2.01.03.03	Certificados de Operações Estruturadas	1.123.455	1.042.291
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.563.312	60.378
2.01.04.01	Correspondentes	1.413.899	0
2.01.04.02	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	149.413	60.378
2.01.05	Relações Interdependências	2.878.973	4.274.512
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.878.732	4.273.771
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	241	741
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	31.690.753	33.061.035
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	31.690.753	33.061.035
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	5.741.441	6.224.384
2.01.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	3.052.459	3.479.329
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	3.517	3.632
2.01.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	2.418.325	2.505.707
2.01.07.05	Outras Instituições	267.140	235.716
2.01.09	Outras Obrigações	104.833.398	88.475.530
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.460.693	5.797.638
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.074.589	139.321
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	67.411.356	48.664.949
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	788.887	4.951.781
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	1.159.108	1.555.596
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	486.119	83.848
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	533.639	519.230
2.01.09.08	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	69.104	114.104
2.01.09.09	Diversas	27.849.903	26.649.063
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	168.633.476	165.044.386
2.02.01	Depósitos	65.888.370	63.170.609
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	1.919.357	3.014.560
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	63.969.013	60.156.049
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	29.225.469	32.360.542
2.02.02.01	Carteira Própria	247.159	294.454

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.02.02	Carteira de Livre Movimentação	28.978.310	32.066.088
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	31.353.580	21.754.723
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	27.231.709	20.086.361
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.020.620	720.387
2.02.03.03	Certificados de Operações Estruturadas	1.101.251	947.975
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.552.025	1.381.924
2.02.06.01	Empréstimos no País - Outras Instituições	483.850	476.876
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	1.068.175	905.048
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	9.850.975	10.411.313
2.02.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	5.669.752	5.981.081
2.02.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	83.952	86.621
2.02.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	4.095.076	4.339.195
2.02.07.05	Outras Instituições	2.195	4.416
2.02.09	Outras Obrigações	30.763.057	35.965.275
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.888.357	4.610.657
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	2.227.784	6.652.981
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	2.185.137	1.848.736
2.02.09.06	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	8.337.576	8.325.451
2.02.09.07	Diversas	13.124.203	14.527.450
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	324.431	353.214
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	324.431	353.214
2.05	Patrimônio Líquido	62.241.674	59.493.946
2.05.01	Capital Social Realizado	57.000.000	57.000.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	4.808.186	4.808.186
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	52.191.814	52.191.814
2.05.02	Reservas de Capital	111.995	172.398
2.05.04	Reservas de Lucro	3.951.445	3.905.720
2.05.04.01	Legal	2.505.285	2.505.285
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	1.446.160	1.400.435
2.05.04.07.01	Reserva para Equalização de Dividendos	1.548.875	1.548.875
2.05.04.07.02	(-) Ações em Tesouraria	-102.715	-148.440
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.040.522	-1.584.172
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.040.522	-1.584.172
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.218.756	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	17.285.636	21.456.759
3.01.01	Operações de Crédito	9.160.963	8.592.591
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.321.538	8.049.213
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-751.777	1.856.627
3.01.04	Resultados de Operações com Câmbio	661.977	1.264.655
3.01.05	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	3.362	0
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	889.573	1.693.673
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-11.583.546	-15.106.434
3.02.01	Operações de Captação no Mercado Aberto	-8.037.702	-13.051.245
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-730.567	548.794
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	0	-22
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.815.277	-2.603.961
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	5.702.090	6.350.325
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.419.645	-2.758.237
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	3.223.587	2.893.572
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.674.231	-1.720.532
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.201.416	-2.529.309
3.04.04	Despesas Tributárias	-713.603	-803.537
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	977.364	944.612
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.632.603	-2.008.670
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	601.257	465.627
3.05	Resultado Operacional	4.282.445	3.592.088
3.06	Resultado Não Operacional	2.227	3.764
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	4.284.672	3.595.852
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-388.036	-1.167.383
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-221.705	-649.786
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-166.331	-517.597
3.09	IR Diferido	-639.615	-304.280
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-438.265	-296.627
3.10.01	Participações	-438.265	-296.627
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	2.818.756	1.827.562
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,37619	0,24302

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	2.818.756	1.827.562
4.02	Outros Resultados Abrangentes	543.650	1.246.147
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-954.404	1.986.999
4.02.02	Hedges de Fluxo de Caixa	1.918.999	145.422
4.02.03	Imposto de Renda	-420.945	-886.274
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.362.406	3.073.709

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	900.863	18.582.213
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.618.086	5.407.472
6.01.01.01	Lucro Líquido	2.818.756	1.827.562
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.815.277	2.603.961
6.01.01.03	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	498.597	789.019
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	743.588	302.931
6.01.01.05	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-601.257	-465.627
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	487.637	823.931
6.01.01.07	Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	3.675	49.214
6.01.01.08	Resultado na Alienação de Valores e Bens	-1.705	1.567
6.01.01.09	Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	0	21.774
6.01.01.10	Resultado de Investimentos	0	-3.157
6.01.01.11	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-86.797	-49.867
6.01.01.12	Atualização de Depósitos Judiciais	-107.068	-106.082
6.01.01.13	Atualização de Impostos a Compensar	-37.880	-69.645
6.01.01.14	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	114	127.773
6.01.01.15	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	86.199	-396.446
6.01.01.16	Outros	-1.050	-49.436
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.717.223	13.174.741
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-1.260.891	7.346.941
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-4.597.390	10.538.954
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-8.976.860	-3.829.625
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	1.199.550	-522.834
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Créditos	-11.796.366	-20.268.245
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-410.121	-348.994
6.01.02.07	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-1.791.781	-1.247.012
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	-3.566.295	-2.072.058
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	11.902.999	431.132
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-2.416.278	-2.487.898
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	16.610.161	25.648.360
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-28.783	-13.980
6.01.02.13	Imposto Pago	-585.168	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	5.576	293.615
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-38	-358
6.02.02	Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	-111.224	0
6.02.03	Aquisição de Imobilizado de Uso	-171.404	-103.306
6.02.04	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos	0	3.336
6.02.05	Alienação de Bens de Não Uso Próprio	39.575	23.639

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	1.240	5.079
6.02.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	591.984	600.496
6.02.08	Aumento de Capital em Participações Coligadas e Controladas	-187.000	0
6.02.09	Aplicações no Intangível	-157.557	-235.271
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.281.887	-17.126.033
6.03.01	Aquisição de Ações de Emissão Própria	45.737	77.443
6.03.02	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	17.228.812	10.002.848
6.03.03	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-13.904.931	-22.799.908
6.03.04	Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-224.053	-225.428
6.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-4.427.452	-4.180.988
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-114	-127.773
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-375.562	1.622.022
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.664.381	17.847.678
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22.288.819	19.469.700

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	57.000.000	172.398	0	3.905.720	0	-1.584.172	59.493.946
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	57.000.000	172.398	0	3.905.720	0	-1.584.172	59.493.946
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	2.818.756	0	2.818.756
5.05	Destinações	0	0	0	0	-600.000	0	-600.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-600.000	0	-600.000
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	543.650	543.650
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	549.244	549.244
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	-5.594	-5.594
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	-12	0	0	-12
5.08.01	Reestruturação do Capital	0	0	0	-12	0	0	-12
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	45.737	0	0	45.737
5.12	Outros	0	-60.403	0	0	0	0	-60.403
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	4.016	0	0	0	0	4.016
5.12.02	Reservas para Pagamentos Baseados em Ações	0	-64.419	0	0	0	0	-64.419
5.13	Saldo Final	57.000.000	111.995	0	3.951.445	2.218.756	-1.040.522	62.241.674

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	57.000.000	395.925	0	2.510.347	0	-2.151.695	57.754.577
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	57.000.000	395.925	0	2.510.347	0	-2.151.695	57.754.577
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.827.562	0	1.827.562
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.246.147	1.246.147
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.246.147	1.246.147
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	-12	0	0	-12
5.08.01	Reestruturação do Capital	0	0	0	-12	0	0	-12
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	77.443	0	0	77.443
5.12	Outros	0	-36.879	0	0	-179.278	0	-216.157
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-944	0	0	0	0	-944
5.12.02	Reservas para Pagamentos Baseados em Ações	0	-35.935	0	0	0	0	-35.935
5.12.03	Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	0	0	0	0	-179.278	0	-179.278
5.13	Saldo Final	57.000.000	359.046	0	2.587.778	1.648.284	-905.548	60.689.560

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	17.040.934	20.707.850
7.01.01	Intermediação Financeira	17.285.636	21.456.759
7.01.02	Prestação de Serviços	3.223.587	2.893.572
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.815.277	-2.603.961
7.01.04	Outras	-653.012	-1.038.520
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-8.768.269	-12.502.473
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.538.663	-1.546.582
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-60.897	-61.059
7.03.02	Serviços de Terceiros	-416.274	-535.095
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-21.774
7.03.04	Outros	-1.061.492	-928.654
7.04	Valor Adicionado Bruto	6.734.002	6.658.795
7.05	Retenções	-487.637	-823.931
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-487.637	-823.931
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.246.365	5.834.864
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	601.257	465.627
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	601.257	465.627
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.847.622	6.300.491
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	6.847.622	6.300.491
7.09.01	Pessoal	1.879.262	1.789.005
7.09.01.01	Remuneração Direta	925.206	1.010.010
7.09.01.02	Benefícios	331.709	330.467
7.09.01.03	F.G.T.S.	97.205	93.783
7.09.01.04	Outros	525.142	354.745
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.974.488	2.503.354
7.09.02.01	Federais	1.807.730	2.374.237
7.09.02.02	Estaduais	190	198
7.09.02.03	Municipais	166.568	128.919
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	175.116	180.570
7.09.03.01	Aluguéis	175.116	180.570
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.818.756	1.827.562
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	600.000	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.218.756	1.827.562

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	673.666.255	645.703.039
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	100.353.089	100.866.081
1.01.01	Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	100.353.089	100.866.081
1.02	Aplicações Financeiras	499.951.384	150.169.471
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	154.118.428	139.955.017
1.02.01.01	Títulos para Negociação	0	52.439.576
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	85.823.384
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.661.552	1.692.057
1.02.01.04	Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	66.946.367	0
1.02.01.05	Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	85.510.509	0
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	345.832.956	10.214.454
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	345.832.956	10.214.454
1.03	Empréstimos e Recebíveis	0	322.336.767
1.03.01	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	0	32.300.095
1.03.02	Empréstimos e adiantamentos a clientes	0	272.420.157
1.03.03	Instrumentos de dívida	0	17.616.515
1.04	Tributos Diferidos	29.850.279	28.825.741
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.400.472	24.778.078
1.04.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	4.449.807	4.047.663
1.05	Outros Ativos	6.094.578	5.926.489
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.212.584	1.155.456
1.05.03	Outros	4.881.994	4.771.033
1.05.03.01	Derivativos Utilizados como Hedge	199.319	192.763
1.05.03.02	Outros Ativos	4.682.675	4.578.270
1.06	Investimentos	864.039	866.564
1.06.01	Participações em Coligadas	864.039	866.564
1.07	Imobilizado	6.411.863	6.509.883
1.07.01	Imobilizado de Uso	6.411.863	6.509.883
1.08	Intangível	30.141.023	30.202.043
1.08.01	Intangíveis	1.771.682	1.837.787
1.08.01.01	Outros Ativos Intangíveis	1.771.682	1.837.787
1.08.02	Goodwill	28.369.341	28.364.256

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	673.666.255	645.703.039
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	0	49.322.546
2.01.01	Derivativos	0	16.514.154
2.01.02	Posições vendidas	0	32.808.392
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	52.004.182	0
2.02.01	Derivativos	18.888.192	0
2.02.02	Posições Vendidas	33.115.990	0
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	502.721.707	478.880.704
2.03.01	Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	97.757.290	79.374.685
2.03.02	Depósitos de clientes	278.990.382	276.042.141
2.03.03	Obrigações por títulos e valores mobiliários	74.758.674	70.247.012
2.03.04	Dívidas subordinadas	533.639	519.230
2.03.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	8.404.082	8.436.901
2.03.06	Outros Passivos Financeiros	42.277.640	44.260.735
2.04	Provisões	14.851.962	13.986.916
2.04.01	Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	4.015.756	3.923.457
2.04.02	Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	10.836.206	10.063.459
2.05	Passivos Fiscais	8.065.330	8.248.019
2.05.01	Correntes	5.117.811	5.751.488
2.05.02	Diferidos	2.947.519	2.496.531
2.06	Outros Passivos	7.690.797	8.177.253
2.06.01	Derivativos utilizados como hedge	227.237	163.332
2.06.03	Outras obrigações	7.463.560	8.013.921
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	88.332.277	87.087.601
2.08.01	Capital Social Realizado	88.489.086	87.425.075
2.08.01.01	Capital social	57.000.000	57.000.000
2.08.01.02	Reservas	30.382.499	28.966.451
2.08.01.03	Ações em Tesouraria	-102.715	-148.440
2.08.01.04	Lucro líquido do exercício atribuível à Controladora	2.826.302	8.924.064
2.08.01.05	Menos: Dividendos e Remuneração	-600.000	-6.300.000
2.08.01.06	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	-1.017.000	-1.017.000
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-568.601	-774.368
2.08.08.01	Disponíveis para Venda	1.854.931	1.813.574
2.08.08.02	Plano de Benefício Definido	-2.709.972	-2.704.380
2.08.08.03	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	859.370	859.370
2.08.08.04	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	-572.930	-742.932
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	411.792	436.894

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	17.041.038	19.123.901
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	17.041.038	19.123.901
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-7.221.578	-10.899.863
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-7.221.578	-10.899.863
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	9.819.460	8.224.038
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.952.868	-3.883.367
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	3.455.249	3.036.038
3.04.02	Despesas de Pessoal	-2.284.775	-2.157.822
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.780.136	-1.694.920
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	-91.785	1.629.292
3.04.05.01	Receitas de instrumentos de patrimônio	13.512	10.491
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	17.454	1.334.832
3.04.05.03	Variações cambiais (líquidas)	52.024	509.496
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	-171.875	-102.409
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para a venda	-6.634	-2.105
3.04.05.06	Res. na alien. e desp. c/ ativos não correntes mantidos p/ venda não classif. c/ op. descontinuadas	3.734	-121.013
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-4.255.788	-4.701.399
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-431.989	-398.763
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	-740.792	-975.182
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-3.020.807	-3.285.397
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	-62.200	-42.057
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	4.367	5.444
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.866.592	4.340.671
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.993.926	-2.332.858
3.06.01	Corrente	-1.508.499	-2.233.289
3.06.02	Diferido	-485.427	-99.569
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.872.666	2.007.813
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.872.666	2.007.813
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.826.302	1.961.763
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	46.364	46.050
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35853	0,24882
3.99.01.02	PN	0,39439	0,2737
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35852	0,24857
3.99.02.02	PN	0,39437	0,27342

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.872.666	2.007.813
4.02	Outros Resultados Abrangentes	502.569	1.089.937
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para a venda	0	1.707.174
4.02.02	Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	212.308	0
4.02.03	Ativos Financeiros antes classificados como disponíveis para venda reclassificados para resultado	-2.251	0
4.02.04	Ativos Financeiros antes classificados como disponíveis para venda reclassificados para reservas	296.802	0
4.02.05	Impostos sobre Renda	-168.700	-695.415
4.02.06	Hedges de Fluxo de Caixa	311.212	145.422
4.02.07	Impostos sobre Renda	-141.210	-67.244
4.02.08	Plano de Benefícios Definidos	-5.592	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.375.235	3.097.750
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.328.871	3.051.700
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	46.364	46.050

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.134.585	18.955.145
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.445.701	7.797.930
6.01.01.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.872.666	2.007.813
6.01.01.02	Depreciação do ativo Tangível	302.095	291.978
6.01.01.03	Amortização do Ativo Intangível	129.894	106.785
6.01.01.04	Perdas com Outros Ativos (Líquidas)	62.200	42.057
6.01.01.05	Provisões e Perdas com ativos Financeiros	3.761.599	4.260.579
6.01.01.06	Ganhos Líquidos na alienação do Ativo Tangível, Investimentos e ativos não cor. mantidos para venda	2.900	123.118
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência Patrimonial	-4.367	-5.444
6.01.01.08	Mudanças nos Créditos Tributários e passivos fiscais diferidos	422.888	1.013.326
6.01.01.09	Atualização dos Depósitos Judiciais	-138.046	-146.357
6.01.01.10	Atualização de Impostos a Compensar	-50.352	-90.399
6.01.01.11	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	114	129.509
6.01.01.12	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	86.199	0
6.01.01.13	Outros	-2.089	64.965
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.311.116	11.157.215
6.01.02.01	Reservas no Banco Central do Brasil	6.673.070	7.752.422
6.01.02.02	Ativos Financeiros para Negociação	0	7.267.382
6.01.02.03	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	30.181	-75.062
6.01.02.04	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	-4.856.973
6.01.02.05	Empréstimos e Recebíveis	0	-3.508.125
6.01.02.06	Investimentos Mantidos até o Vencimento	0	467.875
6.01.02.07	Outros Ativos	446.863	1.701.921
6.01.02.08	Passivos financeiros para Negociação	0	-2.077.908
6.01.02.09	Passivo financeiro ao Custo Amortizado	24.131.021	5.528.282
6.01.02.10	Outros Passivos	397.825	-794.807
6.01.02.11	Impostos Pagos	-2.014.665	-247.792
6.01.02.12	Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-12.896.766	0
6.01.02.13	Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-4.707.457	0
6.01.02.14	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	-21.052.824	0
6.01.02.15	Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	2.681.636	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-552.299	-248.416
6.02.01	Aquisição de Ativo Tangível	-262.607	-175.006
6.02.02	Aplicações no Ativo Intangível	-260.416	-147.593
6.02.03	Aquisição de Capital de Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	0	-2.408
6.02.04	Alienação de Ativos Tangíveis	2.045	4.450
6.02.05	Alienação de Ativos não correntes mantidos para venda	54.045	26.959
6.02.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	25.858	45.182
6.02.07	Aquisição de Controlada, menos caixa Líquido na Aquisição	-111.224	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.241.631	-17.145.965

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.03.01	Aquisição de Ações Próprias	45.737	77.443
6.03.04	Emissão de Outros Passivos Exigíveis a Longo Prazo	17.228.812	10.002.848
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-4.434.827	-4.200.977
6.03.07	Pagamentos de Outros Passivos Exigíveis a Longo Prazo	-13.904.931	-22.799.908
6.03.08	Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-224.053	-225.428
6.03.09	Aumento (Decréscimo) em Participações não-controladoras	-369	57
6.03.10	Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações Minoritárias	48.000	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-114	-129.509
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-659.459	1.431.255
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.670.902	18.129.581
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22.011.443	19.560.836

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	-1.165.440	28.966.451	2.624.064	-774.368	86.650.707	436.894	87.087.601
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.245.023	0	-296.802	-1.541.825	0	-1.541.825
5.02.01	Mudança na Adoção Inicial do IFRS 9	0	0	-1.245.023	0	-296.802	-1.541.825	0	-1.541.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	-1.165.440	27.721.428	2.624.064	-1.071.170	85.108.882	436.894	85.545.776
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.300.000	5.700.000	0	-600.000	0	-600.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-6.300.000	5.700.000	0	-600.000	0	-600.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	8.924.064	-6.097.762	502.569	3.328.871	46.364	3.375.235
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.826.302	502.569	3.328.871	46.364	3.375.235
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	8.924.064	-8.924.064	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do Lucro Líquido	0	0	8.924.064	-8.924.064	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	45.725	37.007	0	0	82.732	-71.466	11.266
5.06.04	Pagamento baseado em Ações	0	0	-65.154	0	0	-65.154	0	-65.154
5.06.05	Resultado de Ações em Tesouraria	0	0	4.016	0	0	4.016	0	4.016
5.06.06	Ações em Tesouraria	0	45.737	0	0	0	45.737	0	45.737
5.06.07	Reestruturação do Capital	0	-12	0	0	0	-12	0	-12
5.06.08	Opção de Aquisição de Instrumento Próprio	0	0	106.440	0	0	106.440	-106.440	0
5.06.09	Outros	0	0	-8.295	0	0	-8.295	34.974	26.679
5.07	Saldos Finais	57.000.000	-1.119.715	30.382.499	2.226.302	-568.601	87.920.485	411.792	88.332.277

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	-1.531.034	27.881.326	2.084.563	-1.347.800	84.087.055	725.504	84.812.559
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	-1.531.034	27.881.326	2.084.563	-1.347.800	84.087.055	725.504	84.812.559
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-5.250.000	5.250.000	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-5.250.000	5.250.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.334.563	-5.372.800	1.089.937	3.051.700	46.050	3.097.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.961.763	1.089.937	3.051.700	46.050	3.097.750
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.334.563	-7.334.563	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do Lucro Líquido	0	0	7.334.563	-7.334.563	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	77.431	-27.722	0	0	49.709	-6.926	42.783
5.06.04	Pagamento baseado em Ações	0	0	-34.262	0	0	-34.262	0	-34.262
5.06.05	Resultado de Ações em Tesouraria	0	0	-944	0	0	-944	0	-944
5.06.06	Ações em Tesouraria	0	77.443	0	0	0	77.443	0	77.443
5.06.07	Reestruturação do Capital	0	-12	0	0	0	-12	0	-12
5.06.08	Outros	0	0	7.484	0	0	7.484	-6.926	558
5.07	Saldos Finais	57.000.000	-1.453.603	29.938.167	1.961.763	-257.863	87.188.464	764.628	87.953.092

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	16.157.476	19.432.479
7.01.01	Intermediação Financeira	17.041.038	19.123.901
7.01.02	Prestação de Serviços	3.455.249	3.036.038
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.020.807	-3.285.397
7.01.04	Outras	-1.318.004	557.937
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-7.221.578	-10.899.863
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.625.725	-1.514.332
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-125.767	-124.259
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.231.682	-1.190.003
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-62.200	-42.057
7.03.04	Outros	-206.076	-158.013
7.04	Valor Adicionado Bruto	7.310.173	7.018.284
7.05	Retenções	-431.989	-398.763
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-431.989	-398.763
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.878.184	6.619.521
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.367	5.444
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.367	5.444
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.882.551	6.624.965
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	6.882.551	6.624.965
7.09.01	Pessoal	2.027.479	1.906.224
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.438.500	1.382.798
7.09.01.02	Benefícios	407.750	353.759
7.09.01.03	F.G.T.S.	108.970	102.362
7.09.01.04	Outros	72.259	67.305
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.787.889	2.510.605
7.09.02.01	Federais	1.575.431	2.508.901
7.09.02.02	Estaduais	183	0
7.09.02.03	Municipais	212.275	1.704
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	194.517	200.323
7.09.03.01	Aluguéis	194.517	200.323
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.872.666	2.007.813
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	600.000	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.226.302	1.961.763
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	46.364	46.050

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Comentário do Desempenho**Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC)).

1) Conjuntura Econômica

O Banco Santander continua vendo 2018 como o ano de consolidação da retomada da economia brasileira. A inflação segue baixa, os juros caíram e a boa performance da atividade econômica se espalha para um número cada vez maior de setores produtivos e regiões.

Destaca-se o crescimento de 1% do PIB brasileiro em 2017 que, embora relativamente modesto, confirmou o fim da recessão iniciada em meados de 2014, uma das mais longas e profundas da história recente. Ainda mais importante do que isso, os últimos dados exibiram continuidade da expansão do consumo das famílias e retorno dos investimentos. Em linha com esse cenário de crescimento, observa-se também sinais claros de recuperação nos mercados de crédito e trabalho, ainda que a um ritmo moderado, neste primeiro momento.

A inflação segue em queda a despeito da expansão mais forte do consumo. Os níveis ainda muito elevados de desemprego devem evitar pressões inflacionárias relevantes. Nesse sentido, a taxas de juros tendem a permanecer baixas por um período prolongado.

Dentre os principais fatores de incerteza, destaca-se: 1) a conjuntura internacional, com o aumento do protecionismo e das tensões geopolíticas e 2) incertezas políticas e a falta de reformas no Brasil, principalmente, da previdência que podem aumentar a volatilidade dos mercados e colocar pressão sobre a taxa de câmbio. O baixo nível de endividamento externo, as elevadas reservas internacionais e o bom desempenho das exportações indicam que o Brasil está bem posicionado para enfrentar eventuais turbulências externas.

2) Desempenho**2.1) Resultado**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (R\$ Milhões)	3M18	3M17	variação anual %	4T17	variação 1T18 vs. 4T17 %
Receita Líquida com Juros ⁽²⁾	9.819,5	8.224,0	19,4	9.091,8	8,0
Receitas de instrumentos de patrimônio	13,5	10,5	28,8	13,7	-1,3
Resultado de equivalência patrimonial	4,4	5,4	-19,8	18,0	-75,7
Tarifas e Comissões (líquidas)	3.455,2	3.036,0	13,8	3.432,4	0,7
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	69,5	1.844,3	-96,2	(878,6)	-107,9
Outras despesas operacionais (líquidas)	(171,9)	(102,4)	67,8	(280,4)	-38,7
Total de Receitas	13.190,2	13.017,9	1,3	11.396,8	15,7
Despesas administrativas e pessoal	(4.064,9)	(3.852,7)	5,5	(4.425,2)	-8,1
Depreciação e amortização	(432,0)	(398,8)	8,3	(434,6)	-0,6
Provisões (líquidas)	(740,8)	(975,2)	-24,0	(462,3)	60,3
Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas)	(3.083,0)	(3.327,5)	-7,3	(3.660,0)	-15,8
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	(6,6)	(2,1)	215,2	(65,5)	-89,9
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	3,7	(121,0)	-103,1	96,2	-96,1
Resultado Operacional Antes da Tributação ⁽¹⁾	4.866,6	4.340,7	12,1	2.445,4	99,0
Impostos sobre a renda	(1.993,9)	(2.332,9)	-14,5	38,4	-5.296,2
Lucro Líquido Consolidado	2.872,7	2.007,8	43,1	2.483,8	15,7

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, abaixo estão apresentados o Resultado Operacional Antes da Tributação e Imposto sobre a Renda, desconsiderando o efeito do *hedge* (vide item 1):

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	3M18	3M17	variação anual %	4T17	variação 1T18 vs. 4T17 %
Resultado Operacional Antes da Tributação	4.866,6	4.340,7	12,1	2.445,4	99,0
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	150,5	(872,3)	-117,3	1.326,5	-88,7
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	16,3	(94,5)	-117,3	144,8	-88,7
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	5.033,4	3.373,9	49,2	3.916,7	28,5
IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	3M18	3M17	variação anual %	4T17	variação 1T18 vs. 4T17 %
Imposto sobre a Renda	(1.993,9)	(2.332,9)	-14,5	38,4	-5.296,2
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	(150,5)	872,3	-117,3	(1.326,5)	-88,7
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	(16,3)	94,5	-117,3	(144,8)	-88,7
Imposto sobre a Renda ajustado	(2.160,7)	(1.366,1)	58,2	(1.432,9)	50,8

1) Hedge Cambial da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária na Espanha), que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco Santander utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Comentário do Desempenho

HEDGE CAMBIAL DA AGÊNCIA GRAND CAYMAN E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R\$ Milhões)	3M18	3M17	variação anual %	4T17	variação 1T18 vs. 4T17 %
Variação Cambial	183,9	(1.066,0)	-117,3	1.621,9	-88,7
Instrumentos Financeiros Derivativos	(350,7)	2.032,9	-117,3	(3.092,6)	-88,7
IR/CSLL	150,5	(872,3)	-117,3	1.326,5	-88,7
PIS/Cofins	16,3	(94,5)	-117,3	144,8	-88,7

2) Receita Líquida com Juros

No primeiro trimestre de 2018, o incremento em comparação ao mesmo período do ano anterior ocorreu, principalmente, em função do aumento do volume médio da carteira e o efeito positivo da maior participação do varejo nos resultados.

Análise de Resultado por Segmento

O Banco possui dois segmentos, o comercial (exceto o negócio *Corporate Banking* gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Abaixo, o Banco apresenta o quadro por segmento:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	3M18	% sob lucro antes dos impostos	3M17	variação anual %	4T17	% sob lucro antes dos impostos	variação 1T18 vs. 4T17 %
Banco Comercial ⁽¹⁾	3.976,1	81,7	3.146,3	26,4	1.946,2	79,6	-104,3
Banco de Atacado Global	890,5	18,3	1.194,4	-25,4	499,3	20,4	-78,3
Resultado Operacional Antes da Tributação	4.866,6	100,0	4.340,7	12,1	2.445,5	100,0	-99,0

(1) Em 31 de março de 2018 e 2017, inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em Dólar, sendo que excluindo este efeito, o Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado para este segmento foi de R\$4.142,9 milhões e R\$2.179,5 milhões, respectivamente.

Despesas Gerais

As Outras despesas administrativas totalizaram R\$1.780,1 milhões e R\$1.694,9 milhões no primeiro trimestre de 2018 e 2017, respectivamente. As despesas com pessoal totalizaram R\$2.284,8 milhões e R\$2.157,8 milhões no primeiro trimestre de 2018 e 2017, respectivamente. As despesas administrativas apresentaram um aumento de 5,0% e as despesas com pessoal apresentaram um aumento de 5,9% na comparação anual.

O índice de eficiência, calculado por meio da divisão das despesas administrativas e pessoal, no montante de R\$4.064,9 milhões pela receita total de R\$13.190,2 milhões, atingiu 30,8% no primeiro trimestre de 2018 (2017 - 29,6%).

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	mar/18	dez/17	variação no período %	mar/17	variação anual %
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	100.353,1	100.866,1	-0,5	102.777,6	-2,4
Ativos Financeiros para negociação	-	52.439,6	-100,0	77.606,3	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	66.946,4	-	100,0	-	100,0
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.661,6	1.692,1	-1,8	1.786,7	-7,0
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	85.823,4	-100,0	63.627,3	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	85.510,5	-	100,0	-	100,0
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	10.214,5	-100,0	9.580,9	-100,0
Empréstimos e Recebíveis	-	322.336,8	-100,0	297.757,8	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	345.833,0	-	100,0	-	100,0
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	199,3	192,8	3,4	230,1	-13,4
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	1.212,6	1.155,5	4,9	1.215,6	-0,2
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	864,0	866,6	-0,3	985,0	-12,3
Ativos Fiscais	29.850,3	28.825,7	3,6	27.725,9	7,7
Outros Ativos	4.682,7	4.578,3	2,3	4.659,8	0,5
Ativo Tangível	6.411,9	6.509,9	-1,5	6.518,1	-1,6
Ativo Intangível	30.141,0	30.202,0	-0,2	30.286,1	-0,5
Total do Ativo	673.666,3	645.703,0	4,3	624.757,3	7,8
Passivos Financeiros para Negociação	-	49.322,5	-100,0	49.542,0	-100,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	52.004,2	-	100,0	-	100,0
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	502.721,7	478.880,7	5,0	459.830,8	9,3
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	227,2	163,3	39,1	315,4	-28,0
Provisões	14.852,0	13.986,9	6,2	12.506,7	18,8
Passivos Fiscais	8.065,3	8.248,0	-2,2	7.584,5	6,3
Outras Obrigações	7.463,6	8.013,9	-6,9	7.024,8	6,2
Total do Passivo	585.334,0	558.615,4	4,8	536.804,2	9,0
Total do Patrimônio Líquido	88.332,3	87.087,6	1,4	87.953,1	0,4
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	673.666,3	645.703,0	4,3	624.757,3	7,8

Adoção Inicial - IFRS 9

As demonstrações financeiras trimestrais, de acordo com o IFRS, foram elaboradas pela primeira vez de acordo com os requerimentos do IFRS9, com a adoção prospectiva conforme permitido pela referida regra. Essas Demonstrações incluíram divulgações especiais por conta da adoção do novo normativo, tais como:

- Revisão das nomenclaturas das principais contas do balanço e da demonstração de resultados, em função das novas categorias de instrumentos financeiros;
- Detalhamento das novas práticas adotadas pelo Banco;


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Comentário do Desempenho

- Detalhamento dos principais aspectos das novas estimativas empregadas, com destaque à determinação da provisão para perda esperada e classificação de instrumentos financeiros;

A conciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido de 1 de janeiro de 2018 (abertura) após a adoção da nova norma contábil, está demonstrada no item 2.4 Patrimônio Líquido.

Captações

O total de captações (depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital), atingiu R\$460.444,1 milhões em 31 de março de 2018 e R\$434.620,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 5,9% no período.

2.3) Carteira de crédito

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO (R\$ Milhões)	mar/18	dez/17	variação no período %	mar/17	variação anual %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	30.545,2	32.369,1	-5,6	31.177,2	-2,0
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	-	(69,0)	-100,0	(209,8)	-100,0
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	30.545,2	32.300,1	-5,4	30.967,4	-1,4
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	295.238,6	287.829,2	2,6	267.477,1	10,4
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(18.234,0)	(15.409,1)	18,3	(15.575,3)	17,1
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	277.004,6	272.420,1	1,7	251.901,8	10,0
Instrumentos de dívida, bruto	41.093,9	20.400,1	101,4	16.792,6	144,7
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(2.810,8)	(2.783,6)	1,0	(1.903,9)	47,6
Instrumentos de dívida, líquido	38.283,1	17.616,5	117,3	14.888,7	157,1
Total de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	345.832,9	322.336,7	7,3	297.757,9	16,1

Perdas com Ativos Financeiros (Líquidos)

As despesas de provisão para perdas por não-recuperação, reduzidas pelas recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, somou R\$3.020,5 milhões e R\$3.285,9 milhões nos períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017, respectivamente, apresentando uma queda de 8,1%.

2.4) Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2018, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 1,4%, em comparação com dezembro de 2017.

A evolução do patrimônio líquido no período é decorrente, principalmente, pela variação positiva de outros resultados abrangentes no montante de R\$502,6 milhões, que inclui como principal evento as variações nos ativos financeiros disponíveis para venda e do Lucro Líquido do período no montante de R\$2.872,7 milhões e reduzido pelos efeitos da primeira adoção do IFRS 9 no montante de R\$1.541,8 milhões e pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$600 milhões.

Adoção Inicial - IFRS 9

Conciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido de 1 de janeiro de 2018 (abertura) após a adoção da nova norma contábil.

Conciliação do Patrimônio Líquido (R\$ Milhões)	
Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 (31/12/2017)	87.088
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-2.149
Provisão para compromissos contingentes	-675
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	18
Receita de juros	238
Imposto de renda diferido	1.026
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 (01/01/2018)	85.546

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 1 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.717.204 Units, representativas de 38.717.204 ações ordinárias e 38.717.204 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2017, a aproximadamente 1,03% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2017, o Banco Santander possuía 373.269.828 ações ordinárias e 401.074.242 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 6 de novembro de 2017, encerrando-se em 5 de novembro de 2018.


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Comentário do Desempenho

	mar/18	dez/17
	Quantidade	
	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no início do período	1.773	25.786
Cancelamento ⁽¹⁾	-	(32.276)
Aquisições de Ações	5.088	12.768
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(4.028)	(4.505)
Ações em Tesouraria no final do período	2.833	1.773
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 102.509	R\$ 148.246
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 206	R\$ 194
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 102.715	R\$ 148.440
Custo/Valor de Mercado	Units	ADRs
Custo mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo médio ponderado	R\$ 25,75	R\$ 24,41
Custo máximo	R\$ 36,98	R\$ 32,29
Valor de mercado	R\$ 27,64	R\$ 27,64

(1) Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

No primeiro trimestre de 2018, houve destaque de Juros sobre Capital Próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	3M18	12M17	3M17
Juros sobre o Capital Próprio	600,0	3.800,0	0,0
Dividendos Intercalares	0,0	2.500,0	0,0
Total	600,0	6.300,0	0,0

2.5) Índice de Basileia

O Bacen determina que as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2017 foi de 10,5%, composto de 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 7,25% e o Capital Principal Mínimo para 5,75%.

Para o ano base 2018, a exigência de PR aumentou para 11,0%, incluindo 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,375% de Adicional de Capital Principal, sendo 1,875% da parcela adicional de Conservação e 0,5% da parcela adicional sistêmica. O PR Nível I atinge 8,375% e o Capital Principal Mínimo 6,875%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	mar/18	dez/17	mar/17
Índice de Basileia	15,27	15,83	15,76

2.6) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 31 de março de 2018 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito (1)	Participação (%)
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	24.189,5	5.893,2	73,8	1.907,3	99,99%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	39.779,0	1.757,5	211,4	34.000,4	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.356,0	3.145,6	22,2	1.977,0	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado)	11.930,0	970,0	75,6	11.664,3	60,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	21.450,1	1.896,9	104,7	0,0	88,50%
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.813,3	302,5	7,9	1.657,3	50,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.104,9	574,9	10,3	0,0	100,00%

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.1) Serviços de Formador de Mercado

Em 28 de dezembro de 2017, o Banco Santander comunicou a contratação da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para prestação dos serviços de formador de mercado dos certificados de depósitos de ações (Units) de emissão do Banco Santander, negociados sob o código SANB11, no âmbito da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3 S.A.) (atual denominação social da BM&FBOvespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), em substituição à Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. O novo Formador de Mercado iniciou suas atividades em 2 de janeiro de 2018.



Comentário do Desempenho

3.2) Oferta pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de American Depositary Shares (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00, resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

3.3) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

No dia 20 de abril de 2017, o Banco Santander adquiriu do Grupo WTorre ações correspondentes a 94,60% do capital social da Rojo Entretenimento S.A. (Atual denominação Social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida.

A participação neste investimento tem caráter provisório e se encontra registrado como ativos não-correntes mantidos para venda.

3.4) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

3.5) Adesão ao Programa, conforme MP 783/2017

Em outubro de 2017, o Banco aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R\$293 milhões. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R\$435 milhões. No resultado foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R\$96 milhões.

Em agosto de 2017, o Banco Santander aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários e previdenciários (conforme MP 783/2017). A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R\$534 milhões, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R\$192 milhões com pagamento realizado em agosto de 2017 e R\$300 milhões em janeiro de 2018. Com a conversão da medida provisória em lei, e suas alterações, o valor passou a ser de R\$492 milhões.

3.6) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Aquisição das sociedades de tecnologia Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

O Banco Santander adquiriu, em 19 de fevereiro de 2018, as ações representativas da totalidade do capital social da Isban Brasil S.A., anteriormente detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., pelo valor de R\$61.078. Em 28 de fevereiro de 2018, o Banco Santander comprou as ações correspondentes a 100% do capital social total e votante da Produban Servicios de Informática S.A., mediante pagamento do montante de R\$43 milhões em favor da Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. As partes envolvidas na transação possuem o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum. Essas transações foram realizadas em condições de mercado.

Em AGE realizada no dia 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33 milhões, mediante a emissão de 11.783.900 novas ações nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações da Isban Brasil emitidas em decorrência do aumento do capital social foi subscrita e integralizada pelo acionista Banco Santander Brasil.

b) Formação de Parceria com a HDI Seguros S.A. para Criação de Seguradora de Automóveis Totalmente Digital

Em 20 de dezembro de 2017, o Banco Santander celebrou documentos vinculantes com a HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), para a formação de uma parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 2 de março de 2018, foi concedida a autorização pelo CADE.

c) Acordo para Aquisição Indireta de Participação Societária nas Sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a Atual Securitizadora, subsidiária integral do Banco Santander, celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% das quotas representativas do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda., Gestora de Investimentos Ipanema Ltda e do Fundo Investimento Ipanema NPL V. Em 19 de setembro de 2017, o Bacen autorizou a Aquisição e, após o cumprimento das demais condições precedentes, as partes concluíram a transação em 16 de outubro de 2017.


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Comentário do Desempenho
d) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito – parceria entre Banco Santander e outros bancos do Mercado Brasileiro

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Companhia"), cujo controle será compartilhado entre os acionistas que deterão 20% do seu capital social, cada. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco Santander estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

e) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A implementação da operação está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 19 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial reconhecendo interesse do governo brasileiro na participação estrangeira em instituição financeira nacional a ser constituída pelos grupos Santander e Hyundai. Ainda, em 27 de setembro de 2017, o Bacen emitiu ofício se manifestando favoravelmente ao projeto e autorizou a implementação da estrutura organizacional do Banco Hyundai Capital Brasil S/A. Conforme nova estrutura societária estabelecida entre as partes em março de 2018, a composição de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital. Em 11 de abril de 2018, a Aymoré CFI e a Hyundai Capital constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade empresária limitada denominada BHJV Consultoria e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda., que consiste em entidade não operacional na qual será implementada estrutura organizacional de instituição financeira para futura transformação no Banco Hyundai Capital Brasil S/A.

f) Outros Eventos Societários

- Em 28 de fevereiro de 2018, a sociedade Produban Serviços de Informática S.A. incorporou a Isban Brasil S.A. (ambas as companhias controladas e com a totalidade de suas ações sob a titularidade do Banco Santander), de modo que a Produban Serviços de Informática S.A. sucedeu a extinta Isban Brasil S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Na mesma data, a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A., uma sociedade controlada e com a totalidade de suas ações detidas pelo Banco Santander.
- Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros (atual denominação social da Santander Participações S.A.), a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. (Ferbasa) e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato para venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. (respectivamente, o Contrato e a BW Guirapá I S.A.) detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa (Operação). O preço base da totalidade de venda desta operação é de R\$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. Em 2 de abril de 2018, foi implementado o fechamento da transação. O investimento foi baixado e, consequentemente os ativos e passivos da BW Guirapá I S.A. e controladas deixaram de ser consolidadas no Balanço do Conglomerado.
- Em 30 de novembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros (atual denominação social da Santander Participações S.A.). Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 17 de novembro de 2017, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da participação detida pela Santusa Holding, S.L. (equivalente a 39,35%) no capital social da Santander Serviços. Assim, o Banco Santander passou a ser, diretamente, detentor de 99,99% das ações da Santander Serviços.
- Em 26 de outubro de 2017, após o Bacen emitir ofício se manifestando favoravelmente a operação, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações da Webcasas S.A. detidas pela Santander Serviços. Em 1º de novembro de 2017, a Webcasas S.A. passou a denominar-se Santander Holding Imobiliária S.A. e teve seu objeto social alterado para compreender atividades voltadas a negócios imobiliários.
- Em 29 de setembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 31 de agosto de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 31 de agosto de 2017, foram aprovados a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 10 de março de 2017, foi aprovado em AGE da Santander Brasil Advisory, com o objetivo de simplificar os procedimentos operacionais da sociedade, o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 100.000 ações ordinárias para 1 ação ordinária. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Brasil Advisory foi alterado de 1.370.914 para 13 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. Os acionistas que detinham individualmente quantidade de ações inferior àquela adotada como razão para o grupamento receberão pelas suas ações o valor patrimonial a elas correspondente antes do grupamento, calculado com base no patrimônio líquido refletido no balancete da Santander Brasil Advisory levantado em fevereiro de 2017, qual seja, R\$11,22 por ação ordinária.



Comentário do Desempenho

4) Estratégia

O Banco Santander é o único banco internacional, com escala, no País. O Banco está convicto de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. A atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Com isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem. É um banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal.
- Melhorar a rentabilidade, recorrência e sustentabilidade, crescendo nos negócios, com maior diversificação de receitas, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso de despesas.
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de melhorias comerciais que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

O aumento da rentabilidade, suportado por um modelo de negócios sólido e sustentável, somado a melhora da experiência e satisfação dos clientes, continuam sendo o foco estratégico. Nesse trimestre, o Banco avançou no fortalecimento da cultura interna, continua aprimorando consistentemente a experiência dos clientes, por meio de soluções inovadoras e qualidade no atendimento, e ampliou de forma rentável a participação de mercado. Dentre as iniciativas no período, se destacam:

Pessoas

O Banco acredita que o engajamento e comprometimento dos funcionários proporcionam sustentabilidade ao negócio. Nesse sentido, destaca-se como as principais frentes de atuação:

- Comunicação: Alta liderança mais próxima dos funcionários, proporcionando oportunidades de diálogos mensais;
- Meritocracia: O Banco acredita que o resultado fala mais alto e por isso registra recorde de distribuição de remuneração variável no último ano, que esteve alinhada à performance dos resultados; e
- Cultura e liderança: O Banco apoia o desenvolvimento, intraempreendedorismo e protagonismo dos funcionários.

Academia Santander: Com objetivo de disseminar o conhecimento por meio de cursos e ferramentas de desenvolvimento, a Academia estimula o protagonismo individual na formação técnica dos funcionários e incentiva o conhecimento por meio de cursos e ferramentas de desenvolvimento. Desde o seu lançamento, há pouco mais de um ano já alcançou indicadores de destaque: (i) 73% dos treinamentos realizados por multiplicadores internos; (ii) 95% dos funcionários realizaram treinamentos sendo mais de 220 mil acessos no celular e mais de 1,3 milhão de acessos no computador.

Como resultado de todas essas ações, o Banco atingiu 88% de engajamento em 2017 e pelo segundo ano consecutivo está entre as melhores empresas para de trabalhar.

Vinculação de Clientes

O aumento da base e transacionalidade continuam sendo as principais alavancas do resultado. Assim, há um ano foi implementado o *NPS (Net Promoter Score)*, uma metodologia que mede a satisfação dos clientes, que atingiu 49 nesse trimestre, com melhora de 5 p.p. em 12 meses, reflexo de ações comerciais. Esse indicador é aplicado nos principais produtos nos canais de atendimento e agências, além disso, passou a ser uma das métricas de remuneração. Como resultado dessas ações, a base de clientes correntistas ativos cresce há 33 meses consecutivos.

Varejo

Nesse trimestre o Banco continua avançando em ações estratégicas, sendo os principais destaques:

- Cartões: o faturamento de crédito segue com duplo-dígito de crescimento, que nesse trimestre atingiu 24,7% em comparação ao mesmo período do ano passado. Completou um ano de comercialização dos cartões *AAdvantage®*, mantendo um alto índice de ativação médio. O *Santander Way* continua com a melhor avaliação no mercado de aplicativos (4,8 estrelas na *Apple* e 4,5 no *Google Play*), e nesse trimestre trouxe como inovação, o Supercrédito, que permite a contratação do crédito pessoal diretamente do aplicativo para os clientes cartonistas e não correntistas. Nesse trimestre, as campanhas foram intensificadas na mídia do *Santander Pass* (pulseira e sticker com tecnologia NFC para pagamento) e foi disponibilizado no portal institucional do Santander a possibilidade de solicitar o cartão e o *Santander Pass* simultaneamente.
- Consignado: mantém forte crescimento de produção (+53,1% em doze meses), o que possibilitou o Banco incrementar em 120bps sua participação de mercado, atingindo 12,0% (Fonte Bacen, data-base de fevereiro de 2018). Adicionalmente, aumentou 3,6 vezes o número de contratos realizados pelo Consignado Digital em relação ao trimestre anterior.
- Imobiliário: foco na atuação comercial junto aos clientes, com o objetivo de incentivar o produto, e na oferta de Crédito Imobiliário com taxa a partir de um dígito, o que possibilitou o Banco expandir sua participação de mercado de produção em 874bps em 12 meses, atingindo 12,1% (Fonte Bacen, data-base de fevereiro de 2018).
- Investimentos: o Banco continua aprimorando o atendimento e reforçando o conceito de assessoria financeira. No trimestre, o Santander One atingiu mais de 10,7 milhões de visualizações.

Santander Corretora foi eleita em 1º lugar em recomendação de ações em 2018 pelo Valor Econômico.


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Comentário do Desempenho

Santander One Pay FX

Alinhada à a estratégia de aprimorar a experiência dos clientes, foi lançado o Santander One Pay FX, plataforma disruptiva de serviços que permite transferências internacionais a clientes pessoas físicas baseado na tecnologia blockchain. Com essa inovação, os clientes poderão fazer essas transações de forma mais ágil, simples e segura.

Agro

O Banco continua focado em oferecer um atendimento especializado e produtos que se adequem ao perfil dos clientes. Em linha com a estratégia, nesse primeiro trimestre de 2018 foram inauguradas mais duas lojas vocacionadas (Lojas especializadas Agro), atingindo dezesseis no total.

Getnet

A estratégia no segmento, focada em soluções inovadoras e na integração da oferta de adquirência com o Banco permitiu seguir com forte crescimento do faturamento (+30% em 12 meses), totalizando R\$ 40,9 bilhões. Esse aumento é explicado pelo faturamento de crédito (+22,3% em doze meses) e de débito (+44,0% em doze meses). O Banco continua expandindo a participação de mercado (+180bps em doze meses), atingindo 12,3% (Fonte ABCEC, data-base de dezembro de 2017). Nesse trimestre foram realizadas ações comerciais com condições especiais para os clientes. A iniciativa reforça o foco em aumentar a vinculação e expandir a base de clientes.

Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

Empresas: a participação de mercado foi ampliada e foi possível atingir 10,3% (Fonte Banco Central do Brasil, data-base de dezembro de 2017) (+170bps YoY). Em 2018 o Banco continuará focado em fortalecer o segmento com ofertas diferenciadas, setorizadas e atendimento especializado, para aprimorar a experiência dos clientes e assim ampliar a carteira e expandir a vinculação.

Fortalecimento dos Negócios Líderes

Webmotors: O maior portal brasileiro no segmento automobilístico, com cerca de 10 milhões de visitas únicas no mês, lançou o Cockpit, uma plataforma disruptiva para os revendedores de carro, que reúne soluções para toda a jornada de compra e venda de veículos. Dentre as principais funcionalidades se destacam a gestão/performance do negócio (CRM), inteligência de dados (Autoguru), modelos preditivos e precificação, perfil do comprador e dados de mercado. O Banco integrará essa nova plataforma com a Financeira. Com isso, continua focado em oferecer um atendimento mais simples e ágil, com soluções digitais e uma melhor experiência para os clientes.

Santander Financiamentos: liderança do financiamento de veículos, com participação de mercado de 23,6% (Fonte Bacen, data-base de fevereiro de 2018) (+281bps em 12 meses). A plataforma + Negócios segue apoiando a expansão do segmento, com crescimento de 33,0% em 12 meses das simulações únicas de crédito de veículos. A plataforma + Vezes continua posicionando o Banco para capturar as oportunidades de negócio. Nesse trimestre, o Banco firmou uma parceria com a Kia Motors do Brasil, que o permitirá utilizar a experiência e capacidade de inovação para desenvolver soluções para os consumidores da marca. A associação fortalece o Banco para consolidar a posição de liderança no mercado.

Global Corporate Banking (GCB): o Banco continua sendo reconhecido como líder:

- No mercado de câmbio, de acordo com o Bacen (Bacen, data-base, março de 2018).
- Em assessoria financeira para financiamentos de projetos no Brasil, pela Dealogic e Anbima (Assessoria Financeira Américas. Dealogic. 2017 e Assessoria Financeira – Líder desde 2008, ANBIMA 2016).

Sustentabilidade

No âmbito da sustentabilidade, o Santander mantém posição de destaque no Programa Prospera Santander Microcrédito, que totalizou R\$448 milhões em carteira de crédito no final de março de 2018. No segmento de Universidades, foram concedidas cerca de 9,7 mil bolsas de estudos desde 2015, contribuindo ativamente para o avanço da educação no país. A carteira de crédito de financiamentos socioambientais somou R\$2,1 bilhões no final de março de 2018.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano.

A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's*:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's¹ (perspectiva)	BB- (estável)	B	BB- (estável)	B	brAA- (negativa)	brA-1+
Moody's² (perspectiva)	Ba1 (estável)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

(1) Último relatório de Análise de Crédito: 12 de janeiro de 2018.

(2) Último relatório de Análise de Crédito: 10 de abril de 2018.



Comentário do Desempenho

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 24 de abril de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 31 de março de 2018.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 27 de março de 2018, a proposta de destaque e pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$600 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

O Conselho de Administração conheceu, em reunião realizada em 16 de março de 2018, a renúncia apresentada pelo Diretor sem designação específica da Companhia Sr. Felipe Pires Guerra de Carvalho.

O Conselho de Administração conheceu, em reunião realizada em 5 de março de 2018, a renúncia apresentada pelo Diretor sem designação específica da Companhia Sr. Marcelo Zerbinatti.

O Conselho de Administração ratificou, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2018, a exoneração, em 9 de fevereiro de 2018, da Sra. Maria Eugênia Andrade Lopez Santos, Diretora Executiva da Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2018: (i) conheceu a renúncia apresentada pelo Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia Sr. Alexandre Silva D'Ambrosio; e (ii) aprovou a eleição do Sr. Alessandro Tomao, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 1 de fevereiro de 2018: (i) a eleição dos Srs. Carlos Aguiar Neto, Claudenice Lopes Duarte, Germanuela de Almeida de Abreu, Gustavo Alejo Viviani, José Teixeira de Vasconcelos Neto e Rodrigo Cury, na qualidade de Diretores sem Designação Específica, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019; e (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande, como membro do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato complementar até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Em reunião realizada em 29 de janeiro de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 3 de janeiro de 2018, a exoneração do Sr. Conrado Engel, Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da Companhia.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017 a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) e entrou em vigor em 180 dias da data de sua publicação. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretor para gerenciamento de riscos e diretor de capital. O Banco Santander está desenvolvendo ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à nova resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma até a data de publicação deste relatório.

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O Comitê Executivo de Riscos (CER) é o fórum de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o Diretor Vice-Presidente de Riscos (VPE de Riscos). As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite ao risco;
- Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar as recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.



Comentário do Desempenho

O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é responsável pelo controle e acompanhamento de todos os riscos com representantes da gestão do Banco, entre eles o Diretor VPE de Riscos e o Diretor Vice-Presidente de Finanças (VPE de Finanças). As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e à comissão executiva a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Banco Santander detém uma estrutura de gerenciamento de capital a qual conta com uma governança robusta, o que possibilita delimitar, de forma eficiente, as funções de cada equipe. Além disso, há uma clara definição das atividades e processos que devem ser desenvolvidos para uma efetiva gestão do capital, tanto para situações de normalidade quanto para os exercícios de estresse realizados regularmente pelo Banco. Desta forma, visa-se manter uma estrutura de capital sólida, cumprindo os requerimentos do regulador e gerando valor a seus acionistas.

7.3) Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander, nos diferentes mercados em que o Banco opera.

Para isso, o Banco desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e que não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk (Var)* (simulação histórica de 520 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.



Comentário do Desempenho

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental no Santander é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. Até 2017, a análise de risco socioambiental era aplicada ao Banco de Atacado e desde 1º de janeiro de 2018 passou a ser realizada também para clientes do Varejo, do segmento Empresas 3 (um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo do Banco). O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do CMN.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

Os riscos operacionais aumentam se houver inadequação ou falha em processos, sistemas, falhas humanas e/ou de exposição a eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos. Perdas decorrentes de riscos operacionais podem causar prejuízo financeiro, afetar a continuidade dos negócios e impactar negativamente a imagem do Banco.

Para alcançar os objetivos de gestão e controle dos Riscos Operacionais, foi implementado o Modelo de Gestão de Riscos Operacionais baseado em três linhas de defesa, que visa a melhora e desenvolvimento contínuos da gestão e controle dos riscos operacionais.

- **Primeira Linha de Defesa:** contempla todas as áreas de negócios e de suporte do Banco Santander com a responsabilidade de identificar, gerir, mitigar e reportar os riscos operacionais;
- **Segunda Linha de Defesa:** as áreas de Controle dos Riscos Operacionais e Controle dos Riscos Tecnológicos e Cibernético, são responsáveis pelo monitoramento da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos na organização. Também são responsáveis por implementar e disseminar a cultura de riscos, definindo metodologias, políticas, ferramentas, treinamentos, requerimentos e procedimentos aplicáveis para a efetiva gestão do risco operacional e, por assegurar que há um adequado plano de gestão da continuidade dos negócios, implementado no Banco; e
- **Terceira Linha de Defesa:** a área de Auditoria Interna é responsável pela revisão e validação independente da gestão de riscos da primeira e segunda linhas de defesa ajudando a promover a melhoria contínua no modelo.

Os objetivos do modelo de gestão e controle do Risco Operacional são:

- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por risco operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional;
- Fornecer o apoio para o processo de tomada de decisões no Banco Santander;
- Assegurar a continuidade dos negócios de maneira sustentável e fortalecer o ambiente de controles internos; e
- Manter o controle da exposição de Riscos Operacionais alinhado com a estratégia de negócio.

Governança envolvida na implementação do modelo de gestão de riscos:

- **CCR:** tem o objetivo de realizar o seguimento holístico e periódico dos riscos que o Banco está exposto e de exercer um controle independente sobre as atividades de gestão de riscos;
- **Comitê Operacional de Riscos Operacionais:** tem o objetivo de assegurar e estimular o adequado monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais; e
- **Fórum de Riscos Operacionais:** responsável por implementar e disseminar normativos relacionados a cultura, metodologias, padrões, políticas, treinamentos e procedimentos aplicáveis e requeridos para a efetiva e eficiente gestão e controle dos riscos operacionais.

O modelo adotado auxilia os gestores no cumprimento de seus objetivos estratégicos ao contribuir para o processo decisório e na redução das perdas operacionais e está fundamentado nas melhores práticas do mercado para identificação, avaliação, monitoramento, gestão e controles dos riscos operacionais. Assegurando a conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis e a busca contínua do fortalecimento do ambiente de controles internos.

Risco Reputacional

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, gerado a partir de uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

A gestão do risco reputacional é responsabilidade da área de Compliance, que mantém uma perspectiva geral tanto da percepção dos grupos de interesse como dos possíveis eventos de risco derivados das primeiras linhas de defesa que são controladas e reportadas pela segunda linha. Este modelo de interação global procura garantir a supervisão consolidada do risco reputacional, ao mesmo tempo que se apoia nas funções atuais de forma eficiente.

Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturação relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.



Comentário do Desempenho

Risco de Segurança Cibernética

Foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças à segurança cibernética que afetam as plataformas tecnológicas e os negócios. O Banco Santander considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27002, como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de *hardware* e *software*, correlação de *log* de atividades, prevenção e remediação de *malware* e análise de segurança das operações de terceiros. Foram implementados diversos processos, incluindo verificações regulares de conformidade e monitoramento contínuo das atividades de rede pelo Centro de Operações de Segurança. Também são realizadas revisões periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética, incluindo testes periódicos executados por terceiros. Há investimentos constantes em tecnologia e soluções de segurança, bem como treinamentos de usuários e esforços de conscientização. Além disso, existem trocas de informações e experiências sobre segurança cibernética com comunidades de segurança locais e internacionais, tais como empresas de telecomunicações e outras instituições financeiras, atuando como membro da *Financial Services - Information Sharing and Analysis Center*.

Em 2017, foi estabelecido o departamento de segurança cibernética, que é responsável pelos assuntos relacionados à segurança cibernética no Banco Santander. Essa nova estrutura visa segregar as funções da equipe de segurança da informação e segurança cibernética, permitindo que cada um se concentre em atividades específicas e estratégicas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Banco Santander sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do primeiro trimestre de 2018, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2018.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

No primeiro trimestre de 2018, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2018, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander o melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os funcionários trabalharem.

Os funcionários são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com funcionários engajados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios com o Banco Santander e com a marca Santander.

A atuação diária do Banco junto a clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa composta por 48.855 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca funcionários que se identifiquem com a Cultura Corporativa de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a Cultura, os funcionários do Banco Santander agem em seu dia a dia alinhados à ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander é baseada em três pilares que estão alinhados com os negócios e com as prioridades de desenvolvimento do Brasil: (i) Inclusão Social e Financeira, (ii) Educação e (iii) Gestão e Negócios Socioambientais. A partir de uma cultura de risco consistente, da gestão responsável das atividades e da melhoria na experiência dos consumidores, o Banco atua como um agente de transformação, contribuindo para a prosperidade dos negócios, clientes e da sociedade.

Entre os destaques do primeiro trimestre de 2018 em relação à Inclusão Social e Financeira estão o Prospera Santander Microcrédito, que é a maior operação de microcrédito produtivo e orientado entre os bancos privados do Brasil, com base na participação de mercado e valor de carteira, com um desembolso de R\$448 milhões (42% a mais do que o desembolsado em 2017 no mesmo período), mais de 214 mil operações ativas e 95% de adimplência. No âmbito do Investimento Social Privado, o programa Parceiros em Ação, que apoia o desenvolvimento de microempreendimentos em regiões de baixa renda onde a Prospera Santander Microcrédito está presente, capacitou mais de 150 empreendedores em duas cidades.


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Comentário do Desempenho

O Programa Amigo de Valor, que direciona recursos de funcionários, clientes e do próprio Banco para Fundos de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como meta para 2018 acompanhar o desenvolvimento dos projetos (a serem definidos) para atender crianças e adolescentes em situação de riscos sociais, além de mobilizar recursos para investir nesses projetos para o novo ciclo do programa. No Pilar Educação, com 315 Instituições de Ensino Superior conveniadas, o programa Santander Universidades Brasil concedeu 204 bolsas de estudos no primeiro trimestre de 2018, destas, 15 são internacionais, 147 são nacionais e 42 são bolsas de emprego.

Em Gestão e Negócios Socioambientais o Banco financiou 699 sistemas fotovoltaicos (conversão direta da energia solar em eletricidade), tendo como meta para 2018 financiar um total de 2.000 sistemas, por meio de novas parcerias, divulgações e ofertas pelo Santander Financiamentos. Adicionalmente, o Banco obteve a certificação ISO 14001 do Sistema de Gestão Ambiental do Data Center de Campinas, se tornando o primeiro centro de processamento de dados a receber essa certificação no Brasil. Outros dois prédios administrativos do Banco que já eram certificados são a Sede Santander e o CASA 1.

Dentro da atuação em mudanças climáticas, o Santander participará pelo segundo ano consecutivo do programa CDP *Supply Chain* com o objetivo de engajar, aproximadamente, 250 fornecedores para que seus negócios se tornem mais eficientes e preparados para a economia de baixo carbono.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo de 31 de março de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente, conforme abaixo:

Data da contratação	Descrição dos serviços prestados
21/09/2017	Identificação do inventário de obrigações fiscais e regulamentares para a agência de Luxemburgo.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 31 de março de 2018, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 24/04/2018).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

1. Notas Explicativas às demonstrações financeiras individual e consolidadas para o período findo em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Quadros e notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período findo em 30 de março de 2018, elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) - IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

1. Notas Explicativas às demonstrações financeiras individual e consolidadas para o período findo em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização, gestão e recuperação de créditos não performados e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na Nota 15 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) ⁽⁵⁾;
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I)
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) ⁽³⁾;
- BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII (Fundo de Investimento Imobiliário) ⁽⁴⁾;
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) ⁽⁵⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) ⁽⁶⁾; e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) ⁽⁷⁾.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15) detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco RCI Brasil S.A.

(3) O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

(4) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia determinados imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário e consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(5) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(6) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas a mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Atual Securitizadora) (Nota 15), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Securitizadora (Notas 15 e 37.c).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 na reunião realizada em 24 de abril de 2018.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) do período findo em 31 de março de 2018, foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander no ano de 2017. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agência no exterior.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado. O Banco utilizou essa prerrogativa, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos foram aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar decorrente de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deverá ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

l.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

A amortização do ágio de aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocaíveis e não alocaíveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições, prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal (Nota 28).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do modificador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre o realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 18.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descrito na Nota 21.

q) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 23.h) e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

u) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

v) Participação dos Acionistas Minoritários

Os acionistas não controladores (minoritários) são registrados em conta destacada de patrimônio líquido das entidades controladoras, para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

w) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. As provisões relacionadas a garantias financeiras prestadas antes de 1 de janeiro de 2017 foram registradas em contrapartida na conta do patrimônio líquido, de acordo com a Resolução e Carta Circular mencionadas anteriormente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2017	Banco 31/12/2016
Disponibilidades	10.513.279	11.148.561	5.190.349	5.513.365
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.775.540	11.515.820	14.279.351	12.334.313
Aplicações no Mercado Aberto	7.453.407	603.408	822.762	1.053.105
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.490.626	1.498.280	435.536	282.753
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.831.507	9.414.132	13.021.053	10.998.455
Total	22.288.819	22.664.381	19.469.700	17.847.678

	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2017	Consolidado 31/12/2016
Disponibilidades	10.658.307	11.234.369	5.404.677	5.723.084
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.347.653	11.278.948	14.175.183	12.410.093
Aplicações no Mercado Aberto	7.523.406	673.426	892.762	1.129.140
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	992.152	1.190.802	260.892	282.753
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.832.095	9.414.720	13.021.529	10.998.200
Total	22.005.960	22.513.317	19.579.860	18.133.177

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				31/03/2018	Banco 31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	29.598.001	8.901.839	-	38.499.840	34.414.303
Posição Bancada	2.696.592	275.204	-	2.971.796	603.271
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	131.009	-	-	131.009	208.159
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.883.210	-	-	1.883.210	120.795
Notas do Tesouro Nacional - NTN	682.373	275.204	-	957.577	274.317
Posição Financiada	3.654.685	2.843.243	-	6.497.928	6.399.379
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.755.631	229.989	-	1.985.620	621.726
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.899.054	2.613.254	-	4.512.308	5.777.653
Posição Vendida	23.246.724	5.783.392	-	29.030.116	27.411.653
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.067.565	1.157.877	-	4.225.442	2.364.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.179.159	4.625.515	-	24.804.674	25.047.474
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.672.009	19.880.584	23.532.744	53.085.337	49.067.638
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.831.507	-	-	2.831.507	9.414.132
Total	42.101.517	28.782.423	23.532.744	94.416.684	92.896.073
Circulante				70.883.940	71.055.301
Longo Prazo				23.532.744	21.840.772

				31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	29.667.999	8.901.840	-	38.569.839	34.484.321
Posição Bancada	4.106.921	3.118.446	-	7.225.367	6.674.872
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	131.009	-	-	131.009	208.159
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.114.132	229.989	-	2.344.121	811.779
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.861.780	2.888.457	-	4.750.237	5.654.934
Posição Financiada	2.314.354	-	-	2.314.354	397.796
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.594.707	-	-	1.594.707	760
Notas do Tesouro Nacional - NTN	719.647	-	-	719.647	397.036
Posição Vendida	23.246.724	5.783.394	-	29.030.118	27.411.653
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.067.565	1.157.877	-	4.225.442	2.364.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.179.159	4.625.517	-	24.804.676	25.047.474
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.313.576	1.152.370	466.811	2.932.757	2.861.635
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.832.095	-	-	2.832.095	9.414.720
Total	33.813.670	10.054.210	466.811	44.334.691	46.760.676
Circulante				43.867.880	46.240.236
Longo Prazo				466.811	520.440

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários****l) Resumo da Carteira por Categorias**

					31/03/2018	Banco 31/12/2017
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para Negociação	41.000.818	468.128	-	41.468.946	32.338.759	
Títulos Públicos	40.498.803	479.147	-	40.977.950	31.689.300	
Títulos Privados	502.015	(11.019)	-	490.996	649.459	
Títulos Disponíveis para Venda	126.107.129	1.005.232	1.245.245	128.357.606	131.719.036	
Títulos Públicos	89.595.898	1.005.232	1.824.027	92.425.157	81.280.322	
Títulos Privados	36.511.231	-	(578.782)	35.932.449	50.438.714	
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.704.088	-	-	9.704.088	9.578.992	
Títulos Públicos	9.704.088	-	-	9.704.088	9.578.992	
Total de Títulos e Valores Mobiliários	176.812.035	1.473.360	1.245.245	179.530.640	173.636.787	
Derivativos (Ativo)	7.456.918	2.530.762	(41.261)	9.946.419	11.303.873	
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	184.268.953	4.004.122	1.203.984	189.477.059	184.940.660	
Circulante				76.177.116	59.009.344	
Longo Prazo				113.299.943	125.931.316	
Derivativos (Passivo)	(6.157.070)	(3.190.400)	(1.580)	(9.349.050)	(10.408.295)	
Circulante				(4.460.693)	(5.797.638)	
Longo Prazo				(4.888.357)	(4.610.657)	

					31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para Negociação	47.087.134	661.800	-	47.748.934	37.948.110	
Títulos Públicos	45.548.433	615.407	-	46.163.840	35.973.244	
Títulos Privados	1.538.701	46.393	-	1.585.094	1.974.866	
Títulos Disponíveis para Venda	111.674.465	1.031.480	1.293.922	113.999.867	102.658.804	
Títulos Públicos	93.275.660	1.036.827	1.870.813	96.183.300	84.553.616	
Títulos Privados	18.398.805	(5.347)	(576.891)	17.816.567	18.105.188	
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.704.088	-	-	9.704.088	9.578.992	
Títulos Públicos	9.704.088	-	-	9.704.088	9.578.992	
Total de Títulos e Valores Mobiliários	168.465.687	1.693.280	1.293.922	171.452.889	150.185.906	
Derivativos (Ativo)	19.417.643	2.190.843	87.876	21.696.362	21.543.768	
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	187.883.330	3.884.123	1.381.798	193.149.251	171.729.674	
Circulante				93.895.541	74.425.223	
Longo Prazo				99.253.710	97.304.451	
Derivativos (Passivo)	(17.544.013)	(3.286.124)	(242.337)	(21.072.474)	(20.680.884)	
Circulante				(16.013.107)	(15.943.399)	
Longo Prazo				(5.059.367)	(4.737.485)	

Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

	31/03/2018			Banco 31/12/2017			Consolidado 31/12/2017	
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado -	Valor	Valor	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado -	Valor	Valor
Títulos para Negociação	Amortizado	Resultado	Contábil	Contábil	Amortizado	Resultado	Contábil	Contábil
Títulos Públicos	40.498.803	479.147	40.977.950	31.689.300	45.548.433	615.407	46.163.840	35.973.244
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.221.751	743	2.222.494	1.815.972	5.798.696	13.444	5.812.140	4.524.911
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.491.344	58.990	10.550.334	6.583.643	10.491.344	58.990	10.550.334	6.583.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	212.089	(4.206)	207.883	212.762	212.089	(4.206)	207.883	212.762
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	11.306.545	193.780	11.500.325	15.300.758	11.629.094	208.969	11.838.063	15.660.246
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	1.636	116	1.752	1.672	1.151.772	108.486	1.260.258	1.217.189
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	16.117.294	223.787	16.341.081	7.555.440	16.117.294	223.787	16.341.081	7.555.440
Títulos da Dívida Agrária - TDA	147.486	5.881	153.367	152.341	147.486	5.881	153.367	152.341
Títulos da Dívida Externa Brasileira	658	56	714	66.712	658	56	714	66.712
Títulos Privados	502.015	(11.019)	490.996	649.459	1.538.701	46.393	1.585.094	1.974.866
Ações	91.131	(11.153)	79.978	249	655.541	892	656.433	236.635
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	-	4.115	-	4.115	-
Cotas de Fundos de Investimento	99.839	(862)	98.977	84.271	541.010	44.505	585.515	1.075.028
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	26.854	-	26.854	48.246
Eurobonds	66.339	1	66.340	-	66.339	1	66.340	-
Debêntures ⁽²⁾	182.646	321	182.967	393.716	182.646	321	182.967	443.734
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	20.320	(296)	20.024	101.142	20.320	(296)	20.024	101.142
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	41.740	970	42.710	70.081	41.740	970	42.710	70.081
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	136	-	136	-
Total	41.000.818	468.128	41.468.946	32.338.759	47.087.134	661.800	47.748.934	37.948.110

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco 31/03/2018					
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	4.302.938	8.278.777	9.051.627	19.344.608	40.977.950
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	628.223	729.614	864.657	2.222.494
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.913.160	4.155.772	2.370.767	2.110.635	10.550.334
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	149.458	-	-	58.425	207.883
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	2.227.989	2.782.632	339.245	6.150.459	11.500.325
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	13	-	-	1.739	1.752
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	663.628	5.557.158	10.120.295	16.341.081
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	12.318	48.507	54.843	37.699	153.367
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	15	-	699	714
Títulos Privados	178.955	67.175	15.755	32.297	196.814	490.996
Ações	79.978	-	-	-	-	79.978
Cotas de Fundos de Investimento	98.977	-	-	-	-	98.977
Eurobonds	-	66.340	-	-	-	66.340
Debêntures ⁽²⁾	-	626	15.736	32.297	134.308	182.967
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	209	19	-	19.796	20.024
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	42.710	42.710
Total	178.955	4.370.113	8.294.532	9.083.924	19.541.422	41.468.946

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	31/03/2018					
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	4.306.139	9.254.568	10.643.443	21.959.690	46.163.840
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	1.583.384	2.321.430	1.907.326	5.812.140
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.913.160	4.155.772	2.370.767	2.110.635	10.550.334
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	149.458	-	-	58.425	207.883
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	2.227.996	2.784.720	339.245	6.486.102	11.838.063
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	3.207	18.542	-	1.238.509	1.260.258
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	663.628	5.557.158	10.120.295	16.341.081
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	12.318	48.507	54.843	37.699	153.367
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	15	-	699	714
Títulos Privados	1.246.063	94.029	15.891	32.297	196.814	1.585.094
Ações	656.433	-	-	-	-	656.433
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	4.115	-	-	-	-	4.115
Cotas de Fundos de Investimento	585.515	-	-	-	-	585.515
Cotas de Fundos Imobiliários	-	26.854	-	-	-	26.854
Eurobonds	-	66.340	-	-	-	66.340
Debêntures ⁽²⁾	-	626	15.736	32.297	134.308	182.967
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	209	19	-	19.796	20.024
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	42.710	42.710
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	136	-	-	136
Total	1.246.063	4.400.168	9.270.459	10.675.740	22.156.504	47.748.934

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

				Banco	
				31/03/2018	31/12/2017
	Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do	Refletido no:			
	Custo		Patrimônio	Valor	Valor
Títulos Disponíveis para Venda	Amortizado	Resultado	Líquido	Contábil	Contábil
Títulos Públicos	89.595.898	1.005.232	1.824.027	92.425.157	81.280.322
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	702	-	226	928	884
Crédito Securitizado	1.671	-	199	1.870	2.005
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽⁸⁾	8.951.983	-	9.302	8.961.285	8.828.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁶⁾	41.021.816	512.964	328.480	41.863.260	38.938.892
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.161.930	-	73.148	1.235.078	1.245.609
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	9.265.797	-	1.111.631	10.377.428	9.905.894
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	618.764	-	41.901	660.665	647.700
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(4) (7)}	16.455.543	492.268	184.532	17.132.343	16.948.927
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.703.340	-	65.407	1.768.747	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	685.739	-	6.222	691.961	-
Títulos da Dívida Externa Espanhola	9.728.613	-	2.979	9.731.592	4.762.234
Títulos Privados	36.511.231	-	(578.782)	35.932.449	50.438.714
Ações	46.266	-	153	46.419	46.417
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁵⁾	29.330	-	-	29.330	33.368
Cotas de Fundos de Investimento	792.026	-	-	792.026	765.519
Cotas de Fundos Imobiliários	423.582	-	-	423.582	424.255
Debêntures ⁽²⁾	27.137.461	-	(673.879)	26.463.582	41.118.859
Notas Promissórias - NP ⁽³⁾	5.835.594	-	40.339	5.875.933	6.119.982
Letras Financeiras - LF	147.436	-	(692)	146.744	271.967
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	220.149	-	(1.466)	218.683	247.176
Cédula de Produto Rural - CPR	1.879.387	-	56.763	1.936.150	1.411.171
Total	126.107.129	1.005.232	1.245.245	128.357.606	131.719.036

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
	Valor do	Ajuste ao Valor de Mercado			
	Custo	Refletido no:			
	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	93.275.660	1.036.827	1.870.813	96.183.300	84.553.616
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	702	-	226	928	884
Crédito Securitizado	1.671	-	199	1.870	2.005
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽⁸⁾	9.577.037	-	9.124	9.586.161	9.426.219
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁶⁾	42.174.099	512.964	359.831	43.046.894	39.657.224
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.161.930	-	73.148	1.235.078	1.245.609
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	9.265.797	-	1.111.631	10.377.428	9.905.894
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	618.764	-	41.901	660.665	647.700
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(4) (7)}	18.357.968	523.863	200.145	19.081.976	18.905.847
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.703.340	-	65.407	1.768.747	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira (<i>Global Bonds</i>)	685.739	-	6.222	691.961	-
Títulos da Dívida Externa Espanhola	9.728.613	-	2.979	9.731.592	4.762.234
Títulos Privados	18.398.805	(5.347)	(576.891)	17.816.567	18.105.188
Ações	56.960	(5.347)	153	51.766	51.764
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁵⁾	26.513	-	-	26.513	33.370
Cotas de Fundos de Investimento	95.015	-	1.804	96.819	66.399
Cotas de Fundos Imobiliários	70.517	-	87	70.604	65.480
Debêntures ⁽²⁾	10.067.234	-	(673.879)	9.393.355	9.739.831
Notas Promissórias - NP ⁽³⁾	5.835.594	-	40.339	5.875.933	6.119.982
Letras de Câmbio - LC	-	-	-	-	10.426
Letras Financeiras - LF	147.436	-	(692)	146.744	358.927
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	220.149	-	(1.466)	218.683	247.176
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	662
Cédula de Produto Rural - CPR	1.879.387	-	56.763	1.936.150	1.411.171
Total	111.674.465	1.031.480	1.293.922	113.999.867	102.658.804

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco 31/03/2018					
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	26.036	24.291.402	25.789.439	42.318.280	92.425.157
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	928	928
Crédito Securitizado	-	177	553	952	188	1.870
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽⁸⁾	-	-	-	2.814.157	6.147.128	8.961.285
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁶⁾	-	-	12.383.610	20.249.581	9.230.069	41.863.260
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	10.116	-	-	1.224.962	1.235.078
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	15.743	16.709	-	10.344.976	10.377.428
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	3.119	-	657.546	660.665
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(4) (7)}	-	-	387.072	2.724.749	14.020.522	17.132.343
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	1.768.747	-	-	1.768.747
Títulos da Dívida Externa Brasileira (<i>Global Bonds</i>)	-	-	-	-	691.961	691.961
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	9.731.592	-	-	9.731.592
Títulos Privados	1.215.613	1.279.970	2.797.920	9.397.312	21.241.634	35.932.449
Ações	5	-	46.414	-	-	46.419
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁵⁾	-	-	-	-	29.330	29.330
Cotas de Fundos de Investimento	792.026	-	-	-	-	792.026
Cotas de Fundos Imobiliários	423.582	-	-	-	-	423.582
Debêntures ^{(2) (7)}	-	408.277	821.503	5.573.449	19.660.353	26.463.582
Notas Promissórias - NP ⁽³⁾	-	720.016	1.496.375	3.055.531	604.011	5.875.933
Letras Financeiras - LF	-	43.866	51.243	51.635	-	146.744
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	13	615	42.724	175.331	218.683
Cédula de Produto Rural - CPR	-	107.798	381.770	673.973	772.609	1.936.150
Total	1.215.613	1.306.006	27.089.322	35.186.751	63.559.914	128.357.606

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado				
	31/03/2018				
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos
Títulos Públicos	-	26.036	25.022.735	28.394.593	42.739.936
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	928
Crédito Securitizado	-	177	553	952	188
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽⁸⁾	-	-	160.793	3.238.635	6.186.733
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁶⁾	-	-	12.910.804	20.679.649	9.456.441
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	10.116	-	-	1.224.962
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	15.743	16.709	-	10.344.976
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	3.119	-	657.546
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(4) (7)}	-	-	430.418	4.475.357	14.176.201
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	1.768.747	-	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	-	-	-	-	691.961
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	9.731.592	-	-
Títulos Privados	172.775	1.279.970	2.797.920	7.792.451	5.773.451
Ações	5.352	-	46.414	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁵⁾	-	-	-	-	26.513
Cotas de Fundos de Investimento	96.819	-	-	-	-
Cotas de Fundos Imobiliários	70.604	-	-	-	-
Debêntures ⁽²⁾	-	408.277	821.503	3.968.588	4.194.987
Notas Promissórias - NP ⁽³⁾	-	720.016	1.496.375	3.055.531	604.011
Letras Financeiras - LF	-	43.866	51.243	51.635	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	13	615	42.724	175.331
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	-	107.798	381.770	673.973	772.609
Total	172.775	1.306.006	27.820.655	36.187.044	48.513.387

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante à apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista no valor de R\$4.376 (31/12/2017 - R\$1.838) em títulos para negociação e R\$1.347.756 (31/12/2017 - R\$1.442.684) em títulos disponíveis para venda.

(3) Inclui o valor de R\$142.676 (31/12/2017 - R\$125.974) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e R\$2.982.839 (31/12/2017 - R\$1.194.266) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(4) Em 31 de março de 2018, a quantidade de 1.040.000 no valor de R\$1.103.227 (31/12/2017 - 1.040.000 no valor de R\$1.090.788) de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em até 1 de Janeiro de 2025 (31/12/2017 - prazo de vencimento em até 1 de janeiro de 2025) estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(5) Esses ativos são mensurados através do valor justo dos Fundos Investidos que deve refletir as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido como a data do reconhecimento inicial, de apresentação das demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas ao mercado, a mensuração do valor justo dos investimentos deve ser estabelecida em bases consistentes e passíveis de verificação. Nos casos em que o administrador do Fundo Investido concluir que o valor justo de uma entidade não seja mensurável de maneira confiável, o valor de custo pode ser utilizado até que seja praticável a mensuração do valor justo em bases confiáveis, devendo o administrador divulgar, em nota explicativa, os motivos que o levaram a concluir que o valor justo não é mensurável de maneira confiável, apresentando conjuntamente um resumo das demonstrações contábeis condensadas dos investimentos desses Fundos (conforme Instrução CVM 579/2016).

(6) Em 31 de março de 2018, inclui o valor de R\$32.633.180 (31/12/2017 - R\$13.893.932) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

(7) Em 31 de março de 2018, inclui o valor de R\$11.098.532 (31/12/2017 - R\$10.885.899) no Banco e R\$12.709.494 (31/12/2017 - R\$12.504.428) no Consolidado de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(8) Em 31 de março de 2018, inclui o valor de R\$5.152.240 (31/12/2017 - R\$5.071.220) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

							Banco/Consolidado 31/03/2018 Abertura por Vencimento
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	31/03/2018	31/12/2017					
Títulos Públicos	9.704.088	9.578.992	73.486	39.571	783.558	8.807.473	9.704.088
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	2.947.408	2.849.352	25.586	-	-	2.921.822	2.947.408
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽²⁾	6.756.680	6.729.640	47.900	39.571	783.558	5.885.651	6.756.680
Total	9.704.088	9.578.992	73.486	39.571	783.558	8.807.473	9.704.088

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$10.076.288 (31/12/2017 - R\$10.587.117).

(2) Inclui o valor de R\$839.266 (31/12/2017 - R\$809.660) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

Para o período findo em 31 de março de 2018, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Rendas de Títulos de Renda Fixa ⁽¹⁾	5.230.481	5.587.279	5.039.908
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.293.488	2.798.474	1.236.106
Resultado de Títulos de Renda Variável ⁽²⁾	(34.347)	(100.093)	12.926
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	32.846
Provisão para Perdas por não Recuperação ⁽³⁾	(51.348)	(70.446)	(51.348)
Outras ⁽⁴⁾	(116.736)	(166.001)	(112.102)
Total	7.321.538	8.049.213	6.158.336

(1) Inclui despesas com variação cambial no valor de R\$343.715 (2017 - receitas no valor de R\$137.613) no Banco e R\$360.303 (2017 - receitas no valor de R\$651.019) no Consolidado.

(2) Em 2017, inclui despesas com variação cambial no valor de R\$404 no Banco e no Consolidado.

(3) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(4) Em 2018, inclui despesas com variação cambial no valor de R\$143.888 e valorização/desvalorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações. Em 2017, corresponde, principalmente, a valorização/desvalorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/03/2018			Banco		
	Negociação			31/12/2017		
				Negociação		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		1.567.007	707.990		1.615.516	1.051.711
Ativo	149.728.030	60.404.326	59.910.548	148.017.969	57.881.622	57.391.575
Certificado de Depósitos		21.087.488			22.374.055	
Interfinanceiros - CDI	44.959.294		21.020.173	42.608.262		22.364.285
Taxa de Juros Pré - Reais	33.728.436	-	-	31.745.948	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	5.138.987	-	-	5.709.977	-	-
Moeda Estrangeira	65.839.119	39.316.838	38.890.375	67.895.932	35.507.567	35.027.290
Outros	62.194	-	-	57.850	-	-
Passivo	148.161.023	(58.837.319)	(59.202.558)	146.402.453	(56.266.106)	(56.339.864)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	23.871.806	-	-	20.234.207	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	54.764.842	(21.036.406)	(21.294.829)	53.035.866	(21.289.918)	(21.419.177)
Indexados em Índices de Preços e Juros	42.353.277	(37.214.290)	(37.372.306)	40.263.568	(34.553.591)	(34.525.308)
Moeda Estrangeira	26.522.281	-	-	32.388.365	-	-
Outros	648.817	(586.623)	(535.423)	480.447	(422.597)	(395.379)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018			Banco		
	Negociação			31/12/2017		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Opções	225.978.979	201.994	140.125	187.690.913	208.446	146.692
Compromissos de Compra	109.736.101	502.475	495.970	86.278.377	520.456	489.458
Opções de Compra Moeda Estrangeira	11.744.270	197.571	85.462	9.403.298	214.347	172.591
Opções de Venda Moeda Estrangeira	2.930.809	46.976	33.810	5.097.595	65.569	42.486
Opções de Compra Outras	7.327.196	24.760	13.953	1.230.140	15.083	5.203
Mercado Interfinanceiro	5.154.094	7.019	5.633	1.185.310	7.021	389
Outras ⁽¹⁾	2.173.102	17.741	8.320	44.830	8.062	4.814
Opções de Venda Outras	87.733.826	233.168	362.745	70.547.344	225.457	269.178
Mercado Interfinanceiro	87.396.406	217.178	338.725	70.295.282	216.914	257.944
Outras ⁽¹⁾	337.420	15.990	24.020	252.062	8.543	11.234
Compromissos de Venda	116.242.878	(300.481)	(355.845)	101.412.536	(312.010)	(342.766)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	5.968.236	(106.508)	(80.020)	5.638.163	(113.031)	(117.160)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	5.571.848	(94.865)	(80.833)	5.952.678	(98.395)	(80.195)
Opções de Compra Outras	16.971.135	(34.616)	(18.693)	19.260.781	(33.135)	(15.115)
Mercado Interfinanceiro	16.139.723	(7.235)	(2.713)	19.151.110	(17.837)	(515)
Outras ⁽¹⁾	831.412	(27.381)	(15.980)	109.671	(15.298)	(14.600)
Opções de Venda Outras	87.731.659	(64.492)	(176.299)	70.560.914	(67.449)	(130.296)
Mercado Interfinanceiro	87.526.470	(43.647)	(149.616)	70.494.622	(54.376)	(126.743)
Outras ⁽¹⁾	205.189	(20.845)	(26.683)	66.292	(13.073)	(3.553)
Contratos de Futuros	231.795.483	-	-	161.679.490	-	-
Posição Comprada	65.155.062	-	-	54.759.916	-	-
Cupom Cambial (DDI)	21.134.151	-	-	9.616.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	23.513.796	-	-	26.456.303	-	-
Moeda Estrangeira	19.652.800	-	-	16.733.437	-	-
Índice ⁽²⁾	463.128	-	-	1.734.205	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	391.187	-	-	219.035	-	-
Posição Vendida	166.640.421	-	-	106.919.574	-	-
Cupom Cambial (DDI)	70.238.441	-	-	55.016.928	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	79.780.563	-	-	51.135.994	-	-
Moeda Estrangeira	14.580.948	-	-	745.849	-	-
Índice ⁽²⁾	-	-	-	20.803	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	2.040.469	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	43.504.358	(100.877)	(170.459)	47.797.322	(920.582)	(261.637)
Compromissos de Compra	19.718.946	556.813	478.963	23.479.857	(3.607.256)	619.808
Moedas	18.271.154	557.202	477.845	21.525.220	(3.606.223)	618.006
Outros	1.447.792	(389)	1.118	1.954.637	(1.033)	1.802
Compromissos de Venda	23.785.412	(657.690)	(649.422)	24.317.465	2.686.674	(881.445)
Moedas	23.050.318	(654.170)	(647.003)	22.096.104	2.688.198	(877.864)
Outros	735.094	(3.520)	(2.419)	2.221.361	(1.524)	(3.581)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018			Consolidado		
	Negociação			31/12/2017		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		1.677.712	743.538		2.453.547	1.072.977
Ativo	215.659.949	76.674.303	75.999.437	202.464.902	56.082.202	57.679.172
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	40.068.429	8.998.689	16.411.054	33.673.210	17.009.034	22.794.490
Taxa de Juros Pré - Reais	55.068.738	-	-	95.700.715	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	4.934.074	-	-	5.592.892	-	-
Moeda Estrangeira	115.473.114	67.675.614	59.588.383	67.493.635	39.073.168	34.884.682
Outros	115.594	-	-	4.450	-	-
Passivo	213.982.237	(74.996.591)	(75.255.899)	200.011.355	(53.628.655)	(56.606.195)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	31.069.740	-	-	16.664.176	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	92.112.903	(37.044.165)	(37.194.831)	114.357.076	(18.656.361)	(21.687.884)
Indexados em Índices de Preços e Juros	42.353.277	(37.419.203)	(37.579.045)	40.146.968	(34.554.076)	(34.527.986)
Moeda Estrangeira	47.797.500	-	-	28.420.467	-	-
Outros	648.817	(533.223)	(482.023)	422.668	(418.218)	(390.325)
Opções	230.719.727	204.284	215.155	190.061.609	210.736	168.035
Compromissos de Compra	112.163.612	493.837	642.930	87.503.833	511.819	553.218
Opções de Compra Moeda Estrangeira	11.777.747	195.094	85.668	9.369.821	211.870	169.542
Opções de Venda Moeda Estrangeira	2.930.809	46.693	33.810	5.130.392	65.287	42.389
Opções de Compra Outras	7.398.608	24.760	15.195	1.953.481	15.083	59.219
Mercado Interfinanceiro	5.154.094	7.019	5.633	1.185.310	7.021	389
Outras ⁽¹⁾	2.244.514	17.741	9.562	768.171	8.062	58.830
Opções de Venda Outras	90.056.448	227.290	508.257	71.050.139	219.579	282.068
Mercado Interfinanceiro	87.396.406	217.178	338.725	70.295.282	216.914	257.944
Outras ⁽¹⁾	2.660.042	10.112	169.532	754.857	2.665	24.124
Compromissos de Venda	118.556.115	(289.553)	(427.775)	102.557.776	(301.083)	(385.183)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	6.011.502	(106.242)	(80.018)	5.595.163	(112.765)	(117.059)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	5.571.848	(92.233)	(80.833)	5.919.598	(95.764)	(77.145)
Opções de Compra Outras	19.048.318	(26.586)	(89.240)	19.880.180	(25.105)	(35.961)
Mercado Interfinanceiro	16.139.723	(7.235)	(2.713)	19.151.110	(17.837)	(515)
Outras ⁽¹⁾	2.908.595	(19.351)	(86.527)	729.070	(7.268)	(35.446)
Opções de Venda Outras	87.924.447	(64.492)	(177.684)	71.162.835	(67.449)	(155.018)
Mercado Interfinanceiro	87.526.470	(43.647)	(149.616)	70.494.622	(54.376)	(126.743)
Outras ⁽¹⁾	397.977	(20.845)	(28.068)	668.213	(13.073)	(28.275)
Contratos de Futuros	231.973.645	-	-	161.725.596	-	-
Posição Comprada	65.333.224	-	-	54.806.022	-	-
Cupom Cambial (DDI)	21.134.151	-	-	9.616.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	23.513.796	-	-	26.456.303	-	-
Moeda Estrangeira	19.652.800	-	-	16.733.437	-	-
Índice ⁽²⁾	641.290	-	-	1.780.311	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	391.187	-	-	219.035	-	-

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018			Consolidado		
	Negociação			31/12/2017		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Posição Vendida	166.640.421	-	-	106.919.574	-	-
Cupom Cambial (DDI)	70.238.441	-	-	55.016.928	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	79.780.563	-	-	51.135.994	-	-
Moeda Estrangeira	14.580.948	-	-	745.849	-	-
Índice ⁽²⁾	-	-	-	20.803	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	2.040.469	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	43.542.436	(100.877)	(128.806)	47.823.561	(920.582)	(234.069)
Compromissos de Compra	19.757.024	556.813	520.616	23.506.096	(3.607.256)	647.376
Moedas	18.271.154	557.202	477.845	21.525.220	(3.606.223)	618.007
Outros	1.485.870	(389)	42.771	1.980.876	(1.033)	29.369
Compromissos de Venda	23.785.412	(657.690)	(649.422)	24.317.465	2.686.674	(881.445)
Moedas	23.050.318	(654.170)	(647.003)	22.096.104	2.688.198	(877.864)
Outros	735.094	(3.520)	(2.419)	2.221.361	(1.524)	(3.581)

(1) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem DI e CDI e de ações.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Banco			Valor Referencial	
	31/03/2018			31/12/2017	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	30.927.194	35.656.357	83.144.479	149.728.030	148.017.969
Opções	9.253.631	1.270.671	215.454.677	225.978.979	187.690.913
Contratos de Futuros	-	-	231.795.483	231.795.483	161.679.490
Contratos a Termo e Outros	24.837.250	14.052.371	4.614.737	43.504.358	47.797.322

	Consolidado			Valor Referencial	
	31/03/2018			31/12/2017	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	30.927.194	43.372.240	141.360.515	215.659.949	202.464.902
Opções	9.253.631	1.270.671	220.195.425	230.719.727	190.061.609
Contratos de Futuros	-	-	231.973.645	231.973.645	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	24.837.250	14.052.371	4.652.815	43.542.436	47.823.561

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/03/2018	31/12/2017			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	16.951.414	69.600.901	63.175.715	149.728.030	148.017.969
Opções	62.259.797	162.726.305	992.877	225.978.979	187.690.913
Contratos de Futuros	88.458.118	88.327.390	55.009.975	231.795.483	161.679.490
Contratos a Termo e Outros	20.382.943	15.975.931	7.145.484	43.504.358	47.797.322

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/03/2018	31/12/2017			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	17.242.876	70.191.091	128.225.982	215.659.949	202.464.902
Opções	64.149.389	165.044.079	1.526.259	230.719.727	190.061.609
Contratos de Futuros	88.636.280	88.327.390	55.009.975	231.973.645	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	20.400.968	15.995.984	7.145.484	43.542.436	47.823.561

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco			
	Valor Referencial			
	31/03/2018	31/12/2017		
	Bolsas ⁽¹⁾	Balcão ⁽²⁾	Total	Total
"Swap"	64.540.046	85.187.984	149.728.030	148.017.969
Opções	209.440.551	16.538.428	225.978.979	187.690.913
Contratos de Futuros	231.795.483	-	231.795.483	161.679.490
Contratos a Termo e Outros	503.008	43.001.350	43.504.358	47.797.322

	Consolidado			
	Valor Referencial			
	31/03/2018	31/12/2017		
	Bolsas ⁽¹⁾	Balcão ⁽²⁾	Total	Total
"Swap"	64.540.046	151.119.903	215.659.949	202.464.902
Opções	209.440.551	21.279.176	230.719.727	190.061.609
Contratos de Futuros	231.973.645	-	231.973.645	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	503.008	43.039.428	43.542.436	47.823.561

(1) Inclui valores negociados na B3.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	31/03/2018			Banco 31/12/2017		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	(33.710)	(112.697)	(146.407)	(34.008)	(101.922)	(135.930)
Ativo	1.186.682	(10.062)	1.176.620	928.656	(23.408)	905.248
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽¹⁾	18.950	122	19.072	8.422	320	8.742
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ^{(2) (3) (4)}	960.953	(9.935)	951.018	715.457	(23.585)	691.872
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	206.779	(249)	206.530	204.777	(143)	204.634
Passivo	(1.220.392)	(102.635)	(1.323.027)	(962.664)	(78.514)	(1.041.178)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	(211.627)	(10.489)	(222.116)	(209.554)	(16.303)	(225.857)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(684.921)	(28.611)	(713.532)	(453.018)	(21.380)	(474.398)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	(38.903)	(5.576)	(44.479)	(23.006)	(3.838)	(26.844)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ⁽⁴⁾	(284.941)	(57.959)	(342.900)	(277.086)	(36.993)	(314.079)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	1.227.046	65.506	1.292.552	967.370	78.520	1.045.890
Operação de Crédito (Nota 8.a & c)	1.083.306	66.570	1.149.876	841.841	78.075	919.916
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽²⁾	548.199	14.754	562.953	335.670	16.401	352.071
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	210.595	9.746	220.341	208.527	16.416	224.943
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ⁽⁴⁾	289.491	36.646	326.137	280.467	41.358	321.825
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	35.021	5.424	40.445	17.177	3.900	21.077
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)	143.740	(1.064)	142.676	125.529	445	125.974
Notas Promissórias - NP						
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	139.787	(1.072)	138.715	119.538	354	119.892
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	3.953	8	3.961	5.991	91	6.082

	31/03/2018			Consolidado 31/12/2017		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	(44.228)	(144.049)	(188.277)	(35.011)	(95.672)	(130.683)
Ativo	3.175.814	21.671	3.197.485	2.992.712	12.954	3.005.666
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽¹⁾	18.950	122	19.072	8.422	320	8.742
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ^{(2) (3) (4)}	960.953	(9.935)	951.018	715.457	(23.585)	691.872
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(5) (8)}	1.772.013	(442)	1.771.571	1.818.723	(357)	1.818.366
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ^{(6) (7)}	423.898	31.926	455.824	450.110	36.576	486.686

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018			Consolidado 31/12/2017		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Passivo	(3.220.042)	(165.720)	(3.385.762)	(3.027.723)	(108.626)	(3.136.349)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(229.682)	(15.672)	(245.354)	(241.806)	(20.109)	(261.915)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	(211.627)	(10.489)	(222.116)	(209.554)	(16.303)	(225.857)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(684.921)	(28.611)	(713.532)	(453.018)	(21.380)	(474.398)
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(3) (8)}	(1.614.854)	(40.597)	(1.655.451)	(1.640.730)	22	(1.640.708)
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ⁽⁷⁾	(194.017)	(12.392)	(206.409)	(205.529)	(13.863)	(219.392)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ⁽⁴⁾	(284.941)	(57.959)	(342.900)	(277.086)	(36.993)	(314.079)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	3.248.283	91.611	3.339.894	3.049.206	77.623	3.126.829
Operação de Crédito (Nota 8.a & c)	1.525.176	61.080	1.586.256	1.302.830	79.496	1.382.326
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽²⁾	548.199	14.754	562.953	335.670	16.401	352.071
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	262.268	(5.859)	256.409	284.101	4.319	288.420
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	210.595	9.746	220.341	208.527	16.416	224.943
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ⁽⁷⁾	179.603	367	179.970	176.888	(2.898)	173.990
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ⁽⁴⁾	289.491	36.646	326.137	280.467	41.358	321.825
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	35.020	5.426	40.446	17.177	3.900	21.077
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)	1.723.107	30.531	1.753.638	1.746.376	(1.873)	1.744.503
Notas Promissórias - NP	143.740	(1.064)	142.676	125.529	445	125.974
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	139.787	(1.072)	138.715	119.538	354	119.892
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	3.953	8	3.961	5.991	91	6.082
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.579.367	31.595	1.610.962	1.620.847	(2.318)	1.618.529

	Banco/Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
	Valor de Referência	Valor de Referência
Instrumentos de "Hedge"		
Contratos de Futuros	41.180.616	22.206.615
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	41.180.616	22.206.615

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018			Banco/Consolidado		
				31/12/2017		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto de "Hedge"						
Ativo	42.722.484	1.009.228	43.731.712	24.415.397	364.434	24.779.831
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)						
Títulos Públicos	42.722.484	1.009.228	43.731.712	24.415.397	364.434	24.779.831
Letras do Tesouro Nacional - LTN	32.120.227	512.953	32.633.180	13.674.321	219.611	13.893.932
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	10.602.257	496.275	11.098.532	10.741.076	144.823	10.885.899

(1) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI com valor de mercado de R\$128.330 (31/12/2017 - R\$109.538).

(2) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito e títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, com valor de mercado das operações de crédito de R\$562.953 (31/12/2017 - R\$352.071) e das notas promissórias de R\$10.385 (31/12/2017 - R\$10.354).

(3) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxa de juros pré - Reais com valor de mercado de R\$3.961 (31/12/2017 - R\$6.082) e operações de crédito no valor de R\$40.445 (31/12/2017 - R\$21.077).

(4) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré euro no valor de mercado de R\$326.137 (31/12/2017 - R\$321.825).

(5) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré dólar no valor de mercado de R\$220.341 (31/12/2017 - R\$224.943).

(6) No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$256.409 (31/12/2017 - R\$288.420).

(7) No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - peso colombiano com valor de mercado de R\$179.970 (31/12/2017 - R\$173.990).

(8) No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos públicos pré-fixados representados por Notas do Tesouro Nacional NTN-F com valor de mercado de R\$1.610.962 (31/12/2017 - R\$1.618.529).

A análise da efetividade destas operações está de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	31/03/2018			Banco		
				31/12/2017		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	108.961	(42.841)	66.120	123.428	(28.686)	94.742
Ativo	1.186.040	(31.249)	1.154.791	1.174.656	(36.590)	1.138.066
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	1.023.632	(33.793)	989.839	1.035.029	(42.150)	992.879
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾	162.408	2.544	164.952	139.627	5.560	145.187
Passivo	(1.077.079)	(11.592)	(1.088.671)	(1.051.228)	7.904	(1.043.324)
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(163.699)	(4.200)	(167.899)	(142.190)	(5.735)	(147.925)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽¹⁾	(913.380)	(7.392)	(920.772)	(909.038)	13.639	(895.399)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018			Consolidado 31/12/2017		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	136.739	(154.461)	(17.722)	123.985	(137.361)	(13.376)
Ativo	5.543.583	112.518	5.656.101	6.011.762	116.754	6.128.516
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	1.023.632	(33.793)	989.839	1.035.029	(42.150)	992.879
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾	162.408	2.544	164.952	139.627	5.560	145.187
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽³⁾	1.026.098	129.133	1.155.231	1.088.569	134.435	1.223.004
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	3.331.445	14.634	3.346.079	3.748.537	18.909	3.767.446
Passivo	(5.406.844)	(266.979)	(5.673.823)	(5.887.777)	(254.115)	(6.141.892)
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(163.699)	(4.200)	(167.899)	(142.190)	(5.735)	(147.925)
Indexados em Taxa de Juros						
Pré - Reais ^{(1) (4)}	(3.392.292)	(131.868)	(3.524.160)	(3.809.809)	(131.127)	(3.940.936)
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽¹⁾	(913.380)	(7.392)	(920.772)	(909.038)	13.639	(895.399)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Dólar ⁽³⁾	(937.473)	(123.519)	(1.060.992)	(1.026.740)	(130.892)	(1.157.632)
				Banco/Consolidado		
				31/03/2018	31/12/2017	
				Valor de	Valor de	
				Referência	Referência	
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de Futuros				78.583.665	60.299.595	
Operações de Trade Finance ⁽⁵⁾				53.452.934	54.995.334	
Moeda Estrangeira - Dólar				2.696.893	3.362.582	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				33.185.897	32.344.276	
Taxa de Juros DDI1				17.570.144	19.288.476	
Títulos e Valores Mobiliários ⁽⁶⁾				5.581.202	5.304.261	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				5.581.202	5.304.261	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽⁷⁾				19.549.529	-	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				19.549.529	-	

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018	Banco 31/12/2017	31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva				
Ativo	25.649.949	24.652.963	26.663.049	25.697.292
Operações de Crédito (Nota 8.a)				
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação ^{(3) (5)}	8.424.373	7.632.915	9.106.036	8.295.191
Operações de Empréstimos ^{(3) (5)}	8.251.231	9.590.587	8.582.668	9.972.640
Outros Créditos ⁽⁵⁾	-	354.315	-	354.315
Títulos e Valores Mobiliários				
Disponíveis para Venda - Notas Promissórias - NP (Nota 6.a.III) ^{(2) (5)}	2.982.839	1.194.266	2.982.839	1.194.266
Disponíveis para Venda - Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 6.a.III) ⁽⁶⁾	5.152.240	5.071.220	5.152.240	5.071.220
Mantidos até o Vencimento - Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 6.a.IV)	839.266	809.660	839.266	809.660
Passivo	(20.173.402)	-	(23.868.381)	(4.130.347)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses				
Depósitos (Nota 18.a)				
Certificado de Depósitos a Prazo - CDB ⁽⁷⁾	(20.173.402)	-	(20.173.402)	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	-	-	(339.010)	(333.343)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 18.c)				
Recursos de Aceites Cambiais				
Letras de Câmbio - LC ⁽⁴⁾	-	-	(344.177)	(763.103)
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras Financeiras - LF ⁽⁴⁾	-	-	(3.011.792)	(3.033.901)

(1) No Banco e no Consolidado, operação com vencimento em 1 de abril de 2021 (31/12/2017 - operação com vencimento em 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira.

(2) No Banco e no Consolidado, operações com vencimentos entre 18 de junho e 24 de setembro de 2018 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre 5 de janeiro e 14 de abril de 2018), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias.

(3) No Consolidado, são operações com vencimentos entre 6 de maio de 2021 a 17 de outubro de 2022 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre 30 de janeiro de 2018 a 30 de setembro de 2022), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(4) No Consolidado, são operações com vencimentos entre abril de 2018 e dezembro de 2020 (31/12/2017 - operações com vencimento entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020), cujos objetos de "hedge" são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, letras de câmbio - LC e letras financeiras - LF.

(5) No Banco e no Consolidado, operações com vencimentos entre maio de 2018 a novembro de 2026 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre fevereiro de 2018 a novembro de 2026) e valor atualizado dos instrumentos de R\$17.439.170 (31/12/2017 - R\$16.811.747) onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o "hedge" com as operações de trade finance, cujo objeto de "hedge" são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos e títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias.

(6) No Banco e no Consolidado, operação com vencimento entre março de 2021 e março de 2023 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre março de 2021 e março de 2023), cujo objeto de "hedge" são Letras Financeiras do Tesouro - LFT, registrados em títulos e valores mobiliários.

(7) No Banco e no Consolidado, operação com vencimento para janeiro de 2019, cujo objeto de "hedge" são Certificados de Depósitos a Prazo - CDB.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um crédito no valor de R\$286.442 (31/12/2017 - R\$116.441) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$106.525 (31/12/2017 - R\$9.342) serão realizados nos próximos doze meses.

A análise da efetividade destas operações está de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002. No primeiro trimestre de 2018, foram registrados no resultado uma despesa no valor de R\$1.415 (2017 - receita no valor R\$467) referente a parcela inefetiva.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	202.380	11.938	1.007.883	708.960
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.746.912	4.371.286	4.746.912	4.371.286
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.053.503	1.003.583	3.241.350	1.193.315
Total	8.002.795	5.386.807	8.996.145	6.273.561

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber	6.454.297	5.700.402	18.015.627	15.848.969
Prêmios de Opções a Exercer	495.970	489.458	642.930	553.218
Contratos a Termo e Outros	2.996.152	5.114.013	3.037.805	5.141.581
Total	9.946.419	11.303.873	21.696.362	21.543.768
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar	5.826.594	4.689.879	17.478.088	14.920.051
Prêmios de Opções Lançadas	355.845	342.766	427.775	385.183
Contratos a Termo e Outros	3.166.611	5.375.650	3.166.611	5.375.650
Total	9.349.050	10.408.295	21.072.474	20.680.884

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basileia III seguem um cronograma de *phase in*, possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "*banking*", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira "*banking*" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "*hedges*". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "*banking*".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2018.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(9.569)	(162.017)	(324.034)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.068)	(17.582)	(35.163)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(11.049)	(73.103)	(146.207)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.437)	(11.376)	(22.753)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(13.095)	(327.367)	(654.733)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.854)	(9.335)	(18.670)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(3.499)	(67.648)	(135.295)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(9.804)	(245.090)	(490.181)
Total ⁽¹⁾		(55.375)	(913.518)	(1.827.036)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(43.370)	(824.035)	(1.606.867)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(18.532)	(352.104)	(686.602)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(37.038)	(703.729)	(1.372.271)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(15.646)	(297.282)	(579.699)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.837)	(34.896)	(68.048)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.154)	(59.918)	(116.840)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(336)	(8.405)	(16.811)
Total ⁽¹⁾		(119.913)	(2.280.369)	(4.447.138)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Operações de Crédito	177.967.907	171.639.017	231.156.030	221.663.484
Empréstimos e Títulos Descontados ⁽³⁾	92.636.437	90.001.769	105.264.900	101.161.949
Financiamentos ⁽⁴⁾	38.585.152	35.104.254	79.045.847	73.829.604
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	11.680.877	11.675.791	11.680.877	11.675.791
Financiamentos Imobiliários	34.919.544	34.689.048	34.919.544	34.689.048
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	145.897	1.173	145.897	1.173
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	166.982	98.965	305.919
Operações de Arrendamento Mercantil	-	1	2.604.006	2.597.338
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	5.482.215	5.070.912	5.482.215	5.070.912
Outros Créditos ^{(2) (5)}	37.806.482	40.147.992	41.216.881	43.309.959
Total	221.256.604	216.857.922	280.459.132	272.641.693
Circulante	100.487.360	112.042.662	129.319.242	139.930.480
Longo Prazo	120.769.244	104.815.260	151.139.890	132.711.213

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

(3) Inclui o valor de R\$515.722 (31/12/2017 - R\$281.679) no Banco e R\$952.102 (31/12/2017 - R\$744.089) no Consolidado de contratos de empréstimos objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e o valor de R\$8.251.231 (31/12/2017 - R\$9.590.587) no Banco e R\$8.582.668 (31/12/2017 - R\$9.972.640) no Consolidado, de contratos de empréstimos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(4) Inclui o valor de R\$634.154 (31/12/2017 - R\$638.237) no Banco e no Consolidado de contratos de financiamento objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a), e o valor de R\$8.424.373 (31/12/2017 - R\$7.632.915) no Banco e R\$9.106.036 (31/12/2017 - R\$8.295.191) no Consolidado, de contratos de financiamento objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2017, inclui o valor de R\$354.315 de contratos de crédito objetos de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o primeiro trimestre de 2018, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$688.854 (2017 - R\$225.832) no Banco e no Consolidado e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco G.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA). Em 31 de março de 2018, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA é de R\$98.965 (31/12/2017 - R\$138.937).

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de *Funded Participation (Export)* no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 31 de março de 2018, o valor presente das operações cedidas é de R\$0 (31/12/2017 - R\$166.982).

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de março de 2018, o valor presente das operações cedidas é de R\$117.656 (31/12/2017 - R\$125.478).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Vencidas	6.641.380	7.589.001	7.915.868	8.706.106
A Vencer:				
Até 3 Meses	52.838.419	58.353.903	62.855.467	68.376.226
De 3 a 12 Meses	47.648.941	53.688.759	66.463.775	71.554.254
Acima de 12 Meses	114.127.864	97.226.259	143.224.022	124.005.107
Total	221.256.604	216.857.922	280.459.132	272.641.693

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	-	1	3.154.525	3.088.690
Arrendamentos a Receber	-	1	2.135.830	2.059.052
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	-	-	1.018.695	1.029.638
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	-	(2.116.583)	(2.037.716)
Valores Residuais a Balancear	-	-	(1.018.695)	(1.029.638)
Imobilizado de Arrendamento	59.424	66.611	6.587.932	6.699.397
Depreciações Acumuladas	(59.424)	(66.611)	(3.391.628)	(3.531.301)
Superveniências de Depreciações	22.611	25.957	1.292.088	1.321.640
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	209.941	222.865
Credores por Antecipação de Valor Residual	(22.611)	(25.957)	(2.115.593)	(2.138.695)
Outros Valores e Bens	-	-	2.019	2.096
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	-	1	2.604.006	2.597.338

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) no Consolidado é de R\$550.519 (31/12/2017 - R\$491.352).

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/03/2018	Banco 31/12/2017	31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
Vencidas	-	1	11.068	9.716
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.673.806	1.441.341
De 1 a 5 Anos	-	-	1.466.992	1.633.057
Acima de 5 Anos	-	-	2.659	4.576
Total	-	1	3.154.525	3.088.690

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	31/03/2018	Banco 31/12/2017	31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
Vencidas	-	1	11.851	8.538
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.319.878	1.344.466
De 1 a 5 Anos	-	-	1.271.012	1.242.339
Acima de 5 Anos	-	-	1.265	1.995
Total	-	1	2.604.006	2.597.338

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/03/2018	Banco 31/12/2017	31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
Setor Privado	221.203.950	216.799.022	280.406.478	272.582.793
Indústria	55.245.372	55.611.046	57.051.296	57.403.395
Comércio	26.668.942	27.137.523	30.365.035	31.050.058
Instituições Financeiras	1.433.774	1.152.604	1.438.981	1.156.855
Serviços e Outros ⁽¹⁾	33.254.451	32.461.007	36.299.851	35.492.891
Pessoas Físicas	102.031.780	97.946.270	152.633.230	144.942.407
Cartão de Crédito	24.421.561	24.420.815	24.421.561	24.420.815
Crédito Imobiliário	29.117.445	28.112.463	29.117.445	28.112.463
Crédito Consignado	16.784.628	15.497.855	28.448.880	25.616.252
Financiamento e Leasing de Veículos	1.876.099	1.835.375	38.276.435	36.227.482
Outros ⁽²⁾	29.832.047	28.079.762	32.368.909	30.565.395
Agricultura	2.569.631	2.490.572	2.618.085	2.537.187
Setor Público	52.654	58.900	52.654	58.900
Governo Estadual	22.485	26.241	22.485	26.241
Governo Municipal	30.169	32.659	30.169	32.659
Total	221.256.604	216.857.922	280.459.132	272.641.693

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário à construtoras/incorporadoras (plano empresarial) serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

							Banco 31/03/2018 Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾			
AA	-	82.770.772	-	82.770.772	-	-	-
A	0,5%	82.816.490	-	82.816.490	414.082	306.017	720.099
B	1%	15.261.877	1.622.698	16.884.575	168.846	279.925	448.771
C	3%	9.641.512	1.889.637	11.531.149	345.934	765.733	1.111.667
D	10%	7.647.018	2.169.935	9.816.953	981.695	214.701	1.196.396
E	30%	2.821.934	1.274.142	4.096.076	1.228.823	-	1.228.823
F	50%	1.711.276	1.133.073	2.844.349	1.422.174	-	1.422.174
G	70%	832.902	944.475	1.777.377	1.244.164	-	1.244.164
H	100%	3.322.780	5.329.513	8.652.293	8.652.293	-	8.652.293
Total		206.826.561	14.363.473	221.190.034	14.458.011	1.566.376	16.024.387

							Banco 31/12/2017 Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾			
AA	-	82.161.883	-	82.161.883	-	-	-
A	0,5%	80.068.069	-	80.068.069	400.340	297.689	698.029
B	1%	14.449.689	1.547.327	15.997.016	159.970	264.618	424.588
C	3%	9.306.222	1.799.710	11.105.932	333.178	733.441	1.066.619
D	10%	7.794.981	1.988.601	9.783.582	978.358	157.214	1.135.572
E	30%	2.429.455	1.656.825	4.086.280	1.225.884	-	1.225.884
F	50%	1.605.399	1.892.247	3.497.646	1.748.823	-	1.748.823
G	70%	798.126	907.666	1.705.792	1.194.055	-	1.194.055
H	100%	3.327.732	5.045.915	8.373.647	8.373.647	-	8.373.647
Total		201.941.556	14.838.291	216.779.847	14.414.255	1.452.962	15.867.217

							Consolidado 31/03/2018 Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾			
AA	-	97.911.895	-	97.911.895	-	-	-
A	0,5%	114.839.075	-	114.839.075	574.195	327.482	901.677
B	1%	20.970.086	3.138.070	24.108.156	241.082	279.925	521.007
C	3%	10.662.316	3.111.723	13.774.039	413.221	765.733	1.178.954
D	10%	7.842.063	2.713.181	10.555.244	1.055.524	214.701	1.270.225
E	30%	2.893.156	1.602.229	4.495.385	1.348.615	-	1.348.615
F	50%	1.834.487	1.367.652	3.202.139	1.601.069	-	1.601.069
G	70%	841.967	1.114.168	1.956.135	1.369.295	-	1.369.295
H	100%	3.395.751	6.160.233	9.555.984	9.555.985	-	9.555.985
Total		261.190.796	19.207.256	280.398.052	16.158.986	1.587.841	17.746.827

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				Consolidado	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Provisão Total
AA	-	95.785.639	-	95.785.639	-	-	-
A	0,5%	112.295.243	-	112.295.243	561.476	319.088	880.564
B	1%	18.084.843	2.896.661	20.981.504	209.815	264.618	474.433
C	3%	10.672.845	2.984.458	13.657.303	409.719	733.441	1.143.160
D	10%	7.998.220	2.489.277	10.487.497	1.048.749	157.214	1.205.963
E	30%	2.507.129	1.934.230	4.441.359	1.332.408	-	1.332.408
F	50%	1.729.351	2.121.498	3.850.849	1.925.425	-	1.925.425
G	70%	806.133	1.069.806	1.875.939	1.313.157	-	1.313.157
H	100%	3.402.067	5.784.797	9.186.864	9.186.864	-	9.186.864
Total		253.281.470	19.280.727	272.562.197	15.987.613	1.474.361	17.461.974

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$66.570 (31/12/2017 - R\$78.075) no Banco e R\$61.080 (31/12/2017 - R\$79.496) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.V.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Saldo Inicial	15.867.217	16.780.456	17.461.974	18.332.712
Constituições Líquidas das Reversões	2.815.277	2.603.961	3.291.151	3.019.872
Baixas	(2.658.107)	(3.873.258)	(3.006.298)	(4.268.681)
Saldo Final	16.024.387	15.511.159	17.746.827	17.083.903
Circulante	4.386.669	4.050.420	5.136.639	4.723.142
Longo Prazo	11.637.718	11.460.739	12.610.188	12.360.761
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	505.120	739.487	552.427	786.457

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$20.150 (2017 - R\$38.616) no Banco e no Consolidado.

g) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Créditos Renegociados	13.195.807	13.155.907	13.772.250	13.655.633
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.790.670)	(7.744.788)	(7.987.248)	(7.923.051)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	59,0%	58,9%	58,0%	58,0%

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	31/03/2018		Consolidado 31/12/2017	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	4.595.345	1,3%	4.405.863	1,2%
10 Maiores	29.723.351	8,2%	27.307.559	7,7%
20 Maiores	46.005.770	12,7%	44.180.854	12,5%
50 Maiores	70.920.494	19,5%	70.193.706	19,9%
100 Maiores	91.615.535	25,2%	91.342.646	25,9%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	34.662.475	33.464.563
Câmbio Comprado a Liquidar	40.841.537	26.601.130
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(306.802)	(113.998)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	96.596	86.481
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	34.459	81.049
Total	75.328.265	60.119.225
Circulante	73.010.997	53.370.513
Longo Prazo	2.317.268	6.748.712
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	39.894.722	40.516.382
Obrigações por Compra de Câmbio	35.226.547	19.872.398
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(5.482.215)	(5.070.912)
Outros	86	62
Total	69.639.140	55.317.930
Circulante	67.411.356	48.664.949
Longo Prazo	2.227.784	6.652.981
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.116.001	1.915.492
Créditos de Exportação Confirmados	383.862	651.740

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Negociação e Intermediação de Valores

	31/03/2018	Banco 31/12/2017	31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	935.845	142.665	944.899	142.825
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	-	6.349
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	-	-	325.015	223.318
Bolsas - Depósitos em Garantia	80.414	41.997	80.414	41.997
Outros ⁽¹⁾	303.498	800.984	303.498	800.984
Total	1.319.757	985.646	1.653.826	1.215.473
Circulante	1.319.757	985.646	1.653.826	1.215.473
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	415.096	73.437	418.711	95.103
Credores - Conta Liquidações Pendentes	36.488	4.269	715.879	183.636
Credores por Empréstimos de Ações	1.488	1.194	1.488	321.093
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	141.717	1.360
Comissões e Corretagens a Pagar	2.269	1.971	4.062	3.105
Outros	30.778	2.977	30.781	2.977
Total	486.119	83.848	1.312.638	607.274
Circulante	486.119	83.848	1.312.638	607.274

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Créditos Tributários**a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/03/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.448.584	924.079	(1.114.101)	10.258.562
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.023.947	59.123	(42.209)	1.040.861
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.361.741	14.994	(7.924)	1.368.811
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.529.085	215.932	(239.685)	1.505.332
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	2.318.210	810.168	(821.625)	2.306.753
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	315.265	126.776	-	442.041
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.356.007	9.521	-	1.365.528
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	403.709	175.306	(410.697)	168.318
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.065.919	-	(70.113)	2.995.806
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	21.822.467	2.335.899	(2.706.354)	21.452.012
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	548.697	-	(147.766)	400.931
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	521.753	-	(98.023)	423.730
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	22.892.917	2.335.899	(2.952.143)	22.276.673
Circulante	3.340.220			3.943.613
Longo Prazo	19.552.697			18.333.060

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/03/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.226.152	1.178.227	(1.237.932)	11.166.447
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	783.276	70.931	(29.969)	824.238
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.380.786	40.208	(19.854)	1.401.140
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.060.611	244.356	(45.777)	1.259.190
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	3.719.237	778.692	(1.141.288)	3.356.641
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	545.119	-	(72.676)	472.443
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	884.543	62.810	-	947.353
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	363.200	133.482	(353.951)	142.731
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.178.827	181.170	-	3.359.997
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	23.141.751	2.689.876	(2.901.447)	22.930.180
Contribuição Social - MP 2.158/2001	641.213	-	(119.460)	521.753
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	23.782.964	2.689.876	(3.020.907)	23.451.933
Circulante	8.234.581			6.918.637
Longo Prazo	15.548.383			16.533.296

	Saldo em 31/12/2017	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/03/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.800.832	2	1.183.975	(1.316.720)	11.668.089
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.140.653	-	90.563	(67.218)	1.163.998
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.306.576	6.118	37.191	(23.214)	2.326.671
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.614.898	31.345	229.815	(243.761)	1.632.297
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	2.326.627	-	810.168	(826.117)	2.310.678
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	369.813	-	128.656	(191)	498.278
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.364.252	8.194	9.624	(674)	1.381.396
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	434.604	13.224	188.345	(454.480)	181.693
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.292.385	5.300	81.894	(151.801)	3.227.778
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	24.650.640	64.183	2.760.231	(3.084.176)	24.390.878
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	973.104	42	36.089	(177.339)	831.896
Contribuição Social - MP 2.158/2001	535.899	-	-	(98.023)	437.876
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	26.159.643	64.225	2.796.320	(3.359.538)	25.660.650
Circulante	3.815.576				4.498.020
Longo Prazo	22.344.067				21.162.630

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2016	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/03/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.321.090	(181)	1.422.174	(1.351.411)	12.391.672
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	868.273	-	86.630	(46.300)	908.603
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.266.355	(404)	67.025	(22.632)	2.310.344
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.124.992	(310)	255.411	(48.549)	1.331.544
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	3.745.880	-	781.256	(1.148.960)	3.378.176
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	569.194	-	20.672	(73.652)	516.214
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	886.535	-	65.634	-	952.169
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	386.483	(664)	144.597	(376.097)	154.319
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.434.482	(6.568)	218.604	(121.232)	3.525.286
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	25.603.284	(8.127)	3.062.003	(3.188.833)	25.468.327
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	508.045	-	54.122	(76.362)	485.805
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	(119.460)	535.899
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	26.766.688	(8.127)	3.116.125	(3.384.655)	26.490.031
Circulante	9.102.267				7.763.562
Longo Prazo	17.664.421				18.726.469

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.

O Banco Santander possui créditos tributários não ativados no valor total de R\$245.229 (31/12/2017 - R\$171.228) e no Consolidado o valor de R\$245.277 (31/12/2017 - R\$172.108).

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN 4.441/2015.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

						Banco 31/03/2018
Ano	IRPJ	Prejuízos			CSLL 18%	Total Registrados
		Diferenças Temporárias	Fiscais - Base	Negativa		
		CSLL	PIS/Cofins			
2018	1.146.482	696.809	83.997	400.931	423.730	2.751.949
2019	2.906.217	1.755.628	104.811	-	-	4.766.656
2020	2.731.072	1.614.293	43.995	-	-	4.389.360
2021	2.405.255	1.446.190	24.521	-	-	3.875.966
2022	2.355.622	1.405.041	24.521	-	-	3.785.184
2023 a 2025	1.346.502	808.661	17.118	-	-	2.172.281
2026 a 2027	324.639	210.638	-	-	-	535.277
Total	13.215.789	7.937.260	298.963	400.931	423.730	22.276.673

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado 31/03/2018
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base	CSLL 18%	Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	Negativa		
2018	1.320.474	810.526	85.061	490.482	437.876	3.144.419
2019	3.248.149	1.960.662	106.230	99.364	-	5.414.405
2020	2.987.311	1.768.619	45.221	102.572	-	4.903.723
2021	2.734.363	1.636.296	25.682	61.230	-	4.457.571
2022	2.998.445	1.774.676	25.682	41.398	-	4.840.201
2023 a 2025	1.428.302	857.074	17.546	36.850	-	2.339.772
2026 a 2027	341.777	218.782	-	-	-	560.559
Total	15.058.821	9.026.635	305.422	831.896	437.876	25.660.650

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$18.309.102 (31/12/2017 - R\$18.489.387) no Banco e R\$21.036.109 (31/12/2017 - R\$21.113.682) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	31/03/2018	Banco 31/12/2017	31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	20.013.463	20.412.186	20.192.097	20.609.595
Direitos Creditórios ⁽¹⁾	16.891.490	18.938.486	20.123.255	21.903.044
Cédula de Produto Rural (CPR)	35.047	33.319	35.047	33.319
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.048.222	4.938.022	7.387.207	7.229.156
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.751.373	1.711.652	1.846.696	1.788.976
Outros	1.132.646	1.123.320	1.292.671	1.277.941
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	615.273	625.924	696.946	707.131
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	3.525.828	3.217.676	4.420.091	4.046.543
Créditos a Receber - Serviços Adquirente (Nota 26.e) ⁽²⁾	304.721	1.445.102	17.101	15.994
Pagamentos a Ressarcir	198.428	202.689	228.301	225.973
Adiantamentos Salariais/Outros	80.402	88.721	132.172	127.785
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	173.451	169.940	216.593	198.188
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	313.837	322.378	313.837	322.378
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 26.e)	21.875	20.542	1.995	1.497
Outros	1.165.986	1.277.469	2.416.390	2.934.724
Total	51.272.042	54.527.426	59.320.399	61.422.244
Circulante	34.644.607	36.821.967	38.712.695	40.171.446
Longo Prazo	16.627.435	17.705.459	20.607.704	21.250.798

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, composta por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(2) No Banco Santander, inclui o valor de R\$289.264 (31/12/2017 - R\$1.431.004) de valores a receber relacionado a Adquirência de sua controlada Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 31 de março de 2018, é composto pela aquisição ocorrida no dia 20 de abril de 2017 junto ao Grupo WTorre, de ações correspondentes a 94,60% do capital social da Rojo Entretenimento S.A. (Atual denominação Social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida. A participação neste investimento tem caráter provisório. O valor registrado é de R\$130.713 no Banco e Consolidado.

14. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Cayman

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Agência Grand Cayman ⁽³⁾		Santander Brasil EFC ⁽³⁾	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo	86.703.355	90.036.549	3.356.006	3.144.220
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	86.703.355	90.036.549	3.356.006	3.144.220
Disponibilidades	3.324.170	3.590.430	126.303	67.989
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.996.924	14.922.470	1.143.800	1.111.404
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	37.810.105	35.691.013	137.298	97.652
Operações de Crédito ⁽¹⁾	19.773.629	18.642.828	1.918.271	1.853.191
Carteira de Câmbio	7.346.663	15.461.077	-	-
Outros	1.451.864	1.728.731	30.334	13.984
Passivo	86.703.355	90.036.549	3.356.006	3.144.220
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	46.044.510	49.732.979	195.521	95.754
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	12.690.317	10.272.902	145.402	51.421
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.938.096	1.911.963	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	19.577.412	19.975.625	-	-
Carteira de Câmbio	7.376.563	15.450.218	-	-
Outros	2.462.122	2.122.271	50.119	44.333
Resultados de Exercícios Futuros	94	21	14.905	14.878
Patrimônio Líquido	40.658.751	40.303.549	3.145.580	3.033.588
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Resultado	494.216	485.529	22.189	6.847

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) A moeda funcional é o Real (Nota 3.b).


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Participações em Coligadas e Controladas

					31/03/2018
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) (Atual denominação social da Santander Participações S.A.) ^{(6) (10) (14) (15)}	Outras Atividades	4.687	-	100,00%	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.)	Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Atual denominação social da Atual Securitizadora) ^{(13) (27)}	Recuperação de Créditos Inadimplidos	265.419	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. (Atual denominação social da Webcasas S.A.) ^{(17) (19)}	Holding	24.500	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A. (Atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{(25) (26)}	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos) ^{(7) (9)}	Instituição de Pagamento	90.724	-	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) ⁽²³⁾	Banco	261.359	-	-	60,00%
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Santander Finance Arrendamento Mercantil)	Leasing	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					31/03/2018
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controlada da Atual Securitizadora ^{(13) (18)}					
Ipanema Empreendimentos e Participações ⁽¹⁸⁾	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	140	-	-	70,00%
Controlada da Ipanema Empreendimentos e Participações ⁽¹⁸⁾					
Gestora de Investimentos Ipanema ⁽¹⁸⁾	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	Securitização	4	-	9,72%	9,72%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ^{(1) (24)}	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito) ^{(8) (16)}	Birô de Crédito	3.560	3.560	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação social da Santander Participações S.A.) ^{(6) (10) (14) (15)}					
Webmotors S.A. ⁽²⁾	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) ^{(3) (22)}	Corretora de Seguros	450	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras Atividades	76.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽⁴⁾	Outras Atividades	384.917	-	-	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte) ⁽⁵⁾	Outras Atividades	375.576	-	-	100,00%
Controladas do Olé Consignado ⁽²³⁾					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	100,00%
Olé Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	-	100,00%
Coligada					
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	31/03/2018	31/03/2018	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.893.218	73.806	4.630.539	4.577.432	57.947	73.905
Santander Brasil Consórcio	207.598	33.282	207.598	234.316	33.282	19.053
Banco Bandepe	3.238.533	47.451	3.238.533	3.192.478	47.451	59.957
Banco RCI Brasil S.A.	1.120.336	43.216	446.912	430.930	17.239	11.414
Aymoré CFI	1.757.532	211.396	1.757.532	1.546.130	211.396	116.757
Santander CCVM	574.922	10.264	574.922	564.675	10.264	6.673
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito) ⁽¹¹⁾	-	-	-	-	-	(152)
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory) ⁽¹²⁾	-	-	-	-	-	(557)
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação social da Santander Participações S.A.) ^{(6) (10) (14) (15)}	2.276.323	90.075	2.281.333	2.192.359	89.006	13.842
Getnet S.A.	1.896.892	104.679	1.678.749	1.586.109	92.641	87.047
Sancap	431.302	27.414	431.302	394.454	27.414	29.616
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços) ^{(17) (20) (21)}	-	-	-	-	-	40.869
Santander Brasil EFC	3.145.580	22.189	3.145.580	3.033.588	22.189	6.847
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Atual denominação social da Atual Securitizadora) ^{(13) (27)}	255.317	6.678	255.317	98.638	6.678	-
Santander Holding Imobiliária S.A. (Atual denominação social da Webcasas S.A.) ^{(17) (19)}	25.156	1.271	25.156	23.885	1.271	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (Atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{(25) (26)}	126.699	(12.870)	126.699	-	(12.870)	-
Controladas da Aymoré CFI						
Super Pagamentos ^{(7) (9)}	36.544	174	-	-	-	-
Olé Consignado ⁽²³⁾	970.010	75.561	-	-	-	-
Banco PSA	302.513	7.922	-	-	-	-
Controlada da Santander Leasing						
Santander Finance Arrendamento Mercantil	391.841	2.589	-	-	-	-
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização	116.561	20.840	-	-	-	-
Evidence	289.285	6.382	-	-	-	-


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	31/03/2018	31/03/2018	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Controlada da Atual Securitizadora ^{(13) (18)}						
Ipanema Empreendimentos e Participações ⁽¹⁸⁾	1.221	447	-	-	-	-
Controlada da Ipanema Empreendimentos e Participações ⁽¹⁸⁾						
Gestora de Investimentos Ipanema ⁽¹⁸⁾	931	526	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec ⁽¹⁾	74.679	864	7.262	7.438	84	353
Norchem Participações	51.876	775	25.938	25.550	388	517
EBP ^{(1) (24)}	32.628	(9.346)	3.625	4.707	(1.082)	(733)
Gestora de Crédito ^{(8) (16)}	138.238	(9.325)	27.647	29.512	(1.865)	-
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	-	-	255	255	-	(133)
Controladas da Getnet S.A.						
Auttar HUT	15.464	465	-	-	-	-
Integrity Tecnologia	72.437	(415)	-	-	-	-
Toque Fale	4.734	1.021	-	-	-	-
Controladas do Olé Consignado ⁽²³⁾						
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	13.982	1.209	-	-	-	-
Olé Tecnologia Ltda.	4.055	788	-	-	-	-


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	31/03/2018	31/03/2018	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Coligada						
Norchem Holdings	96.653	743	21.022	20.860	162	352
Outras			7.550	-	(338)	-
Ágio na Aquisição de 100% da Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.a)			7.205	-	-	-
Deságio na Aquisição de 100% da Isban Brasil S.A. (Nota 37.a)			(1.115)	-	-	-
Outras			1.460	-	(338)	-
Total Banco			18.893.471	17.963.316	601.257	465.627
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec ⁽¹⁾	74.679	864	7.262	7.438	(185)	353
Norchem Participações	51.876	775	25.938	25.550	388	517
EBP ⁽¹⁾ ⁽²⁴⁾	32.628	(9.346)	3.625	4.707	(1.082)	(733)
Gestora de Crédito ⁽⁸⁾ ⁽¹⁶⁾	138.238	(9.325)	27.647	29.512	(1.865)	-
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	-	-	255	255	-	-
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente da Santander da Santander Serviços ⁽¹⁷⁾ ⁽²⁰⁾ ⁽²¹⁾						
Webmotors S.A. ⁽²⁾	-	-	-	-	-	5.126
TecBan	-	-	-	-	-	(328)
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação social da Santander Participações S.A.) ⁽⁶⁾ ⁽¹⁰⁾ ⁽¹⁴⁾ ⁽¹⁵⁾						
Webmotors S.A. ⁽²⁾	135.343	9.822	94.740	28.159	6.873	-
TecBan	437.669	(9.452)	86.702	88.587	(1.884)	-
PSA Corretora de Seguros ⁽³⁾ ⁽²²⁾	3.201	219	1.601	1.491	109	84
Controlada da TecBan						
Tbnet ⁽⁴⁾	261.163	(4.526)	-	-	-	-
Controlada da Tbnet						
Tbforte ⁽⁵⁾	252.891	(5.229)	-	-	-	-
Coligada						
Norchem Holdings	96.653	743	21.022	20.860	162	352
Outras			144.181	143.494	-	-
Ágio na Aquisição de 100% da Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.a)			7.205	-	-	-
Deságio na Aquisição de 100% da Isban Brasil S.A. (Nota 37.a)			(1.115)	-	-	-
Valor Líquido da Amortização referente a Conclusão do Estudo da Alocação do Preço de Compra (<i>Purchase Price Allocation - PPA</i>) sobre a Aquisição do Olé Consignado pela Aymoré CFI			17.917	19.481	-	-
Ágio na Aquisição das Ações Representativas dos 50% Remanescentes do Capital Social Votante da Super			76.008	78.825	-	-
Valor Final de Ajuste no Preço na Aquisição do Banco PSA.			12.688	13.014	-	-
Ágio na Aquisição de 70% da Ipanema Empreendimentos e Participações pela Atual Securitizadora			26.467	27.163	-	-
Outras			5.011	5.011	-	-
Total Consolidado	-		412.973	350.053	2.516	5.371

(1) O Banco possui participação inferior a 20%, não havendo bloco de controle na companhia, sendo as decisões de negócio tomadas em conjunto pelos acionistas.

(2) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação social da Santander Participações S.A.) e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

(3) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

(4) Em Reunião dos sócios realizada em janeiro e fevereiro de 2018, foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$164.915, passando o capital social dos atuais R\$220.002 para R\$384.917, com a emissão de 164.915 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Março de 2018


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(5) Em Reunião dos sócios realizada em janeiro de 2018, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$162.721, passando o capital social dos atuais R\$212.855 para R\$375.576, com a emissão de 162.721 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu a aprovação pelos sócios.

(6) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 8 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. Nesta mesma AGE, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia.

(7) Em maio de 2017, foi aprovado pelo Bacen o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como Instituição de Pagamento.

(8) Empresa constituída em abril de 2017 e se encontra em fase pré operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada (Nota 37.d). Na AGE realizada em 6 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$65.822, de forma que o capital social passou de R\$1 para R\$65.823, mediante a emissão de 6.582.200 (seis milhões, quinhentos e oitenta e duas mil e duzentas) novas ações, sendo 3.291.100 (três milhões, duzentas e noventa e um mil e cem) ações ordinárias, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) ações preferencias Classe A, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) de ações preferencias Classe B e 658.220 (seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentas e vinte) ações preferencias Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,00, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.

(9) Na AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Super Pagamentos no valor de R\$20.000, passando o capital social dos atuais R\$49.451 para R\$69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e quatro mil e oitenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, ao preço aproximado de emissão de R\$394,29 por lote de mil ações ao valor patrimonial contábil da Super Pagamentos em 30 de junho de 2017. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas nesta mesma data pela Aymoré CFI.

(10) O investimento mantido pela Santander Corretora de Seguros na BW Guirapá I S.A. foi baixado contabilmente em dezembro de 2017 (Nota 37.f).

(11) Em 31 de agosto de 2017, a Santander Microcrédito foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Nota 37.f).

(12) Em 29 de setembro de 2017, a Santander Brasil Advisory foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Nota 37.f).

(13) Na AGE realizada em 11 de setembro de 2017, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$120.000, mediante a emissão de 120.000.000 (cento e vinte milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$100,00 (cem reais) para R\$120.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander.

(14) Na AGE realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$17.652, face a versão do acervo líquido da Santander Microcrédito (Nota 37.f) apurado com base no seu valor contábil na data-base de 30 de junho de 2017, inteiramente destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social de R\$1.700.000 para R\$1.717.652, mediante a emissão de um total de 51.776 (cinquenta e um mil, setecentos e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$340,93 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 30 de junho de 2017.

(15) Na AGE realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros no valor de R\$12.900, face a versão do acervo líquido da Santander Brasil Advisory apurado com base no seu valor contábil na data-base de 31 de agosto de 2017 (Nota 37.f), sendo que o montante de R\$8.463, foi destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social de R\$1.717.652 para R\$1.726.115, mediante a emissão de um total de 37.554 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$343,50 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 31 de agosto de 2017.

(16) Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028, mediante a emissão de 29.013.700 (vinte e nove milhões, treze mil e setecentas) novas ações, sendo 14.506.850 (quatorze milhões, quinhentas e seis mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferencias Classe A, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferencias Classe B e 2.901.370 (dois milhões, novecentas e uma mil e trezentas e setenta) ações preferencias Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$9,83 (nove reais e oitenta e três centavos) por ação, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.

(17) Através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações realizado em 26 de outubro de 2017, a Santander Serviços vendeu a sua participação detida na Webcasas S.A. para o Banco Santander. A venda integral ocorreu pelo valor contábil (Nota 37.f).

(18) Investimento adquirido em 16 outubro de 2017 (Nota 37.c).

(19) Na AGE realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Webcasas S.A. para Santander Holding Imobiliária S.A. e a alteração de seu objeto social para as novas atividades a serem desempenhadas.

(20) Em 17 de novembro de 2017, o Banco Santander adquiriu da Santusa Holding, S.L. a participação que a mesma detinha no capital social da Santander Serviços. Foi registrado o valor de R\$298.978 referente ao ágio (Nota 37.f).

(21) Em 30 de novembro de 2017, a Santander Serviços foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Nota 37.f).

(22) Em 2017, conforme alteração contratual, as sócias da PSA Corretora de Seguros, decidiram aumentar o capital social da sociedade em R\$401, de forma que o capital social passou de R\$500 para R\$901, mediante a emissão de 400.532 (quatrocentas mil e quinhentas e trinta e duas) novas quotas representativas do seu capital social, tendo cada quota o valor nominal de R\$1,00 (um real). As novas quotas emitidas foram subscritas e integralizadas na data da referida alteração contratual, em moeda corrente nacional, na proporção da participação de cada sócia equivalente a 50% do seu capital social cada uma, ou seja 200.266 (duzentas mil e duzentas e sessenta e seis) quotas.

(23) A totalidade dos acionistas cancelaram a AGE de 19 de dezembro de 2017, que aprovou o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000. Ato contínuo, em 9 de fevereiro de 2018, os acionistas representando a totalidade do capital social do Olé Consignado, reunidos em AGE, realizada em 9 de fevereiro de 2018, aprovaram o aumento de capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000, passando dos atuais R\$400.000 para R\$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE na proporção de suas respectivas participações no capital social. A AGE de 9 de fevereiro de 2018, que deliberou pelo aumento de capital, foi aprovada pelo Bacen em despacho de 15 de março de 2018.

(24) Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. Após a conclusão do cronograma estabelecido, a EBP encerra suas atividades neste ano de 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018.

(25) Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.f).

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(26) Em AGE realizada no dia 19 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) no valor de R\$4.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos, sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R\$91.048 para R\$95.048, representado por 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(27) Na AGE realizada em 23 de março de 2018, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$150.000, mediante a emissão de 145.419.292 (cento e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil e duzentos e noventa e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$120.000 para R\$270.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Ainda, a a AGE deliberou a mudança da denominação social da companhia para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Imobilizado de Uso

			31/03/2018	Banco 31/12/2017
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.498.891	(691.956)	1.806.935	1.821.488
Terrenos	661.909	-	661.909	660.006
Edificações	1.836.982	(691.956)	1.145.026	1.161.482
Outras Imobilizações de Uso	11.801.473	(7.874.255)	3.927.218	3.983.138
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.407.202	(1.883.811)	1.523.391	1.543.269
Sistemas de Processamento de Dados	3.334.264	(2.910.186)	424.078	492.672
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.870.076	(2.294.656)	1.575.420	1.558.870
Sistemas de Segurança e Comunicações	773.376	(523.980)	249.396	252.652
Outras	416.555	(261.622)	154.933	135.675
Total	14.300.364	(8.566.211)	5.734.153	5.804.626

			31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.599.518	(708.815)	1.890.703	1.906.499
Terrenos	694.850	-	694.850	692.948
Edificações	1.904.668	(708.815)	1.195.853	1.213.551
Outras Imobilizações de Uso	12.991.746	(8.577.739)	4.414.007	4.489.185
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.511.252	(1.902.151)	1.609.101	1.629.286
Sistemas de Processamento de Dados	3.539.433	(2.998.977)	540.456	615.022
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.934.538	(2.339.254)	1.595.284	1.580.190
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.587.314	(1.073.434)	513.880	528.706
Outras	419.209	(263.923)	155.286	135.981
Total	15.591.264	(9.286.554)	6.304.710	6.395.684

17. Intangível

			31/03/2018	Banco 31/12/2017
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas ⁽¹⁾	26.419.016	(26.096.927)	322.089	334.961
Outros Ativos Intangíveis	8.987.610	(5.771.698)	3.215.912	3.278.886
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.151.666	(4.680.865)	1.470.801	1.543.573
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.514.464	(823.282)	1.691.182	1.679.305
Outros	321.480	(267.551)	53.929	56.008
Total	35.406.626	(31.868.625)	3.538.001	3.613.847

			31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas ⁽¹⁾	27.758.074	(26.895.074)	863.000	930.121
Outros Ativos Intangíveis	9.551.046	(6.133.202)	3.417.844	3.474.854
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.633.642	(4.975.516)	1.658.126	1.722.229
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.514.464	(823.282)	1.691.182	1.679.305
Outros	402.940	(334.404)	68.536	73.320
Total	37.309.120	(33.028.276)	4.280.844	4.404.975

(1) A amortização do ágio de aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017, restando o ágio proveniente da aquisição de outras empresas.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses**a) Depósitos**

						Banco
						31/03/2018
						31/12/2017
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	16.670.938	-	-	-	16.670.938	17.133.923
Depósitos de Poupança	41.408.726	-	-	-	41.408.726	40.572.369
Depósitos Interfinanceiros	-	1.096.081	3.729.466	1.919.357	6.744.904	27.713.333
Depósitos a Prazo ^{(1) (2)}	89.214	46.535.689	50.983.284	63.969.013	161.577.200	144.548.438
Total	58.168.878	47.631.770	54.712.750	65.888.370	226.401.768	229.968.063
Circulante					160.513.398	166.797.454
Longo Prazo					65.888.370	63.170.609

						Consolidado
						31/03/2018
						31/12/2017
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	16.798.918	-	-	-	16.798.918	17.176.981
Depósitos de Poupança	41.408.726	-	-	-	41.408.726	40.572.369
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	787.095	2.572.139	318.952	3.678.186	3.292.122
Depósitos a Prazo ^{(1) (2)}	89.214	46.562.274	50.431.385	62.294.984	159.377.857	142.480.670
Outros Depósitos	4.397	-	-	-	4.397	10.001
Total	58.301.255	47.349.369	53.003.524	62.613.936	221.268.084	203.532.143
Circulante					158.654.148	144.589.321
Longo Prazo					62.613.936	58.942.822

(1) Inclui o valor de R\$20.173.402 de certificados de depósitos a prazo - CDB e R\$339.010 (31/12/2017 - R\$333.343) de certificados de depósitos interfinanceiros - CDI, objetos de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existe a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

						Banco
						31/03/2018
						31/12/2017
		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria		103.932.066	11.204.860	247.159	115.384.085	103.917.046
Títulos Públicos		92.305.913	27.740	-	92.333.653	70.014.156
Títulos de Emissão Própria		5.309.007	11.011.781	236.904	16.557.692	27.293.793
Outros		6.317.146	165.339	10.255	6.492.740	6.609.097
Carteira de Terceiros		6.406.124	-	-	6.406.124	6.259.682
Carteira de Livre Movimentação		3.002.310	839.612	28.978.310	32.820.232	32.530.714
Total		113.340.500	12.044.472	29.225.469	154.610.441	142.707.442
Circulante					125.384.972	110.346.900
Longo Prazo					29.225.469	32.360.542

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	88.339.163	11.204.860	247.159	99.791.182	97.173.204
Títulos Públicos	76.713.010	27.739	-	76.740.749	63.270.663
Títulos de Emissão Própria	5.309.007	11.011.781	236.905	16.557.693	27.293.444
Outros	6.317.146	165.340	10.254	6.492.740	6.609.097
Carteira de Terceiros	2.222.550	-	-	2.222.550	258.099
Carteira de Livre Movimentação	3.002.310	839.612	28.978.310	32.820.232	32.530.714
Total	93.564.023	12.044.472	29.225.469	134.833.964	129.962.017
Circulante				105.608.495	97.601.475
Longo Prazo				29.225.469	32.360.542

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/03/2018	Banco 31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	24.622.484	18.868.872	27.231.709	70.723.065	68.253.864
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	8.772.941	11.989.604	6.468.534	27.231.079	27.713.875
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	2.805.385	4.138.530	2.426.023	9.369.938	8.854.053
Letras Financeiras - LF ⁽³⁾	13.044.158	2.740.738	18.337.152	34.122.048	31.685.936
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	154.445	860.227	3.020.620	4.035.292	1.992.881
Eurobonds	154.445	860.227	3.020.620	4.035.292	1.992.881
Certificados de Operações Estruturadas	400.013	723.442	1.101.251	2.224.706	1.990.266
Total	25.176.942	20.452.541	31.353.580	76.983.063	72.237.011
Circulante				45.629.483	50.482.288
Longo Prazo				31.353.580	21.754.723

				31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽⁵⁾	181.493	439.013	602.475	1.222.981	1.177.179
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	25.054.684	19.396.945	29.506.079	73.957.708	71.496.151
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	8.772.941	11.989.604	6.468.534	27.231.079	27.713.875
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	2.805.385	4.138.530	2.426.023	9.369.938	8.854.053
Letras Financeiras - LF ^{(3) (4)}	13.476.358	3.268.811	20.611.522	37.356.691	34.928.223
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	154.445	860.227	3.020.620	4.035.292	1.992.881
Eurobonds	154.445	860.227	3.020.620	4.035.292	1.992.881
Certificados de Operações Estruturadas	400.013	723.442	1.101.251	2.224.706	1.990.266
Total	25.790.635	21.419.627	34.230.425	81.440.687	76.656.477
Circulante				47.210.262	52.115.435
Longo Prazo				34.230.425	24.541.042

(1) LCI são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2026 (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2026).

(2) LCA são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 87,0% a 94,0% do CDI. Em 31 de março de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2021 (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2019).

(3) As principais características das LF são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2025 (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2025).

(4) Incluí o valor de R\$3.011.792 (31/12/2017 - R\$3.033.901) de LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) Incluí o valor de R\$344.177 (31/12/2017 - R\$763.103) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					31/03/2018	31/12/2017
					Total	Total
Eurobonds	2017	2018	USD	Zero Coupon a 2,4%	753.946	1.195.668
Eurobonds	2017	2019	USD	Libor 3M + 1,0%	166.525	165.677
Eurobonds	2017	2024	USD	6,9% a 10,0%	538.843	541.487
Eurobonds	2018	2018	USD	Zero coupon a 1,9%	100.202	-
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero coupon a 2,9%	244.954	-
Eurobonds	2018	2024	USD	6,9%	1.022.308	-
Eurobonds	2018	2025	USD	5,9%	1.139.297	-
Outros					69.217	90.049
Total					4.035.292	1.992.881

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Depósitos a Prazo ^{(1) (2)}	2.259.982	1.983.691	2.259.838	1.964.264
Depósitos de Poupança	496.906	642.020	496.906	642.020
Depósitos Interfinanceiros	242.390	1.910.538	80.581	76.247
Captação no Mercado Aberto ⁽³⁾	3.875.553	5.856.610	3.549.573	5.520.924
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	26.526	31.098
Outras	1.162.871	2.658.386	1.236.863	2.785.837
Total	8.037.702	13.051.245	7.650.287	11.020.390

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$123.862 (2017 - R\$122.911), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 21).

(2) Inclui despesas com variação cambial no valor de R\$431.570 (2017 - receitas no valor de R\$134.966) no Banco e R\$431.570 (2017 - receitas no valor de R\$203.003) no Consolidado.

(3) Inclui, receitas com variação cambial no valor de R\$300.820 (2017 - despesas no valor de R\$415.111) no Banco e R\$300.820 (2017 - despesas no valor de R\$R\$558.644) no Consolidado.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/03/2018			Banco	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2017
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	483.850	483.850	476.876
Obrigações por Empréstimos no Exterior	11.529.966	20.160.787	1.068.175	32.758.928	33.966.083
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	9.037.723	15.322.553	293.459	24.653.735	24.429.157
Outras Linhas de Crédito ⁽¹⁾	2.492.243	4.838.234	774.716	8.105.193	9.536.926
Obrigações por Repasses do País	1.501.269	4.240.172	9.850.975	15.592.416	16.635.697
Total	13.031.235	24.400.959	11.403.000	48.835.194	51.078.656
Circulante				37.432.194	39.285.419
Longo Prazo				11.403.000	11.793.237

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018			Consolidado	
	Até	De 3 a	Acima de	Total	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses		
Obrigações por Empréstimos no País	11.999	35.368	567.697	615.064	615.345
Obrigações por Empréstimos no Exterior	10.386.754	20.160.787	1.068.175	31.615.716	32.855.267
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	9.037.723	15.322.553	293.459	24.653.735	24.429.157
Outras Linhas de Crédito	1.349.031	4.838.234	774.716	6.961.981	8.426.110
Obrigações por Repasses do País	1.501.269	4.240.172	9.850.975	15.592.416	16.635.697
Total	11.900.022	24.436.327	11.486.847	47.823.196	50.106.309
Circulante				36.336.349	38.251.690
Longo Prazo				11.486.847	11.854.619

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2022 (31/12/2017 - até o ano de 2022) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,5% a.a. a 9,5% a.a. (31/12/2017 - 0,5% a.a. a 9,5% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

19. Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Passivos Tributários Diferidos	2.857.837	2.319.695	3.358.780	2.787.143
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	320.099	140.439
Impostos e Contribuições a Pagar	486.408	1.084.637	652.655	1.942.718
Total	3.344.245	3.404.332	4.331.534	4.870.300
Circulante	1.159.108	1.555.596	1.717.601	2.585.381
Longo Prazo	2.185.137	1.848.736	2.613.933	2.284.919

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em	Banco		Banco
	31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em
				31/03/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	898.976	-	-	898.976
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	1.345.678	537.574	-	1.883.252
Superveniência de Arrendamento Mercantil	6.490	-	(837)	5.653
Outros	68.551	1.405	-	69.956
Total	2.319.695	538.979	(837)	2.857.837

	Saldo em	Banco		Banco
	31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em
				31/03/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	965.750	-	(8.347)	957.403
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	836.197	813.427	-	1.649.624
Superveniência de Arrendamento Mercantil	6.777	-	(61)	6.716
Outros	575	52.984	-	53.559
Total	1.809.299	866.411	(8.408)	2.667.302

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2017	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/03/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	930.483	-	25.037	(316)	955.204
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	1.426.892	-	544.499	(4.776)	1.966.615
Superveniência de Arrendamento Mercantil	330.592	-	-	(7.564)	323.028
Outros	99.176	4.573	12.953	(2.769)	113.933
Total	2.787.143	4.573	582.489	(15.425)	3.358.780

	Saldo em 31/12/2016	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/03/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	969.321	1	30.918	(8.781)	991.459
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	892.971	-	857.446	(982)	1.749.435
Superveniência de Arrendamento Mercantil	385.127	-	-	(12.544)	372.583
Outros	18.172	(825)	63.485	(38)	80.794
Total	2.265.591	(824)	951.849	(22.345)	3.194.271

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

	Banco 31/03/2018			
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	
2018	307.656	183.746	59.739	551.141
2019	271.706	161.893	52.634	486.233
2020	231.011	137.464	43.628	412.103
2021	229.598	137.464	43.628	410.690
2022	229.127	137.464	43.628	410.219
2023 a 2025	319.320	191.554	59.087	569.961
2026 a 2027	10.947	6.543	-	17.490
Total	1.599.365	956.128	302.344	2.857.837

	Consolidado 31/03/2018			
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	
2018	381.467	191.572	60.815	633.854
2019	348.771	172.328	54.068	575.167
2020	291.620	147.872	45.063	484.555
2021	287.698	146.479	45.063	479.240
2022	286.395	146.018	45.063	477.476
2023 a 2025	422.572	202.785	62.020	687.377
2026 a 2027	13.648	7.463	-	21.111
Total	2.032.171	1.014.517	312.092	3.358.780

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

					Banco/Consolidado	
					31/03/2018	31/12/2017
CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	maio-08	maio-15 a maio-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	111.608	109.572
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	422.031	409.658
Total					533.639	519.230
Circulante					533.639	519.230

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, emissão indexada entre 100% e 112% do CDI.

(3) Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, emissão indexada ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. e 8,4% a.a.

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado	
					31/03/2018	31/12/2017
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ⁽³⁾	Total	Total
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	Sem Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	7,375%	4.209.117	4.189.108
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	janeiro-24	R\$3.000	6,000%	4.197.563	4.250.447
Total					8.406.680	8.439.555
Circulante					69.104	114.104
Longo Prazo					8.337.576	8.325.451

(1) Juros pagos trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Outras Obrigações - Diversas

	31/03/2018	Banco 31/12/2017	31/03/2018	Consolidado 31/12/2017
Provisão Técnica para Operações de Previdência e de Capitalização	-	-	1.892.216	1.864.315
Obrigações com Cartões de Crédito	19.310.824	20.037.937	29.985.141	30.552.706
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b)	4.306.453	4.279.109	7.068.844	6.999.881
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -				
Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 23.b)	5.659.259	5.481.162	6.271.353	5.994.219
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.a)	225.576	312.373	225.576	312.373
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	3.966.488	3.899.753	4.015.756	3.923.458
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	21.120	20.974	21.120	20.974
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	606.176	616.934	687.849	698.141
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	9.097	8.990	9.097	8.990
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.333.393	1.650.756	1.460.690	1.781.180
Despesas Administrativas	317.424	308.372	456.199	487.992
Outros Pagamentos	75.682	58.396	144.885	143.100
Credores por Recursos a Liberar	1.128.145	956.444	1.128.145	956.444
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	440.534	522.365	440.534	522.365
Fornecedores	498.182	379.137	1.344.283	1.126.375
Outras ⁽¹⁾	3.075.753	2.643.811	6.238.750	6.013.137
Total	40.974.106	41.176.513	61.390.438	61.405.650
Circulante	27.849.903	26.649.063	42.199.291	40.841.041
Longo Prazo	13.124.203	14.527.450	19.191.147	20.564.609

(1) No Consolidado, inclui a obrigação referente à transferência da Carteira do Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) registrado na Evidence.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classifica-las em função de sua probabilidade de *default*, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN 4.512/2016.

	Banco/Consolidado			
	31/03/2018		31/12/2017	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	297.687	12.970	339.354	13.080
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.025.069	17.477	3.038.745	17.053
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.609.009	3.551	1.664.361	4.475
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	-	-	565.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	11.713.210	118.995	11.548.131	118.949
Outros Avais	31.592	8.241	844	4
Outras Fianças Bancárias	15.504.551	53.488	15.918.965	142.886
Outras Garantias Financeiras Prestadas	2.763.266	10.854	2.184.684	15.926
Total	34.944.384	225.576	35.260.084	312.373

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2018	31/03/2017
Saldo Inicial ⁽¹⁾	312.373	325.957
Constituição (Nota 31)	8.240	68.929
Reversão ⁽²⁾ (Nota 31)	(95.037)	(118.796)
Saldo Final	225.576	276.090

(1) O valor da Adoção Inicial - Resolução CMN 4.512 no valor de R\$325.957 líquido de efeito tributário corresponde a R\$179.278.

(2) Corresponde a fiança honrada, mudança de *rating* e provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.**23. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias****a) Ativos Contingentes**

No Banco e no Consolidado, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22)	4.306.453	4.279.109	7.068.844	6.999.881
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -				
Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22)	5.659.259	5.481.162	6.271.353	5.994.219
Ações Trabalhistas	3.365.453	3.240.115	3.680.561	3.457.092
Ações Cíveis	2.293.806	2.241.047	2.590.792	2.537.127
Total	9.965.712	9.760.271	13.340.197	12.994.100

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a			Banco		
	31/03/2018			01/01 a		
	Fiscais ⁽³⁾	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.279.109	3.240.115	2.241.047	4.522.224	2.988.869	1.664.642
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(662)	152.609	91.552	(58.845)	387.735	169.963
Atualização Monetária	37.460	155.304	62.334	73.389	145.670	71.107
Baixas por Pagamento	(9.454)	(182.575)	(101.127)	(4.667)	(182.522)	(72.719)
Outros	-	-	-	594	27.318	-
Saldo Final	4.306.453	3.365.453	2.293.806	4.532.695	3.367.070	1.832.993
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	1.149.409	590.682	482.831	1.653.529	533.056	446.174
Depósitos em Garantia - Títulos e						
Valores Mobiliários	19.555	15.224	9.518	11.977	15.166	969
Total dos Depósitos em						
Garantia ⁽²⁾	1.168.964	605.906	492.349	1.665.506	548.222	447.143

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/03/2018			Consolidado 01/01 a 31/03/2017		
	Fiscais ⁽³⁾	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.999.881	3.457.092	2.537.127	7.080.310	3.146.383	1.867.621
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	9.049	162.381	111.288	(62.303)	401.105	183.879
Atualização Monetária	63.149	162.699	71.281	121.642	152.010	77.515
Baixas por Pagamento	(17.445)	(195.219)	(128.740)	(4.691)	(179.972)	(88.339)
Mudança no Escopo de Consolidação/Aquisição/Incorporação e Reclassificações de Participações Societárias (Nota 15)	14.210	93.726	-	(12.638)	(1.262)	-
Outros	-	(118)	(164)	8.852	27.859	1.293
Saldo Final	7.068.844	3.680.561	2.590.792	7.131.172	3.546.123	2.041.969
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	2.622.270	628.536	497.492	3.047.633	553.323	460.281
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	20.822	15.224	9.518	13.120	15.166	993
Total dos Depósitos em Garantia ⁽²⁾	2.643.092	643.760	507.010	3.060.753	568.489	461.274

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Em 31 de março de 2018, inclui os efeitos da adesão aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005 (Nota 23.e).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Em outubro de 2017, o Banco também aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R\$292.353 no Banco e R\$292.562 no Consolidado. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R\$435.074 no Banco e R\$435.454 no Consolidado. Na Demonstração dos Resultados foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R\$96.029 no Banco e R\$96.129 no Consolidado.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R\$534.001, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R\$191.897 com pagamento realizado em agosto de 2017 e R\$299.820 em janeiro de 2018. Com a conversão da medida provisória em lei, e suas alterações, o valor passou a ser de R\$491.717.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

PIS e Cofins - R\$1.792.014 no Banco e R\$3.547.879 no Consolidado (31/12/2017 - R\$1.775.326 no Banco e R\$3.514.651 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$369.273 no Banco e R\$1.018.766 no Consolidado (31/12/2017 - R\$366.002 no Banco e R\$1.009.281 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$218.267 no Banco e R\$233.399 no Consolidado (31/12/2017 - R\$223.139 no Banco e R\$237.960 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$266.666 no Banco e R\$266.673 no Consolidado (31/12/2017 - R\$265.009 no Banco e R\$265.022 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$718.541 (31/12/2017 - R\$714.604) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, em 31 de março de 2018 totalizaram R\$1.440 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos

Planos Econômicos - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi submetido e aprovado pelo STF.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, inclusive considerando o acordo homologado pelo STF.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$22.462 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2018, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$440 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2018, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$4.574 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$294 milhões.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de março de 2018, o valor era de aproximadamente R\$1.343 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de março de 2018, o valor era de aproximadamente R\$615 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2018, o valor era de aproximadamente R\$2.287 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$65 milhões, excluindo os processos abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.363 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$606.176, R\$2.600 e R\$6.496 (31/12/2017 - R\$616.934, R\$2.607 e R\$6.383) no Banco e R\$687.849, R\$2.600 e R\$6.496 (31/12/2017 - R\$698.141, R\$2.607 e R\$6.383) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 22) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	31/03/2018			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	68.564	94.141	162.705	66.207	91.779	157.986
De Domiciliados no Exterior	3.750.131	3.585.695	7.335.826	3.752.488	3.588.057	7.340.545
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(2.833)	(2.833)	(5.666)	(5.845)	(5.845)	(11.690)
Total em Circulação	3.815.862	3.677.003	7.492.865	3.812.850	3.673.991	7.486.841

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos serão calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

O destaque de juros sobre o capital próprio no primeiro trimestre de 2018 está descrito abaixo:

	Em Milhares de Reais	31/03/2018		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (2)}	600.000	0,0763	0,0840	0,1603
Total	600.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 março de 2018, ordinárias - R\$0,0649, preferenciais - R\$0,0714 e Units - R\$0,1362 líquidos de impostos e que serão pagos no dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) O valor de juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

No primeiro trimestre de 2017, não houve destaque de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 1 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.717.204 Units, representativas de 38.717.204 ações ordinárias e 38.717.204 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2017, a aproximadamente 1,03% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2017, o Banco Santander possuía 373.269.828 ações ordinárias e 401.074.242 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 6 de novembro de 2017, encerrando-se em 5 de novembro de 2018.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/03/2018	31/12/2017
	Quantidade	Quantidade
	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Período	1.773	25.786
Cancelamento ⁽¹⁾	-	(32.276)
Aquisições de Ações	5.088	12.768
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.028)	(4.505)
Ações em Tesouraria no Final do Período	2.833	1.773
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 102.509	R\$ 148.246
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 206	R\$ 194
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 102.715	R\$ 148.440
Custo/Valor de Mercado	Units	Units
Custo Mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado	R\$ 25,75	R\$ 24,41
Custo Máximo	R\$ 36,98	R\$ 32,29
Valor de Mercado	R\$ 27,64	R\$ 27,64

(1) Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

Adicionalmente, no primeiro trimestre de 2018, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em uma receita de R\$4.016 (2017 - R\$944), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados de R\$5.538 (31/12/2017 - R\$6.008). Em 2018, foram registrados/realizados resultados no valor de R\$977 (2017 - R\$3.107).

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15)	673.434	649.341	(25.977)	(17.199)
Santander Leasing (Nota 15)	457	395	(6)	(7)
Getnet S.A. (Nota 15)	218.143	206.105	(12.038)	- 11.311
BW Guirapá I S.A. (Notas 15 e 37.f)	-	-	-	135
Olé Consignado (Nota 15)	388.004	322.431	(30.224)	(4.504)
Banco PSA (Nota 15)	151.257	147.295	(3.961)	(3.430)
Santander Corretora de Seguros (Nota 15)	-	-	-	(26.933)
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (Nota 2)	205.659	268.792	(4.311)	(16.035)
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (Nota 2)	301.825	301.736	(5.685)	(9.956)
Santander FI SBAC	64.076	-	(950)	-
Ipanema Empreendimentos e Participações	366	-	(134)	-
Outros	(1.523)	597	-	(343)
Total	2.001.698	1.896.692	(83.286)	(89.583)

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2016 foi de 10,5%, composto de 9,875% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 0,625% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 6,625% e o Capital Principal Mínimo para 5,125%.

Para o ano base 2017, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 7,25% e o Capital Principal Mínimo 5,75%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência Nível I	57.799.307	56.386.001
Capital Principal	53.590.190	52.196.893
Capital Complementar (Nota 21)	4.209.117	4.189.108
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 21)	4.197.563	4.250.447
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	61.996.870	60.636.448
Risco de Crédito ⁽¹⁾	336.104.953	324.696.458
Risco de Mercado ⁽²⁾	32.467.965	25.857.109
Risco Operacional	37.372.300	32.579.126
Total de RWA ⁽³⁾	405.945.218	383.132.693
Índice de Basileia Nível I	14,24	14,72
Índice de Basileia Capital Principal	13,20	13,62
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,27	15,83

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias "commodities" (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de março de 2018 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2018, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta será objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 27 de abril de 2018.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 35.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Remuneração Fixa	22.051	20.255
Remuneração Variável	20.245	39.802
Outras	17.016	3.024
Total Benefícios de Curto Prazo	59.312	63.082
Remuneração Baseada em Ações	17.927	13.045
Total Benefícios de Longo Prazo	17.927	13.045
Total ⁽¹⁾	77.239	76.127

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no primeiro trimestre de 2018, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$9.138 (2017 - R\$10.450).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas, cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%; e

IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 31/03/2018
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	4.010	0,1%	4.015	0,1%	8.025	0,1%
Administradores (*)	4.578	0,1%	4.578	0,1%	9.156	0,1%
Outros	368.054	9,6%	395.853	10,8%	763.907	10,2%
Total em Circulação	3.815.862	99,9%	3.677.003	99,9%	7.492.865	99,9%
Ações em Tesouraria	2.833	0,1%	2.833	0,1%	5.666	0,1%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	371.114	9,7%	398.919	10,8%	770.033	10,2%

						Em Milhares de Ações 31/12/2017
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L.	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,6%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.551	0,1%	3.556	0,1%	7.107	0,1%
Administradores (*)	4.016	0,1%	4.016	0,1%	8.032	0,1%
Outros	366.063	9,6%	393.862	10,7%	759.925	10,1%
Total em Circulação	3.812.850	99,8%	3.673.991	99,8%	7.486.841	99,8%
Ações em Tesouraria	5.845	0,2%	5.845	0,2%	11.690	0,2%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	369.614	9,7%	397.418	10,8%	767.032	10,2%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d.1) Oferta Pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Banco Receitas (Despesas)
	31/03/2018	01/01 a 31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2017
Disponibilidades	283.675	-	523.801	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	257.591	-	519.543	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	24.748	-	1.348	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	1.153	-	2.733	-
Diversos	183	-	177	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	52.931.537	1.101.938	53.590.339	1.101.455
Aymoré CFI ⁽³⁾	35.221.463	771.221	33.802.456	802.026
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	2.778.956	27.277	7.384.336	20.063
Banco PSA ⁽³⁾	1.109.720	17.011	1.112.049	27.947
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	1.957.451	26.079	1.189.751	20.311
Banco Bandepe ⁽³⁾	1.252.328	17.431	848.896	-
Olé Consignado ⁽³⁾	10.611.619	242.919	9.252.851	231.108
Títulos e Valores Mobiliários	17.070.227	380.819	31.379.028	2.013.939
Santander Leasing ⁽³⁾	17.070.227	380.819	31.379.028	2.013.939
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	185.726	(160.342)	(98.311)	(346.286)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	349.228	4.969	165.743	(368.204)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(66.497)	4.300	(71.672)	2.387
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(92.548)	(139.295)	(196.333)	(72.486)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	7.683	111	(712)	2.244
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	209.599	63.070	113.676	(114.403)
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(221.739)	(93.497)	(109.013)	204.176
Relações Interfinanceiras	7.295.042	130	6.739.129	-
Getnet S.A. (Nota 12) ^{(3) (8)}	7.283.691	-	6.739.129	-
Santander Leasing ⁽³⁾	11.351	130	-	-
Operações de Crédito	-	647	-	151
Cibrasec ⁽⁵⁾	-	647	-	151
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	526.305	213
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	-	80.750	-
Santander Leasing ⁽³⁾	-	-	267.152	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	-	-	12.207	-
Santander CCVM ⁽³⁾	-	-	402	-
Banco Bandepe ⁽³⁾	-	-	119.000	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	-	-	46.794	-
Diversos	-	-	-	213
Negociação e Intermediação de Valores	172.882	152	480.736	579
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	66.410	83	71.751	133
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	106.472	69	408.985	446
Carteira de Câmbio - Líquida	177.474	63.969	726	42.095
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	177.474	63.969	726	42.095

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Banco Receitas (Despesas)
		01/01 a 31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2017
Rendas a Receber	898.533	460.247	899.619	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	898.533	403.498	899.619	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽¹¹⁾	-	56.749	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	311.139	231.837	1.451.546	617.778
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	-	-	-	354.655
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽¹¹⁾	-	-	-	60.169
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	19.996	65.501	18.914	65.592
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	118.069	-	100.746
Santander CCVM ⁽³⁾	-	18.827	-	25.182
Santander Leasing ⁽³⁾	-	442	-	599
Santander Serviços ^{(3) (8)}	-	-	-	4.762
Santander Microcrédito ^{(3) (9)}	-	-	-	2.067
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	230	2.295	131	1.049
Santander Corretora de Seguros ⁽³⁾	-	9.324	-	250
Getnet S.A. ^{(3) (7)}	289.264	14.398	1.431.004	455
Diversos	1.649	2.981	1.497	2.252
Outros Créditos - Diversos	8.871	15.005	10.444	6.180
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	5.625	6.972	5.243	-
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	2.738	-	4.742	1.611
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	5.416	-	3.658
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	-	316	-	316
Diversos	508	2.301	459	595
Depósitos	(8.537.147)	(269.147)	(29.962.477)	(1.965.335)
Santander Leasing ⁽³⁾	(216.711)	(107.341)	(22.084.813)	(1.750.797)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(353.073)	(2.213)	(157.814)	-
Aymoré CFI ⁽³⁾	(3.184.337)	(87.797)	(3.140.522)	(92.157)
Banco Bandepe ⁽³⁾	-	-	-	(18.116)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	(31.073)	-	(55.935)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽¹¹⁾	(991)	-	(2.760)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁴⁾	(48.100)	(1.271)	(32.334)	(2.211)
Sancap ⁽³⁾	(10.092)	(198)	(14.774)	(476)
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Santander Brasil Asset) ⁽⁴⁾	(15.141)	(276)	(16.766)	(380)
Webmotors S.A. ⁽¹³⁾	(3.085)	-	(9.798)	(2.032)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(1.742.345)	(29.224)	(1.543.752)	(61.068)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(20.893)	(501)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{(3) (12)}	(16.344)	(53)	(34.410)	(417)
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	(36.369)	(1.259)	(47.423)	(520)
Santander Microcrédito ^{(3) (9)}	-	-	-	(130)
Santander Corretora de Seguros ⁽³⁾	(108.655)	(1.690)	(108.443)	(21.910)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(320.925)	(5.764)	(300.074)	(6.697)
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	(6.040)	(1.063)	(72.374)	(3.450)
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	(2.216.422)	(28.475)	(2.051.476)	-
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	(4.022)	-	(2.801)	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(3.666)	-	(1.288)	(588)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(71.386)	(1.119)	(71.947)	(1.864)
Super Pagamentos ⁽³⁾	(61.109)	(684)	(91.570)	(780)
Santander Holding Imobiliária S.A. ^{(3) (14)}	(374)	-	(43)	(664)
Getnet S.A. ⁽³⁾	(27.358)	-	(52.889)	-
Diversos	(59.529)	(720)	(47.578)	(577)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Banco Receitas (Despesas)
		01/01 a 31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2017
Operações Compromissadas	(19.776.476)	(327.460)	(12.914.370)	(465.992)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	-	(579)	(168.944)	(130.454)
Getnet S.A. ⁽³⁾	-	-	-	(9.097)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(141.077)	(3.763)	(326.246)	(1.562)
Santander FI Finacial ⁽³⁾	(8.270.453)	(156.231)	(10.815.781)	(298.879)
Santander Leasing ⁽³⁾	(9.811.207)	(137.875)	-	(2.000)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(60.551)	(866)	(61.436)	(1.518)
Olé Consignado ⁽³⁾	(3.300)	(10)	(13.301)	(595)
Santander CCVM ⁽³⁾	(18.222)	(274)	(17.104)	(314)
Santander FI SBAC ⁽³⁾	(639.328)	(14.147)	(725.427)	(593)
Santander FI Guarujá ⁽³⁾	(61.808)	(2.143)	(83.947)	(5.392)
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(126.250)	(1.328)	(58.635)	(2.802)
Banco PSA ⁽³⁾	-	-	-	(9.718)
Santander Finance Arrendamento Mercantil ⁽³⁾	(332.199)	(5.346)	(334.819)	-
Santander FI Unix ⁽³⁾	(312.081)	(4.895)	(308.381)	(3.021)
Diversos	-	(3)	(349)	(47)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.868.624)	-	(1.299.775)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(1.721.287)	-	(187.493)	-
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(3.777)	-	(1.466)	-
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	(1.143.212)	-	(1.110.816)	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	(348)	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(457.047)	-	(3.993.952)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(71.144)	-	(620.264)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(241.136)	-	(2.108.086)	-
GES ^{(2) (4)}	(144.638)	-	(1.264.470)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) ⁽⁴⁾	(129)	-	(1.132)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(52.106)	(145.832)	(11.171)	(118.857)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁴⁾	(9.671)	(10.530)	(905)	(7.879)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(29.386)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{(3) (12)}	(17.382)	(74.618)	-	(46.869)
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽²⁾	(12.772)	(12.862)	-	(7.500)
Santander Microcrédito ^{(3) (11)}	-	-	-	(10.131)
Santander Corretora de Seguros ⁽³⁾	(5.343)	(15.221)	(4.894)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(2.046)	(15.137)	(430)	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(1.516)	(5.665)	(1.867)	(6.205)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(3.123)	(11.642)	(2.936)	(9.999)
Diversos	(253)	(157)	(139)	(888)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.953.472)	(104.979)	(7.977.576)	(54.978)
Banco Santander Espanha ^{(2) (6)}	(7.953.472)	(104.979)	(7.977.576)	(54.978)
Despesas com Doações	-	(3.900)	-	(3.500)
Fundação Sudameris	-	(3.900)	-	(3.500)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Banco Receitas (Despesas)
		01/01 a 31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2017
Outras Obrigações - Diversas	(41.287)	(243.840)	(32.917)	(221.469)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(843)	-	(1.442)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(79.945)
TecBan ⁽¹³⁾	-	(69.876)	-	(63.686)
Ingeniería ⁽²⁾	-	(9.145)	-	(9.827)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{(3) (12)}	-	(82.066)	-	(9.075)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(409)	-	(409)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(6.634)	-	(6.411)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	(11.874)	-	(11.874)	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(25.514)	(71.223)	(17.217)	(33.533)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(3.899)	(1.921)	(3.826)	(14.807)
Diversos	-	(1.723)	-	(2.334)

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Consolidado Receitas (Despesas)
		01/01 a 31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2017
Disponibilidades	409.978	-	591.790	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	383.894	-	587.532	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	24.748	-	1.348	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	1.153	-	2.733	-
Diversos	183	-	177	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.778.956	27.289	7.384.336	20.064
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	2.778.956	27.289	7.384.336	20.064
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	291.348	(141.777)	(29.843)	(477.117)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	349.228	4.969	165.743	(368.204)
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	(66.497)	4.300	(71.672)	2.387
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	8.617	(151.046)	(123.914)	(111.300)
Operações de Crédito	-	647	-	151
Cibrasec ⁽⁵⁾	-	647	-	151
Negociação e Intermediação de Valores	172.882	43.009	480.736	64.800
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	106.472	42.926	408.985	64.800
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	66.410	83	71.751	-
Carteira de Câmbio - Líquida	177.474	63.969	726	42.095
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	177.474	63.969	726	42.095
Dividendos e Bonificações a Receber	9.661	-	9.846	-
Webmotors S.A. ⁽¹³⁾	9.661	-	9.846	-
Rendas a Receber	930.918	646.537	925.835	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	930.918	572.531	925.835	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽¹¹⁾	-	74.006	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	1.995	2.936	1.497	493.402
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	-	1.861	-	60.169
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽¹¹⁾	-	-	-	432.083
Isban Mexico, S.A. de C.V. ⁽²⁾	122	-	-	-
Ingeniería de Software Bancario, S.L. ⁽²⁾	192	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	-	874	-	-
Diversos	1.681	201	1.497	1.150

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Consolidado Receitas (Despesas)
	31/03/2018	01/01 a 31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2017
Outros Créditos - Diversos	5.715	16.508	5.323	4.164
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	5.715	6.972	5.323	(110)
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	5.416	-	3.658
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	-	1.580	-	-
Banco Santander - Chile	-	339	-	-
Santander Participações ⁽³⁾	-	267	-	-
Diversos	-	1.934	-	616
Depósitos	(2.731.762)	(40.582)	(2.293.300)	(75.248)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(467.249)	(2.213)	(200.445)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	(991)	-	(2.760)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽¹¹⁾	(31.073)	-	(55.935)	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(90)	(20.893)	(501)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{(3) (12)}	-	(215)	(34.410)	(417)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁴⁾	(48.100)	(1.271)	(32.334)	(2.211)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(1.742.345)	(29.224)	(1.543.752)	(61.068)
Santander Brasil Asset ⁽⁴⁾	(15.141)	(276)	(16.766)	(380)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(320.925)	(5.764)	(300.074)	(6.697)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(71.386)	(1.119)	(71.947)	(1.864)
Gestora de Inteligência de Crédito ⁽⁵⁾	(27.846)	(371)	-	-
Webmotors S.A. ⁽¹³⁾	(3.085)	-	(9.798)	(2.032)
Diversos	(3.621)	(40)	(4.186)	(78)
Operações Compromissadas	-	(579)	(168.944)	(130.454)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	-	(579)	(168.944)	(130.454)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.725.064)	-	(188.959)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(1.721.287)	-	(187.493)	-
Banco Santander, S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(3.777)	-	(1.466)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(457.047)	-	(3.993.952)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(241.136)	-	(2.108.086)	-
GES ^{(2) (4)}	(144.638)	-	(1.264.470)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(71.144)	-	(620.264)	-
Banco Madesant ⁽⁴⁾	(129)	-	(1.132)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(30.161)	(87.497)	(6.676)	(104.401)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(3.588)	(15.041)	(2.051)	(2)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	(9.671)	(10.822)	(905)	(8.210)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(3.979)	-	(31.160)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{(3) (12)}	-	(31.051)	-	(46.917)
Ingeniería ⁽²⁾	(12.772)	(13.716)	-	(7.500)
Santander Brasil Asset ⁽⁴⁾	(66)	(450)	(69)	(444)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(3.123)	(11.642)	(2.936)	(9.999)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	(426)	-	-	-
Diversos	(515)	(796)	(715)	(169)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.953.472)	(104.979)	(7.977.576)	(54.978)
Banco Santander Espanha ^{(2) (6)}	(7.953.472)	(104.979)	(7.977.576)	(54.978)
Despesas com Doações	-	(4.810)	-	(4.854)
Santander Cultural	-	(750)	-	(1.004)
Fundação Sudameris	-	(3.900)	-	(3.500)
Fundação Santander	-	(160)	-	(350)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Consolidado Receitas (Despesas)
	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2017
Outras Obrigações - Diversas	(32.363)	(125.180)	(31.157)	(197.602)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(844)	-	(1.442)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(26.270)	-	(83.476)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{(3) (12)}	-	(5.435)	-	(9.513)
Ingeniería ⁽²⁾	-	(9.145)	-	(9.896)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(409)	-	(8.288)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(6.634)	-	(6.411)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	(28.462)	(4.458)	(27.325)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(3.899)	(1.921)	(3.826)	(14.807)
TecBan ⁽¹³⁾	-	(69.876)	-	(63.686)
Diversos	(2)	(187)	(6)	(83)

(1) Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de abril de 2018 e juros de até 1,68% a.a. (31/12/2017 - com vencimento em 2 de janeiro de 2018 e juros de até 1,43% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

(4) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

(5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.

(6) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

(7) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

(8) Empresa incorporada em 30 de novembro de 2017 (Nota 15 e 37.e).

(9) Empresa incorporada em 31 de agosto de 2017 (Nota 15 e 37.e).

(10) Empresa incorporada em 29 de setembro de 2017 (Nota 15 e 37.e).

(11) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(12) Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.f).

(13) Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros.

27. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Administração de Recursos	196.479	232.841	251.567	262.960
Serviços de Conta Corrente	794.841	643.640	797.608	653.643
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	287.044	273.933	385.526	370.145
Operações de Crédito	130.534	125.278	229.016	221.491
Rendas de Garantias Prestadas	156.510	148.655	156.510	148.654
Comissões de Seguros	529.668	480.483	662.103	587.924
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	855.402	736.999	1.340.168	1.143.016
Cobrança e Arrecadações	372.107	345.143	373.357	348.361
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	120.542	146.129	161.538	178.785
Outras	67.504	34.404	162.400	164.156
Total	3.223.587	2.893.572	4.134.267	3.708.990

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Remuneração	925.206	1.010.010	1.022.260	1.107.068
Encargos	404.705	367.285	445.149	400.549
Benefícios	331.709	330.467	361.630	355.371
Treinamento	10.297	7.939	11.243	8.925
Outras	2.314	4.831	2.323	9.223
Total	1.674.231	1.720.532	1.842.605	1.881.136

29. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	487.637	823.931	617.341	945.906
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	416.274	535.095	515.193	631.124
Comunicações	97.220	100.199	103.571	110.447
Processamento de Dados	488.158	392.283	518.070	427.584
Propaganda, Promoções e Publicidade	82.183	55.538	99.417	66.364
Aluguéis	175.116	180.570	180.616	185.064
Transportes e Viagens	33.010	34.612	40.352	42.344
Serviços do Sistema Financeiro	60.327	53.379	78.313	68.307
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	153.914	149.368	154.275	149.685
Manutenção e Conservação de Bens	58.543	55.724	59.471	57.012
Água, Energia e Gás	48.223	49.221	49.322	50.370
Material	12.674	11.838	13.298	12.648
Outras	88.137	87.551	136.649	137.452
Total	2.201.416	2.529.309	2.565.888	2.884.307

(1) Inclui a amortização de ágio no valor de R\$12.872 (2017 - R\$405.597) no Banco e R\$69.372 (2017 - R\$455.660) no Consolidado, realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 17). A amortização do ágio de aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017, que era o principal ágio que era amortizado.

30. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	444.687	527.157	580.016	637.630
Despesa com ISS	148.300	112.015	196.132	134.142
Despesa com PIS ⁽¹⁾	72.262	85.663	102.427	111.080
Outras ⁽²⁾	48.354	78.702	69.308	117.392
Total	713.603	803.537	947.883	1.000.244

(1) Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	94.016	88.361
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 23.c) ⁽¹⁾	10.536	116.105	897	61.358
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22)	86.797	49.867	86.797	49.867
Atualização de Depósitos Judiciais	107.068	106.082	140.595	149.654
Atualização de Impostos a Compensar	37.880	69.645	51.015	91.722
Recuperação de Encargos e Despesas	314.240	276.757	244.409	208.606
Variação Monetária Ativa	-	307.575	134	308.256
Outras	420.843	18.581	457.682	254.772
Total	977.364	944.612	1.075.545	1.212.596

(1) Em 31 de março de 2018, inclui o valor de R\$51.215 no Banco e R\$52.606 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições (Nota 23.c).

32. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Provisões Operacionais				
Trabalhistas (Nota 23.c)	152.609	387.735	162.381	401.105
Cíveis (Nota 23.c)	91.552	169.963	111.288	183.879
Despesas com Cartão de Crédito ⁽²⁾	457.852	373.759	477.275	398.190
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 35.a)	63.990	48.542	64.663	47.922
Variação Monetária Passiva	330	612	1.049	2.077
Despesas Judiciais e Custas	38.248	33.320	43.720	37.084
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	14.627	14.192	14.988	15.097
Corretagens e Emolumentos	16.213	13.625	21.100	16.731
Comissões	108.606	57.464	391.628	266.894
Avaliação do Valor Recuperável	-	21.774	-	21.774
Outras ^{(1) (3) (4)}	688.576	887.684	983.992	1.144.346
Total	1.632.603	2.008.670	2.272.084	2.535.099

(1) Inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

(2) Em 2017, inclui variação cambial no valor de R\$4.810 no Banco e Consolidado.

(3) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$4.764 (2017 - despesa de R\$4.412) no Banco e despesa de R\$426 (2017 - despesa de R\$60.707) no Consolidado.

(4) Em 31 de março de 2018, inclui o valor de R\$1.851 no Banco e R\$2.041 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.

33. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Resultado na alienação de Investimentos ⁽¹⁾	-	3.157	6.265	1.238
Resultado na Alienação de Valores e Bens	1.705	(1.567)	(2.979)	(1.498)
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(3.675)	(49.214)	681	(114.374)
Despesas com Bens não de Uso	(4.986)	(3.667)	(5.021)	(3.941)
Ganhos (Perdas) de Capital	582	(1.557)	620	(2.982)
Outras Receitas (Despesas)	8.601	56.612	12.989	53.157
Total	2.227	3.764	12.555	(68.400)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

34. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/03/2018	Banco 01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2018	Consolidado 01/01 a 31/03/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.284.672	3.595.852	4.854.246	4.078.499
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(438.265)	(296.627)	(466.304)	(319.190)
Juros sobre o Capital Próprio	(600.000)	-	(600.000)	-
Resultado não Realizado	-	-	330	(107)
Resultado antes dos Impostos	3.246.407	3.299.225	3.788.272	3.759.202
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽⁴⁾	(1.460.883)	(1.484.651)	(1.704.722)	(1.691.641)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	270.566	209.419	1.132	2.304
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	66.316	86.083	79.322	98.849
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	92.749	(474.865)	92.749	(474.865)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(66.364)	460.243	(59.411)	460.243
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	-	-	41.485	32.517
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽⁴⁾	80.044	(278.033)	69.102	(294.431)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(10.079)	10.141	(4.580)	21.753
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.027.651)	(1.471.663)	(1.484.923)	(1.845.271)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

(4) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.s).

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 14).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 e de 2017:

Em R\$ Milhões	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman e EFC	184	(1.066)
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	(351)	2.033
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	151	(872)
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	16	(95)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

35. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em Novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.

III) Bandedprev - Banded Previdência Social (Bandedprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Banded e Banco Santander, administrado pela Bandedprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Banded e para os demais desde 2011.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no primeiro trimestre de 2018 foram de R\$21.654 (2017 - R\$20.971) no Banco e R\$23.714 (2017 - R\$21.371) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, com características similares ao plano da SantanderPrevi, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras referente ao plano no primeiro trimestre de 2018 foram de R\$35 no Banco e no Consolidado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco 31/03/2018		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.406.653)	(4.149)	(1.349.265)
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.426.652	4.502	1.806.540
	(1.980.001)	353	457.275
Sendo :			
Superávit	620.842	353	457.275
Déficit	(2.600.843)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	453.120	353	455.057
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2017 (Nota 12)	167.722	-	2.218
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2017 (Nota 22)	(2.600.843)	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Ativo Atuarial (Nota 32)	3.458	-	53
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2018 (Nota 12)	171.180	-	2.271
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	6.791	-	8
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial (Nota 32)	(63.827)	(4)	(159)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2018 (Nota 22)	(2.657.879)	(4)	(151)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.673.160)	489	1.122
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.083.333	526	265.169

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Banco 31/03/2017
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev	
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(19.271.793)	(3.300)	(1.255.406)	
Valor Justo dos Ativos do Plano	17.999.621	4.473	1.662.153	
	(1.272.172)	1.173	406.747	
Sendo :				
Superávit	502.860	1.173	406.747	
Déficit	(1.775.032)	-	-	
Valor não Reconhecido como Ativo	372.398	1.173	406.747	
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016	130.462	-	-	
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016	(1.775.032)	-	-	
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Ativo Atuarial (Nota 32)	2.993	-	-	
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017	133.455	-	-	
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	5.630	-	110	
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial (Nota 32)	(51.425)	-	(110)	
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017	(1.820.827)	-	-	
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.063.761)	488	(672)	
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.066.623	995	361.089	
				Consolidado 31/03/2018
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev	
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.648.194)	(4.149)	(1.349.265)	
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.878.594	4.502	1.806.540	
	(1.769.600)	353	457.275	
Sendo :				
Superávit	831.243	353	457.275	
Déficit	(2.600.843)	-	-	
Valor não Reconhecido como Ativo	635.273	353	455.057	
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2017 (Nota 12)	195.970	-	2.218	
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2017 (Nota 22)	(2.600.843)	-	-	
Aquisição da Isban Brasil S.A. (Nota 37.a)	2.524	-	-	
Aquisição da Santander Brasil Tecnologia S.A. (Atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) (Nota 37.a)	11.412	-	-	
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Ativo Atuarial (Nota 32)	4.416	-	53	
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2018 (Nota 12)	214.322	-	2.271	
Aquisição da Isban Brasil S.A. (Nota 37.a)	(11.131)	-	-	
Aquisição da Santander Brasil Tecnologia S.A. (Atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) (Nota 37.a)	(12.300)	-	-	
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	6.973	-	7	
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial (Nota 32)	(64.500)	(4)	(159)	
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2018 (Nota 22)	(2.681.801)	(4)	(152)	
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.701.232)	489	1.122	
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.136.456	526	265.169	

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 31/03/2017		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(19.510.420)	(3.300)	(1.255.406)
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.450.290	4.473	1.662.153
	(1.060.130)	1.173	406.747
Sendo :			
Superávit	714.902	1.173	406.747
Déficit	(1.775.032)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	561.241	1.173	406.747
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016	153.661	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016	(1.775.032)	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Ativo Atuarial (Nota 32)	3.620	-	-
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017	157.281	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	5.633	-	110
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial (Nota 32)	(51.432)	-	(110)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2017	(1.820.831)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.073.095)	488	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.153.857	995	361.089

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, válidos para 31 de março de 2018 e 2017:

	Banco 31/12/2017		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	660.088	(793)	8.312
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.448.316)	(219)	(92.500)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	146	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(788.082)	(1.012)	(84.188)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	206.950	66	89.876
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	206.950	66	89.876
Mudança no Superávit Irrecuperável	(40.056)	947	(3.893)

	Banco 31/12/2016			
	Banesprev	Sanprev	Santander- Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(602.042)	(68.022)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.944.759)	(43.885)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.211)	8.553	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.560.012)	(103.354)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.284.302	68.933	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.284.302	68.933	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	87.831	56.733	(543)	(48.539)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 31/12/2017		
	Santander-		
	Banesprev	Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	678.684	(793)	8.312
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.464.969)	(219)	(92.500)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	146	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(786.139)	(1.012)	(84.188)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	180.216	66	89.876
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	180.216	66	89.876
Mudança no Superávit Irrecuperável	(12.744)	947	(3.893)

	Consolidado 31/12/2016			
	Santander-			
	Banesprev	Sanprev	Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(613.273)	(68.005)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.968.465)	(43.916)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.671)	8.660	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.595.409)	(103.261)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.325.813	68.863	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.325.813	68.863	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	104.096	56.912	(543)	(48.539)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2017 e 2016, válidos para 31 de março de 2018 e 2017:

	Duração (em Anos)	
Planos	31/12/2017	31/12/2016
Banesprev		
Plano I	11,26	11,47
Plano II	11,51	11,42
Plano III	9,03	8,44
Plano IV	13,86	16,34
Plano V	8,82	8,57
Pré-75	9,57	9,29
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,41/5,82/6,87	6,22/5,56/6,58
Sanprev		
Plano I	6,46	6,29
Plano II	10,94	12,87
Plano III	9,46	9,12
Bandeprev		
Plano Básico	9,46	9,11
Plano Especial I	6,75	6,54
Plano Especial II	6,61	6,48
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	7,20	6,59

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício de assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermária, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45,28% do valor do prêmio. Esse benefício é concedido pelo Banco aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	31/03/2018		Banco 31/03/2017	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.176.476)	(701.551)	(3.557.640)	(555.160)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.579.117	-	3.190.984	-
	(597.359)	(701.551)	(366.656)	(555.160)
Sendo :				
Déficit	(597.359)	(701.551)	(366.656)	(555.160)
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Nota 22)	(597.359)	(701.551)	(366.656)	(555.160)
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2018 e 2017 (Nota 12)	-	-	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	13.855	8.214	13.895	8.420
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial	(15.020)	(16.593)	(25.060)	(14.648)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2018 e 2017 (Nota 22)	(598.524)	(709.930)	(377.821)	(561.388)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(603.804)	(213.839)	(345.515)	(89.634)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	619.635	-	1.337.948	-

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/03/2018		Consolidado 31/03/2017	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.342.210)	(701.551)	(3.691.329)	(555.160)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.721.146	-	3.310.895	-
	(621.064)	(701.551)	(380.434)	(555.160)
Sendo :				
Déficit	(621.064)	(701.551)	(380.434)	(555.160)
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Nota 22)	(621.064)	(701.551)	(380.434)	(555.160)
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2018 e 2017 (Nota 12)	-	-	-	-
Aquisição da Isban Brasil S.A. (Nota 37.a)	(465)	-	-	-
Aquisição da Santander Brasil Tecnologia S.A. (Atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) (Nota 37.a)	(693)	-	-	-
Contribuições Efetuadas sobre o Passivo Atuarial	14.198	8.214	14.224	8.420
Receitas (Despesas) Reconhecidas sobre o Passivo Atuarial	(15.845)	(16.593)	(25.840)	(14.648)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2018 e 2017 (Nota 22)	(623.869)	(709.930)	(392.050)	(561.388)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(586.155)	(213.839)	(342.555)	(89.635)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	651.971	-	1.384.439	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, válidos para 31 de março de 2018 e 2017:

	31/12/2017		Banco 31/12/2016	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(211.610)	(75.069)	(1.115.634)	36.566
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(318.642)	(49.136)	(440.340)	(81.233)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(379)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(530.252)	(124.205)	(1.555.974)	(45.046)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	284.416	-	696.589	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	284.416	-	696.589	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	-	-	366.656	-

	31/12/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(228.327)	(75.069)	(1.153.410)	36.566
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(331.149)	(49.136)	(456.719)	(81.233)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(379)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(559.476)	(124.205)	(1.610.129)	(45.046)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	333.504	-	718.628	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	333.504	-	718.628	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	-	-	380.434	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2017 e 2016, válidos para 31 de março de 2018 e 2017:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2017	31/12/2016
Cabesp	13,02	12,93
Bandepe	14,47	14,57
Clínica Grátis	10,88	11,03
Diretores Vitalícios	8,49	9,12
Circulares ⁽¹⁾	12,40 e 10,15	12,91 e 10,05
Seguro de Vida	7,64	7,68

(1) A duração 12,40 (31/12/2016 - 12,91) se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,15 (31/12/2016 - 10,05) ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2017 e 2016, válidos para 31 de março de 2018 e 2017, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos de Patrimônio	4,6%	1,0%
Instrumentos de Dívida	94,7%	98,2%
Bens Imóveis	0,4%	0,3%
Outros	0,4%	0,5%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

As premissas atuariais adotadas nos cálculos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, válidos para 31 de março de 2018 e 2017, são as seguintes:

	Banco/Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	9,5%	9,7%	10,9%	10,8%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,5%	9,7%	10,9%	10,8%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,0%	4,0%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica em 31 de dezembro de 2017 e 2016, válidos para 31 de março de 2018 e 2017 teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade			
	31/12/2017		31/12/2016	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações	57.001	(63.510)	58.416	(24.839)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	597.410	(665.700)	527.586	(451.242)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

O plano de Incentivo de Longo Prazo SOP 2013 foi encerrado no exercício de 2016, no entanto permanece aberto para exercício até 30 de junho 2018, conforme aprovado na AGE de 29 de abril de 2013. Em 2018, permanece em aberto o plano para o segmento Private Banking denominado Plano de Incentivo de Longo Prazo Private Ultra High.

(i) Plano de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Posição RTA	SOP2013 ⁽¹⁾ % de Ações Passíveis de Exercício
1º	100%
2º	75%
3º	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA). Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Avaliação	SOP 2013 Black&Scholes
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de <i>Vesting</i>	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R\$5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A.) em 31 de março de 2018 foi de R\$29,85 (31/12/2017 - R\$28,47).

No período findo em 31 de março de 2018 e 2017 não foram registradas despesas "pro rata" dia, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016	1.986.258					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(869.247)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017	1.117.011					
	-					
Saldo dos Planos em 31 de Março de 2017	1.117.011					

(ii) Plano de Incentivo a Longo Prazo Local - Dinheiro

Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High: tem como objetivo alinhar os interesses do Banco Santander e do Participante com objetivo, de um lado, ao crescimento e lucratividade do segmento de Private e, de outro lado, ao reconhecimento da contribuição do Participante. O Plano tem como objetivo o pagamento pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável.

Cada participante tem um *target* em Reais, caso os indicadores sejam atingidos, o *target* será aplicado sobre o valor de referência. O plano será pago em duas parcelas, sendo a primeira em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Indicadores - Fase 1 (Valor de Referência):

- BAI de 2017 (Indicador de Benefícios antes dos Impostos do Segmento Private Ultra High).

Indicadores - Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)

- BAI - 50%;
- MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Líquida do Segmento Private Ultra High); e
- AUM - 25% (Indicador Assets Under Management (Ativos sobre Gestão) do Segmento Private Ultra High).

Em 31 de março de 2018, foram registradas despesas no valor de R\$2.935 no Banco e Consolidado, referente ao plano de incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High.

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Em 2014, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a sua liquidação será em ações do Grupo Santander Espanha.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 2016, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de 2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015.

Valor Justo do Plano Global

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander é calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

	2 Anos	3 Anos	4 Anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade Esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de Juros sem Risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será utilizado para mensurar o atingimento dos *targets* será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze (15) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador foi apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$19,2893, que serão entregues em parcelas nos anos de 2017 e 2018, com restrição de venda de um ano depois de cada entrega.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Indicadores - Fase 1:

- RTA *versus* Concorrentes; e
- ROTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco *versus* Orçamento.

Indicadores - Fase 2:

- RTA *versus* Concorrentes;
- ROTE Banco *versus* Orçamento;
- Satisfação dos Funcionários;
- Satisfação dos Clientes; e
- Vinculação de Empresas *versus* Orçamento.

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de um ano após a entrega.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Final do Período
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	Jan/2014	Dez/2017
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	Jan/2015	Dez/2018
Saldo dos Planos em 31 de Março de 2018	3.388.106				

No primeiro trimestre de 2018, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$1.298 no Banco e R\$1.319 no Consolidado (2017 - R\$1.101 no Banco e no Consolidado), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciada em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciada em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do *Financial Stability Board* (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.

A aprovação da última proposta do plano de incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, ocorreu em 25 de outubro de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado.

i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No período findo em 31 de março de 2018, foram registrados despesas no valor de R\$3.551 (2017 - R\$6.881) no Banco e R\$3.131 (2017 - R\$6.826) no Consolidado, referente a provisão do plano de diferimento em ações.

ii) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No período findo em 31 de março de 2018, foram registradas receitas no valor de R\$16.025 (2017 - R\$14.958) no Banco e R\$15.429 (2017 - R\$14.932) no Consolidado.

36. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander se apoia em uma robusta gestão de risco prudente, com a definição do apetite ao riscos por parte da Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Tipificação de Riscos

Risco de Crédito

É a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes, no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Risco de Mercado

É a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados

Risco Operacional

É o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos. A gestão e o controle do risco operacional estão suportados pelo modelo de linhas de defesa, no qual papéis e responsabilidades para o gerenciamento de riscos operacionais são atribuídos a todas as camadas do Banco.

O processo de gestão permite um contínuo aprimoramento da gestão e controle dos riscos operacionais, prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, identificação de planos de ação e manutenção da continuidade dos negócios, convergindo para o fortalecimento do ambiente de controles internos.

Risco de Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo

É a possibilidade de o Banco ser utilizado para a lavagem de dinheiro, através da contratação de produtos, serviços e realização de movimentações financeiras comuns ou complexas envolvendo recursos provenientes de negócios ilícitos no Brasil e no exterior, tais como o tráfico de entorpecentes, corrupção pública, evasão de divisas, entre outros.

No caso de financiamento ao terrorismo, o risco está relacionado à realização de transações de ou a favor de pessoas físicas e jurídicas que constam em listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras, ou recursos daquelas que se identificam como simpatizantes de grupos extremistas e que por esse motivo, realizam contribuições, doações, atuam na logística de distribuição de recursos, a fim de auxiliar financeiramente ao terrorismo.

Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma Governança Institucional baseada nas melhores práticas de controle e de atendimento aos padrões mundiais de organismos e autoridades nos países onde atua.

Baseados em normas internas e externas, o Banco realiza treinamentos periódicos e tem como objetivo, capacitar, alertar e educar os seus colaboradores.

Risco Reputacional

É o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece princípios e diretrizes e consolida políticas e procedimentos específicos para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas, incluindo o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades. O Banco possui um executivo estatutário responsável pelo cumprimento dessa política. Em 2016, a PRSA foi revisada e se mantém como um importante impulsionador da gestão socioambiental.

Com o objetivo de atender os compromissos assumidos na PRSA, são mantidas, como parte da governança, instâncias, ferramentas e processos de gerenciamento de risco socioambiental. Neste contexto, em 2017 a governança ficou mais robusta, com a instauração do Comitê Sênior da PRSA, composto por Vice-presidentes e Diretores das áreas de Risco, Compliance, Recursos Humanos, Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade. Este comitê tem o papel de decidir sobre temas estratégicos e acompanhar o andamento dos processos críticos, fazendo a ponte entre o Comitê Executivo e as demais instâncias de governança da PRSA. Além disso, a área de Auditoria Interna conduz o processo de supervisão do cumprimento dos compromissos assumidos na PRSA e em políticas associadas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Complementam os compromissos assumidos na PRSA, os presentes em outras políticas do Banco, como por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e homologação de Fornecedores, Política de Direitos Humanos, Políticas de Risco Socioambiental e a Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar quanto à estratégia de Investimento Social Privado e apresentar diretrizes para a criação e manutenção de programas sociais que fortaleçam essa estratégia, de forma a concretizar sua contribuição para que as pessoas e os negócios prosperem.

Além dessas, o Banco possui procedimentos e uma gestão que tem o propósito tanto de mitigar o risco que fatores externos trazem aos negócios, como de gerenciar impactos gerados pelo Banco e que podem se estender à sociedade e ao meio ambiente.

Um risco direto gerado pela atividade bancária é a inadequação na concessão ou no uso do crédito, que pode gerar super endividamento, especialmente das famílias. Para mitigar esse risco, estratégias baseadas em dados comportamentais dos consumidores são adotadas antes mesmo que haja inadimplência. Além disso, o Santander possui propostas de renegociação de dívidas adequadas à capacidade de pagamento individual.

Outro risco crucial está relacionado aos impactos, eventualmente causados por projetos e companhias que o Banco decide financiar. Nesse caso o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. O gerenciamento de risco socioambiental no Santander é realizado por meio da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. Até 2017, a análise de risco socioambiental era aplicada ao Banco de Atacado e, desde 1 de janeiro de 2018, passou a ser realizada também para clientes do Varejo.

O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado. A disseminação desta prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador. Esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Além disso, no cálculo do rating de crédito, o Banco inclui uma nota para as práticas sociais e ambientais dos clientes do segmento Corporate - empresas com faturamento acima de R\$200 milhões. A iniciativa chamada de Rating Socioambiental traz benefícios diretos para: i) o cliente, que tem suas boas práticas socioambientais recompensadas com melhores condições no crédito; ii) o Banco, que tornou sua análise de crédito ainda mais completa; iii) a sociedade, pois ao estimular as boas práticas no negócio de seus clientes, o Banco promove e incentiva a responsabilidade corporativa em diferentes cadeias e setores.

Já o relacionamento entre o Santander e seus fornecedores está respaldado pelas diretrizes do Pacto Global - iniciativa da ONU para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2007. Estas diretrizes estão presentes no processo de concorrência, homologação e contratação. Durante o processo de homologação, os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, e para 100% dos fornecedores de criticidade alta, o Banco possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF).

Na formalização da prestação de um serviço ou aquisição de um bem, o Banco utiliza contratos que possuem cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global. O Banco implantou o Marco Corporativo de Acordos com Terceiros e Controle de Fornecedores, que estabelece diretrizes que regulam a relação das entidades do Grupo com os fornecedores, com objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio, desde o processo de contratação e/ou terceirização de serviços, bem como durante a vigência do contrato. Durante a prestação de serviço, o Banco tem um processo de monitoramento de seus fornecedores, verificando a regularidade das obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas e a transparência na relação com a Administração Pública, permitindo a adoção de ações para mitigação de riscos. Este processo considera riscos como: Tecnológicos e Operacionais, Reputacionais, Legais, Compliance, Sustentabilidade, entre outros.

Gestão Integrada de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017 a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) e entrou em vigor em 180 dias da data de sua publicação. A Resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Appetite por Riscos (RAS – *Risk Appetite Statement*), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretores para gerenciamento de riscos e de capital. O Banco Santander realizou mapeamento das ações necessárias, visando a aderência à nova Resolução sem identificar impactos relevantes decorrentes dessa norma até a data de publicação deste relatório.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco Santander possui uma área de Gestão Integrada de Riscos, para a identificação, monitoramento, controle e consolidação, assegurando o correto tratamento de todos os riscos (financeiros e não financeiros) aos quais está potencialmente exposto, garantindo o acompanhamento nos devidos fóruns internos de governança.

A gestão e controle dos riscos no Banco se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e

- i. Gestão de riscos desde sua geração;
- ii. Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- iii. Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa devem contar com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente, a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Definição das Linhas de Defesa

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Em seu trabalho de última etapa de controle existente no Banco, a Auditoria Interna, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação às áreas de negócios;
- Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre as operações de crédito.

O Comitê Executivo de Riscos (CER) é o comitê de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o VPE de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
- Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar às recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é o responsável pelo controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e de Finanças (VPE de Finanças). As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e Auditoria Interna; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo a informação e assistência que precisem em matéria de

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os temas relevantes de gestão de riscos ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados ("carteirizados" com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados):

- **Gestão Individualizada** - é executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado: Corporate e Global Corporate Banking (GCB); e
- **Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados (pequenas e médias empresas). Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e GCB, com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista de riscos e são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um *rating* em cada país, baseada nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota ao cliente.

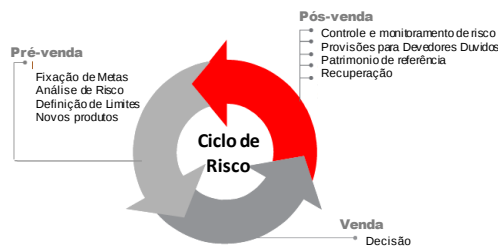
Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições as quais as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de *rating* de crédito;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pelo Comitê Executivo do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da VPE de Riscos.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante à avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

Como pré-requisitos para o planejamento estratégico do Banco são definidos limites de *Apetite ao Risco*. As métricas e os limites são aprovados pelo Comitê Executivo de Riscos, pelo Conselho de Administração, segundo a governança estabelecida no Marco Corporativo de Riscos do Banco Santander.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes GCB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento *Corporate*, utiliza-se o modelo de limite operacional.

No caso dos riscos estandarizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente acordado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Quando existe uma negação pela ferramenta automática, pode-se recorrer a análise individualizada pela equipe especializada de Riscos que avalia e pode aprovar os limites ou operações para o cliente, com base em informações julgamentais ou de mercado que o modelo automático não consegue capturar.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e demais entidades do Conglomerado.

Através da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um *rating* interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com menor periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente comercial ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora dos limites de crédito estabelecidos.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Tomada de Decisão sobre Propostas

Tem o objetivo de analisar e adotar resoluções, de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar o risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia Rentabilidade Ajustada ao Risco no Capital (RORAC) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

As operações do Varejo são liberadas a partir de limites pré - aprovados via forma massificada ou através de procedimentos de exceção, que utilizam elementos julgamentais conforme alçadas pré-definidas.

Monitoramento de Risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é de responsabilidade da área Comercial em conjunto com a área de Riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN (*Santander Customer Assessment Note*), que é um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso.

Estes clientes são revisados semestralmente ou a cada trimestre para casos de categorias mais graves. A classificação SCAN também pode decorrer da revisão realizada pela Auditoria Interna.

São utilizadas, no nível individual, rotinas diárias extraídas de sistemas específicos, com o objetivo de controlar a devida utilização dos limites concedidos. Neste mesmo nível, é feito controle da suficiência de garantias, por área centralizada de gestão.

No caso dos riscos no nível estandarizado, os indicadores-chave (concentração, perda de crédito e cumprimento de orçamento) são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira em relação às projeções realizadas nos PEC.

A reavaliação do risco no nível cliente ocorre a partir do cálculo mensal da nota de risco através de modelos comportamentais, que podem considerar, por exemplo, variáveis referentes a atraso no pagamento e restrições externas.

São analisados indicadores para medir o desempenho e aderência das decisões tomadas, visando determinar possíveis ajustes nos níveis de alçadas delegadas.

Provisões

O Banco Santander constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular do Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por *rating* e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

Recuperação

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente. São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as

Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com baixa probabilidade de pagamento são classificados como alto risco, determinando assim a intensidade da cobrança.

O foco está na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes, por isso, as atuações dos canais de cobrança são definidas pelo "Mapa de Responsabilidade", documento que utiliza o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características utilizadas para compor a definição de estratégias.

O Banco utiliza cobranças específicas de acordo com o público conforme detalhamento a seguir:

- Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Escritórios externos especializados para cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco. Esses escritórios são comissionados de acordo com percentuais preestabelecidos aplicados sobre os valores recuperados.

Venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação, nesse caso somente os direitos creditórios são vendidos, todos relacionamento e meios transacionais permanecem no Banco.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RIA (*Risk Identification & Assessment*) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento dos indicadores de capital.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Além disto, também são definidas as responsabilidades das principais equipes envolvidas, a partir das linhas de defesa já mencionadas anteriormente.

Todos os fluxos, cálculos e modelos envolvidos no gerenciamento de capital são auditados e validados internamente, pela terceira linha de defesa; e seus resultados reportados à Administração.

No Banco Santander, há um VPE responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, as quais são diretrizes para o cálculo, gestão, controle e reporte de capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN 4.557/2017.

Outras Informações

Uma vez estabelecida a governança referente ao tema, são definidas as principais atividades a serem adotadas para a gestão do capital:

- Definição das metas de solvência e de capital;
- Desenvolvimento de um Planejamento de Capital Plurianual;
- Avaliação da Adequação de Capital;
- Elaboração do Orçamento Anual de Capital;
- Monitoramento e controle da performance em relação ao orçamento e desenvolvimento de planos de ação; e
- Elaboração de reportes internos de capital, assim como relatórios para supervisores e para o mercado.

Para as etapas de definição das metas de capital, planejamento plurianual, orçamento e controle dos índices mensais, é verificada a consistência com os requerimentos mínimos regulatórios, o perfil de risco e os indicadores do apetite ao risco.

Vale ressaltar que o processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico.

37. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Aquisição das sociedades de tecnologia Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

O Banco Santander adquiriu, em 19 de fevereiro de 2018, as ações representativas da totalidade do capital social da Isban Brasil S.A., anteriormente detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., pelo valor de R\$61.078. Em 28 de fevereiro de 2018, o Banco Santander comprou as ações correspondentes a 100% do capital social total e votante da Produban Serviços de Informática S.A., mediante pagamento do montante de R\$42.731 em favor da Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. As partes envolvidas na transação possuem o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum. Essas transações foram realizadas em condições de mercado.

Em AGE realizada no dia 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) novas ações nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações da Isban Brasil emitidas em decorrência do aumento do capital social foi subscrita e integralizada pelo acionista Banco Santander Brasil.

b) Formação de Parceria com a HDI Seguros S.A. para Criação de Seguradora de Automóveis Totalmente Digital

Em 20 de dezembro de 2017, o Banco Santander celebrou documentos vinculantes com a HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), para a formação de uma parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 2 de março de 2018, foi concedida a autorização pelo CADE.

c) Acordo para Aquisição Indireta de Participação Societária nas Sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a Atual Securitizadora, subsidiária integral do Banco Santander (Nota 15), celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% das quotas representativas do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda., Gestora de Investimentos Ipanema Ltda. e do Fundo Investimento Ipanema NPL V. Em 19 de setembro de 2017, o Bacen autorizou a aquisição e, após o cumprimento das demais condições precedentes, as partes concluíram a transação em 16 de outubro de 2017.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito - Parceria entre Banco Santander e Outros Bancos do Mercado Brasileiro

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Companhia), cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

e) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A implementação da operação está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 19 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial reconhecendo interesse do governo brasileiro na participação estrangeira em instituição financeira nacional a ser constituída pelos grupos Santander e Hyundai. Ainda, em 27 de setembro de 2017, o Bacen emitiu ofício se manifestando favoravelmente ao projeto e autorizou a implementação da estrutura organizacional do Banco Hyundai Capital Brasil S/A. Conforme nova estrutura societária estabelecida entre as partes em março de 2018, a composição de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital. Em 11 de abril de 2018, A Aymoré CFI e a Hyundai Capital constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade empresária limitada denominada BHJV Consultoria e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda., que consiste em entidade não operacional na qual será implementada estrutura organizacional de instituição financeira para futura transformação no Banco Hyundai Capital Brasil S/A.

f) Outros Movimentos Societários

Foram realizados os seguintes atos societários:

- Em 28 de fevereiro de 2018, a sociedade Produban Serviços de Informática S.A. incorporou a Isban Brasil S.A. (ambas as companhias controladas e com a totalidade de suas ações sob a titularidade do Banco Santander), de modo que a Produban Serviços de Informática S.A. sucedeu a extinta Isban Brasil S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Na mesma data, a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A., uma sociedade controlada e com a totalidade de suas ações detidas pelo Banco Santander.
- Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros (atual denominação social da Santander Participações S.A.), a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. (Ferbasa) e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato para venda de 100% (cem por cento) das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. (respectivamente, o Contrato e a BW Guirapá I S.A.) detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa (Operação). O preço base da totalidade de venda desta operação é de R\$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. Em 2 de abril de 2018, foi implementado o fechamento da transação. O investimento foi baixado e, consequentemente os ativos e passivos da BW Guirapá I S.A. e controladas deixaram de ser consolidadas no Balanço do Conglomerado (Notas 15 e 33).
- Em 30 de novembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros (atual denominação social da Santander Participações S.A.) (Nota 15). Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 17 de novembro de 2017, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da participação detida pela Santusa Holding, S.L. (equivalente a 39,35%) no capital social da Santander Serviços. Assim, o Banco Santander passou a ser, diretamente, detentor de 99,99% das ações da Santander Serviços.
- Em 26 de outubro de 2017, após o Bacen emitir ofício se manifestando favoravelmente a operação, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações da Webcasas S.A. detidas pela Santander Serviços. Em 1º de novembro de 2017, a Webcasas S.A. passou a denominar-se Santander Holding Imobiliária S.A. e teve seu objeto social alterado para compreender atividades voltadas a negócios imobiliários.
- Em 29 de setembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 31 de agosto de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

• Em 31 de agosto de 2017, foram aprovados a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

38. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$36.577.693 (31/12/2017 - R\$38.528.594) no Banco e R\$37.112.616 (31/12/2017 - R\$39.173.505) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$1.774.992 (31/12/2017 - R\$1.747.623) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$195.088.112 (31/12/2017 - R\$188.728.634) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros com vigência em 31 de março de 2018, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.316.447 (31/12/2017 - R\$1.316.447) no Banco e R\$1.323.806 (31/12/2017 - R\$1.323.806) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$148.499 (31/12/2017 - R\$148.499) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Banco/Consolidado			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a 31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2017
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	206.298	77	-	170
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	(206.298)	(77)	-	(170)
Resultado Líquido		-		-

Não existem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Até 1 Ano	693.077	624.424
Entre 1 a 5 Anos	1.610.142	1.545.101
Mais de 5 Anos	259.196	288.420
Total	2.562.415	2.457.945

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$888 (31/12/2017 - R\$934) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no primeiro trimestre de 2018, foram no valor de R\$172.769 (2017 - R\$167.041).

Os contratos de aluguel são reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) No contexto da operação de incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet H.U.A.H. S.A.) pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet H.U.A.H. S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet H.U.A.H. S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

h) No contexto da operação de Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso), foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto 40% do capital social de emissão do Olé Consignado detidas pelo Banco Bonsucesso. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

2. Quadros e notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período findo em 30 de março de 2018, elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) - IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	Nota Explicativa	31/03/2018	31/12/2017
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		100.353.089	100.866.081
Ativos Financeiros para negociação	3-a	-	52.439.576
Instrumentos de dívida		-	34.879.681
Instrumentos de patrimônio		-	489.770
Derivativos	17-a	-	17.070.125
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3-a	66.946.367	-
Instrumentos de dívida		44.688.771	-
Instrumentos de patrimônio		1.535.010	-
Derivativos		20.100.708	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes		621.878	-
Outros Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3-a	1.661.552	1.692.057
Instrumentos de dívida		1.661.552	1.658.689
Instrumentos de patrimônio		-	33.368
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3-a	-	85.823.384
Instrumentos de dívida		-	84.716.747
Instrumentos de patrimônio		-	1.106.637
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	3-a	85.510.509	-
Instrumentos de dívida		85.493.227	-
Instrumentos de patrimônio		17.282	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	3-a	-	10.214.454
Empréstimos e Recebíveis	3-a	-	322.336.767
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito		-	32.300.095
Empréstimos e adiantamentos a clientes		-	272.420.157
Instrumentos de dívida		-	17.616.515
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	3-a	345.832.956	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito		30.545.198	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes		277.004.648	-
Instrumentos de dívida		38.283.110	-
Derivativos Utilizados como Hedge	17-a	199.319	192.763
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	1.212.584	1.155.456
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5	928.081	866.564
Ativos Fiscais		29.850.279	28.825.741
Correntes		4.449.807	4.047.663
Diferidos		25.400.472	24.778.078
Outros Ativos		4.682.675	4.578.270
Ativo Tangível	6	6.411.863	6.509.883
Ativo Intangível		30.141.023	30.202.043
Ágio	7-a	28.369.341	28.364.256
Outros ativos intangíveis	7-b	1.771.682	1.837.787
Total do Ativo		673.730.297	645.703.039

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/03/2018	31/12/2017
Passivos Financeiros para Negociação	8-a	-	49.322.546
Derivativos	17-a	-	16.514.154
Posições vendidas	17-a.7	-	32.808.392
Passivos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado		52.004.182	-
Derivativos		18.888.192	-
Posições vendidas		33.115.990	-
Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado	8-a	502.721.707	478.880.704
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito		97.757.290	79.374.685
Depósitos de clientes		278.990.382	276.042.141
Obrigações por títulos e valores mobiliários	16	74.758.674	70.247.012
Dívidas subordinadas		533.639	519.230
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		8.404.082	8.436.901
Outros passivos financeiros		42.277.640	44.260.735
Derivativos Utilizados como Hedge	17-a	227.237	163.332
Provisões	9-a	14.851.962	13.986.916
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares		4.015.756	3.923.457
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		10.836.206	10.063.459
Passivos Fiscais		8.065.330	8.248.019
Correntes		5.117.811	5.751.488
Diferidos		2.947.519	2.496.531
Outras Obrigações		7.463.560	8.013.921
Total do Passivo		585.333.978	558.615.438
Patrimônio Líquido	10	88.489.086	87.425.075
Capital social		57.000.000	57.000.000
Reservas		30.382.499	28.966.451
Ações em tesouraria		(102.715)	(148.440)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		(1.017.000)	(1.017.000)
Lucro do período atribuível à controladora		2.826.302	8.924.064
Menos: dividendos e remuneração		(600.000)	(6.300.000)
Outros Resultados Abrangentes		(568.601)	(774.368)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		87.920.485	86.650.707
Participações não-Controladoras		475.834	436.894
Total do Patrimônio Líquido		88.396.319	87.087.601
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		673.730.297	645.703.039

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ação

	Nota Explicativa	01/1 a 31/03/2018	01/1 a 31/03/2017
Receitas com juros e similares		17.041.038	19.123.901
Despesas com juros e similares		(7.221.578)	(10.899.863)
Receita Líquida com Juros		9.819.460	8.224.038
Receitas de instrumentos de patrimônio		13.512	10.491
Resultado de equivalência patrimonial	5	3.377	5.444
Receitas de tarifas e comissões		4.250.044	3.738.169
Despesas de tarifas e comissões		(794.795)	(702.131)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		17.454	1.334.832
Ativos financeiros para negociação		101.739	1.313.819
Outros instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(2.251)	53.214
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		16.394	(68.928)
Outros		(98.428)	36.727
Variações cambiais (líquidas)		52.024	509.496
Outras receitas (despesas) operacionais		(171.875)	(102.409)
Total de Receitas		13.189.201	13.017.930
Despesas administrativas		(4.064.911)	(3.852.742)
Despesas com pessoal	12-a	(2.284.775)	(2.157.822)
Outras despesas administrativas	12-b	(1.780.136)	(1.694.920)
Depreciação e amortização		(431.989)	(398.763)
Ativo tangível	6-a	(302.095)	(291.978)
Ativo intangível	7-b	(129.894)	(106.785)
Provisões (líquidas)	9	(740.792)	(975.182)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(3.020.807)	(3.285.397)
Empréstimos e recebíveis	3-b.2	-	(3.285.854)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3-b.2	(3.020.483)	-
Lucros/(perdas) líquidas no desconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(324)	457
Perdas com outros ativos (líquidas)		(62.200)	(42.057)
Outros ativos		(62.200)	(42.057)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		(6.634)	(2.105)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		3.734	(121.013)
Resultado Operacional Antes da Tributação		4.865.602	4.340.671
Impostos sobre a renda	11	(1.993.926)	(2.332.858)
Lucro Líquido Consolidado do Período		2.871.676	2.007.813
Lucro atribuível à Controladora		2.826.302	1.961.763
Lucro atribuível às participações não-controladoras		45.374	46.050

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ação

	Nota Explicativa	01/1 a 31/03/2018	01/1 a 31/03/2017
Lucro por Ação (em Reais)			
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		358,53	248,82
Ações preferenciais		394,39	273,70
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		358,52	248,57
Ações preferenciais		394,37	273,42
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		1.371.936	952.271
Ações preferenciais		1.454.366	1.009.492
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		1.371.935	952.253
Ações preferenciais		1.454.367	1.009.510
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - básico			
Ações ordinárias		3.826.510	3.827.213
Ações preferenciais		3.687.651	3.688.354
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - diluído			
Ações ordinárias		3.826.702	3.830.956
Ações preferenciais		3.687.843	3.692.097

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota Explicativa	01/1 a 31/03/2018	01/1 a 31/03/2017
Lucro Líquido Consolidado do Período		2.871.676	2.007.813
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		508.161	1.089.937
Ativos financeiros disponíveis para venda		338.159	1.011.759
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		212.308	-
Ajuste ao valor de mercado - Ganhos / (Perdas)		-	1.653.960
Lucro líquido em ativos financeiros anteriormente classificados como disponíveis para venda reclassificados para resultado		(2.251)	-
Lucro líquido em ativos financeiros anteriormente classificados como disponíveis para venda reclassificados para reservas		296.802	-
Valores transferidos para a conta de resultado		-	53.214
Impostos sobre renda		(168.700)	(695.415)
Hedges de fluxo de caixa		170.002	78.178
Ajuste ao valor justo		311.212	144.955
Valores transferidos para a conta de resultado		-	467
Impostos sobre renda		(141.210)	(67.244)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:		(5.592)	-
Planos de Benefícios Definidos		(5.592)	-
Planos de Benefícios Definidos		(50)	-
Impostos sobre renda		(5.542)	-
Total do Resultado Abrangente		3.374.245	3.097.750
Atribuível à controladora		3.328.871	3.051.700
Atribuível às participações não-controladoras		45.374	46.050
Total		3.374.245	3.097.750

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de Reais

Patrimônio líquido atribuível à Controladora													
Outros Resultados Abrangentes													
Nota	Capital			Opção de	Lucro do								
Explicativa	social	Reservas	Ações em	Aquisição de	Período	Dividendos e	Patrimônio	Ativos	Planos de	Ajustes de	Ganhos e	Participações	Total
			tesouraria	Instrumento de	atribuído	remuneração	líquido	financeiros	Benefícios	investimento	perdas-	não-	Total patrimônio
				Capital Próprio	à			disponíveis	Definidos	no exterior	Hedge de	controladoras	líquido
					controladora			para venda			fluxo de		
											caixa e de		
											investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	57.000.000	27.881.326	(514.034)	(1.017.000)	7.334.563	(5.250.000)	85.434.855	666.190	(2.083.477)	859.370	(789.883)	84.087.055	84.812.559
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	1.961.763	-	1.961.763	1.011.759	-	-	78.178	46.050	3.097.750
Apropriação do lucro líquido	-	7.334.563	-	-	(7.334.563)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10-b	(5.250.000)	-	-	-	5.250.000	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	13-a.1	(34.262)	-	-	-	-	(34.262)	-	-	-	-	(34.262)	(34.262)
Ações em tesouraria	10-c	-	77.443	-	-	-	77.443	-	-	-	-	-	77.443
Resultados de ações em tesouraria	10-c	(944)	-	-	-	-	(944)	-	-	-	-	(944)	(944)
Reestruturação do Capital	10-c	-	(12)	-	-	-	(12)	-	-	-	-	(12)	(12)
Outros	-	7.484	-	-	-	-	7.484	-	-	-	-	(6.926)	558
Saldos em 31 de Março de 2017	57.000.000	29.938.167	(436.603)	(1.017.000)	1.961.763	-	87.446.327	1.677.949	(2.083.477)	859.370	(711.705)	87.188.464	87.953.092
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1- 2.i	57.000.000	28.966.451	(148.440)	(1.017.000)	8.924.064	(6.300.000)	87.425.075	1.813.574	(2.704.380)	859.370	(742.932)	86.650.707
Mudança na adoção inicial do IFRS 9 (Nota 1)	1	-	(1.245.023)	-	-	-	(1.245.023)	(296.802)	-	-	-	(1.541.825)	(1.541.825)
Saldos em 1 de janeiro de 2018	1- 2.i	57.000.000	27.721.428	(148.440)	(1.017.000)	8.924.064	(6.300.000)	86.180.052	1.516.772	(2.704.380)	859.370	(742.932)	85.545.776
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	2.826.302	-	2.826.302	338.159	(5.592)	-	170.002	45.374	3.374.245
Apropriação do lucro líquido do exercício	-	8.924.064	-	-	(8.924.064)	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio	-	106.440	-	-	-	-	106.440	-	-	-	-	(106.440)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10-b	(6.300.000)	-	-	-	5.700.000	(600.000)	-	-	-	-	(600.000)	(600.000)
Remuneração baseada em ações	-	(65.154)	-	-	-	-	(65.154)	-	-	-	-	(65.154)	(65.154)
Ações em tesouraria	10-c	-	45.737	-	-	-	45.737	-	-	-	-	-	45.737
Reestruturação do Capital	10-c	-	(12)	-	-	-	(12)	-	-	-	-	(12)	(12)
Resultados de ações em tesouraria	10-c	-	4.016	-	-	-	4.016	-	-	-	-	-	4.016
Outros	-	(8.295)	-	-	-	-	(8.295)	-	-	-	-	100.006	91.711
Saldos em 31 de Março de 2018	57.000.000	30.382.499	(102.715)	(1.017.000)	2.826.302	(600.000)	88.489.086	1.854.931	(2.709.972)	859.370	(572.930)	87.920.485	88.396.319

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA**

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota Explicativa	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido consolidado do período		2.871.676	2.007.813
Ajustes ao lucro		4.574.025	5.790.117
Depreciação do ativo tangível	6-a	302.095	291.978
Amortização do ativo intangível	7-b	129.894	106.785
Perdas com outros ativos (líquidas)		62.200	42.057
Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)		3.761.599	4.260.579
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		2.900	123.118
Participação no resultado de equivalência patrimonial	5-a	(3.377)	(5.444)
Variações nos ativos e passivos fiscais diferidos		422.888	1.013.326
Atualização de Depósitos Judiciais		(138.046)	(146.357)
Atualização de Impostos a Compensar		(50.352)	(90.399)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		114	129.509
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		86.199	-
Outros		(2.089)	64.965
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(31.506.933)	8.749.440
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		6.673.070	7.752.422
Ativos financeiros para negociação		-	7.267.382
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(12.896.766)	-
Outros Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado		30.181	(75.062)
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	(4.856.973)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(4.707.457)	-
Empréstimos e recebíveis		-	(3.508.125)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(21.052.824)	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento		-	467.875
Outros ativos		446.863	1.701.921
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		27.210.482	2.655.567
Passivos Financeiros para Negociação		-	(2.077.908)
Passivos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado		2.681.636	-
Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado		24.131.021	5.528.282
Outros passivos		397.825	(794.807)
Impostos pagos		(2.014.665)	(247.792)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		1.134.585	18.955.145
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(634.247)	(325.007)
Aumento/ Aquisição de capital de participações em Coligadas e Empreendimentos em conjunto	5-b	-	(2.408)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		(111.224)	-
Ativo tangível	6	(262.607)	(175.006)
Ativo intangível		(260.416)	(147.593)
Alienação		81.948	76.591
Ativo tangível		2.045	4.450
Ativos não correntes mantidos para venda		54.045	26.959
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		25.858	45.182
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(552.299)	(248.416)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias		45.737	77.443
Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	8-b.3	17.228.812	10.002.848
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio		(4.434.827)	(4.200.977)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	8-b.3	(13.904.931)	(22.799.908)
Pagamentos de Instrumentos de dívida elegíveis a capital	8-b.5	(224.053)	(225.428)
Aumento (Decréscimo) em participações não-controladoras		(369)	57
Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações Minoritárias		48.000	-

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA**

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota Explicativa	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		(1.241.631)	(17.145.965)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(114)	(129.509)
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		(659.459)	1.431.255
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		22.670.902	18.129.581
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		22.011.443	19.560.836
Componentes do caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades		11.402.947	4.371.097
Empréstimos e outros valores		10.608.496	15.189.739
Total de caixa e equivalentes de caixa		22.011.443	19.560.836
Transações não monetárias			
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda		109.446	19.025
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos	10-b	510.000	-
Informações complementares			
Juros recebidos		16.917.073	19.272.851
Juros pagos		7.998.951	11.214.234

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização, gestão e recuperação de créditos não performados e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2018, na reunião realizada em 24 de abril de 2018.

b) Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (Atual denominação do IFRIC) (IFRS).

De acordo com o IAS 34, as informações financeiras intermediárias destinam-se somente a fornecer atualização do conteúdo das últimas demonstrações financeiras consolidadas autorizadas para emissão, com foco em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridas no período, em vez de duplicar informações relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas anteriormente apresentadas. Consequentemente, essas demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com o IFRS, conforme emitido pelo IASB. Assim sendo, para obter o devido entendimento das informações incluídas nessas demonstrações financeiras intermediárias, as mesmas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As mesmas políticas e os métodos de cálculo são seguidos nas demonstrações financeiras intermediárias quando comparadas às demonstrações financeiras anuais mais recentes, exceto para o IFRS 9, onde as novas políticas e métodos de mensuração estão descritos abaixo.

Adoção de novas normas e interpretações

O Banco adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis ao Banco:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: emitido em seu formato final em julho de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) aprovou o IFRS 9, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros, de acordo com as diretrizes definidas pelo G-20 (grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos Bancos Centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia) em abril de 2009, estabelecendo os requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de *impairment* e *hedge accounting*.

i. Transição

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente. As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Desta forma, as informações apresentadas no exercício de 2017 estão de acordo com a IAS 39, portanto, as notas explicativas abaixo são necessárias para entendimento das diferenças relativas às informações do mesmo período de 2018.

ii. Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos da dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados.

Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde à data na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

iii. Classificação

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, o Banco pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes (VJORA)". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada pelo Banco.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

iv. Avaliação do modelo de negócio

O Banco avalia o objetivo de seus modelos de negócio, nos quais os ativos são mantidos em nível de portfólio para avaliar como o negócio é administrado e informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Com destaque sobre, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros ou adequar a duração dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Banco;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;
- Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração está relacionada ao valor justo dos ativos ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. As informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objetivo definido pelo Banco para administrar os ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

v. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros

Para fins desta avaliação, define-se "principal" como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se "Juros" como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- alavancagem;
- prazos de pagamento antecipado e extensão;
- termos que limitem o direito do Banco aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

vi. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócio para administrar os ativos financeiros.

vii. Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas por meio de "Outros resultados abrangentes" é registrada no resultado.

A partir da data de primeira adoção do IFRS 9, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos por meio de "Outros resultados abrangentes" com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. São exemplos dessas operações as cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

viii. Baixa de Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

ix. Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

1. Modificações nos ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

ii. Práticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o Banco recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado. Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido às dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

iii. Receita de juros

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto:

(a) Ativos financeiros adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, para os quais a taxa de juros efetiva original ajustada ao crédito é aplicada ao custo amortizado do ativo financeiro.

(b) Ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de inadimplência (ou "estágio 3"), para os quais a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao seu custo amortizado líquido da provisão.

iv. Instrumentos patrimoniais

Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor. São exemplos os instrumentos de capital que incluem ações ordinárias.

Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração do Banco tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor através de outro resultado abrangente. A política do Banco condiz em designar investimentos de capital como mensurado ao valor justo contra outros resultados abrangentes quando esses investimentos são mantidos para outros fins que não gerem retornos de investimento, os ganhos e perdas de valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados subsequentemente para o resultado, incluindo a venda do ativo, essa prerrogativa não é utilizada pelo Banco. As perdas por redução ao valor recuperável (e a reversão de perdas por redução ao valor recuperável) não são contabilizadas separadamente de outras variações no valor justo. Com relação aos dividendos, quando representam um retorno sobre tais investimentos, continuam a ser reconhecidos no resultado como outros rendimentos quando o Banco possui o direito de receber pagamentos.

Os ganhos e perdas em participações mensurados ao valor justo no resultado são incluídos na rubrica "Ativos Financeiros mensurados a valor justo no resultado" na demonstração dos resultados.

v. Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

vi. Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Banco atualmente tem um direito legalmente exequível de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Receitas e despesas são apresentadas em uma base líquida somente quando permitido pelas IFRSs ou para ganhos ou perdas resultantes de um grupo de operações semelhantes, como na atividade de negociação do Banco.

vii. Mensuração ao valor justo

O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplimento.

Quando há um disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma adequada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

viii. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

O Banco reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- valores a receber de arrendamento mercantil;
- contratos de garantia financeira emitidos; e
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Banco mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros (exceto valores a receber de arrendamento mercantil) nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

As provisões para perdas em valores a receber de arrendamento mercantil são sempre mensuradas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil.

ix. Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

x. Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- Caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.
- Caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa decorrentes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

xi. Determinação de aumentos significativos no risco de crédito

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está “sujeito à redução ao valor recuperável” quando um ou mais eventos que exerçam um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de "impairment".

xii. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: nenhuma provisão para perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

xiii. Evidência objetiva de redução ao valor recuperável ("impairment")

Em cada data de apuração de seus Balanços, o Banco avalia a existência de evidência objetiva de que os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado tiveram redução no seu valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros apresentou redução no seu valor recuperável quando há evidências objetivas demonstram que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do(s) ativo(s) e que o evento de perda exerceu um impacto sobre os fluxos de caixa futuros do(s) ativo(s) que poderia ser estimado com segurança.

Evidências objetivas de que os ativos financeiros tiveram redução no seu valor recuperável incluem:

- dificuldade financeira significativa de um devedor ou emissor;
- inadimplência ou mora por um devedor;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- indicações de que um devedor ou emissor poderia entrar em falência;
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título; ou
- dados observáveis relacionados a um grupo de ativos, tais como alterações adversas no status de pagamento de mutuários ou emissores no grupo, ou condições econômicas correlacionadas a inadimplência no grupo.

Um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do devedor, é geralmente considerado como reduzido ao valor recuperável a menos que houvesse evidência, de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não houvesse nenhum outro indicador de *impairment*.

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

xiv. Avaliação individual ou coletiva

Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.

Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

xv. Mensuração da redução ao valor recuperável ("impairment")

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

xvi. Reversão da redução ao valor recuperável ("impairment")

Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.

Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de outros resultados abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2. Designação ao valor justo por meio do resultado

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Banco designou determinados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, pois esta designação elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil que poderia surgir.

Conciliação do Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 - 31/12/2017	87.087.601
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.149.051)
Provisão para compromissos contingentes	(674.513)
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	17.806
Outros	237.867
Imposto de renda diferido	1.026.066
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 - 01/01/2018	85.545.776

3. Valores de perdas de crédito esperada

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável ("impairment")

i. Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este Ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito como atraso, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

ii. Metodologia de estimativa de *impairment*

A mensuração da perda esperada se realiza através dos seguintes fatores:

- Exposição a Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da IFRS 9, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimativa desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência (LGD): é o valor não recuperado pelo credor frente ao valor do empréstimo concedido, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

iii. Definição de inadimplência

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:

- for provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou o limite inicialmente concedido tenha sido reduzido em função do montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:

- qualitativos – por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos – por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco; e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

iv. Provisão para perdas

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da provisão. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável ("Estágios") foram explicados acima. Os valores comparativos referentes a 31/12/2017, representam a conta de provisão para perdas de crédito e refletem a base de mensuração de acordo com a IAS 39.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Total
Saldo da provisão - Empréstimos e recebíveis (IAS 39) em 31/12/2017	18.261.638
Saldo da provisão para Avais e Fianças (IAS 39) em 31/12/2017	312.373
Saldo IAS 39 em 31/12/2017	18.574.011
Efeito da adoção inicial IFRS 9 (Nota 1.2i)	2.823.564
Saldo IFRS 9 em 01/01/2018	21.397.575

Em 1 de janeiro de 2018, o saldo da Provisão para perdas em IFRS 9 segregado em estágios era representado: Estágio 1 - 20%, Estágio 2 - 15% e Estágio 3 - 65%. Em 31 de março de 2018 não houve mudanças significativas na segregação por estágios.

4. Ativos e Passivos financeiros

A. Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial do IFRS 9

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo o IFRS 9.

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)		Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Ativos Financeiros	IAS 39	Empréstimos e recebíveis	322.336.767	321.407.609	-	321.407.609	Custo amortizado
				492.429	5.197	497.626	Mensurados a Valor justo no resultado
				436.729	(7.179)	429.550	Mensurados a Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
		Disponíveis para venda	85.823.384	4.762.234	3.791	4.766.025	Mensurados ao Custo amortizado
				79.954.513	-	79.954.513	Mensurados a Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
				1.106.637	15.997	1.122.634	Valor justo no resultado
		Investimentos Mantidos até o vencimento	10.214.454	10.214.454	-	10.214.454	Custo amortizado
		Para negociação	52.439.576	52.439.576	-	52.439.576	Valor justo no resultado
		Outros ativos financeiros a valor justo no resultado	1.692.057	1.692.057	-	1.692.057	Outros ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado
		IFRS 9	Não aplicável	-	(336.384.297)	(3.791)	(336.388.088)
	Não aplicável		-	(54.038.642)	(21.194)	(54.059.836)	Valor justo no resultado
	Não aplicável		-	(80.391.242)	7.179	(80.384.063)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
							Outros Ativos Financeiros mensurados a valor justo no resultado
	Não aplicável		-	(1.692.057)		(1.692.057)	
Total			472.506.238	-	17.806	(472.524.044)	
Passivos Financeiros	IAS 39 / IFRS 9	Para Negociação	49.322.546	-	-	49.322.546	Para negociação
		Ao Custo amortizado	478.880.704	-	-	478.880.704	Mensurados ao Custo amortizado
		Total			528.203.250	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O quadro a seguir demonstra os efeitos da reclassificação de ativos financeiros, que estavam registrados como disponíveis para venda de acordo com o IAS 39 e que foram para a categoria de custo amortizado, de acordo com o IFRS 9.

De ativos financeiros disponíveis para venda de acordo com o IAS 39:

Valor justo em 31 de dezembro de 2017 **85.823.384**

Ganho (perda) do valor justo que poderia ser reconhecido durante 2018 no resultado abrangente se o ativo financeiro não fosse reclassificado **3.791**

A tabela a seguir analisa o impacto, líquido de impostos, da transição para o IFRS 9 nas reservas contabilizadas no patrimônio líquido. Não há impacto em outros componentes do patrimônio.

	Impacto da adoção da IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018
Patrimônio Líquido - Reservas	
Saldo final de acordo com a IAS 39 (31 de dezembro de 2017)	28.966.451
Remensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os Ativos Financeiros anteriormente classificados como Empréstimos e Recebíveis de acordo com o IAS 39	(1.290.521)
Remensuração em função da reclassificação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	2.275
Remensuração em função da reclassificação de Ativos Financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis, para Ativos Financeiros Mensurados ao valor justo por meio do resultado	3.118
Remensuração em função do reconhecimento de perdas de crédito esperadas de acordo com a IFRS 9 para Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(4.307)
Remensuração em função da reclassificação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para Ativos Financeiros mensurados a Valor Justo no Resultado	9.598
Efeitos da reclassificação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	296.802
Remensuração dos compromissos contingentes	(404.708)
Outros	142.720
Saldo inicial de acordo com a IFRS 9 (1º de janeiro de 2018)	27.721.428

A tabela a seguir concilia:

- a provisão final para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros de acordo com a IAS 39 e provisões para obrigações de empréstimo e contratos de garantia financeira de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes em 31 de dezembro de 2017;
- a provisão inicial para perdas de crédito esperadas, constituída em consonância com a IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018.

	31/12/2017 (IAS 39 / IAS 37)	Remensurações	01/01/2018 (IFRS 9)
Empréstimos e recebíveis e títulos mantidos até o vencimento de acordo com o IAS 39 ou ativos financeiros ao custo amortizado de acordo com o IFRS 9 (incluindo caixa e equivalente de caixa, empréstimos e adiantamentos a bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes)	15.478.071	2.135.020	17.613.091
Títulos da dívida disponíveis para venda de acordo com a IAS 39, reclassificados para mensurados ao custo amortizado de acordo com o IFRS 9	2.783.567	-	2.783.567
Compromissos contingentes	-	674.513	674.513
Provisão para Avais e Fianças	312.373	14.031	326.404
Total	18.574.011	2.823.564	21.397.575

Receitas de contratos com clientes

• IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.

O princípio básico da IFRS 15 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

Após análise das comissões/tarifas praticadas pelo Banco Santander versus aos novos conceitos da IFRS 15, foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018.

Ciclos de Atualizações do IFRS

Ciclo 2015-2017 (Em audiência Pública) – Questionamentos sendo discutidos quanto aos normativos IAS 12 – Tributos sobre a Renda, IAS 23 – Custos de Empréstimos e IFRS 9/IAS 28 – Instrumentos Financeiros/Investimentos em Coligadas.

IAS 12 - Impostos sobre a Renda - A questão refere-se à apresentação do imposto de renda sobre os pagamentos e os custos de emissão de instrumentos financeiros classificados como patrimônio líquido, ou seja, se uma entidade reconhece o imposto de renda diretamente no patrimônio líquido ou no resultado.

IAS 23 - Custos de Empréstimos - Esclarecer se uma entidade transfere empréstimos específicos para carteira de empréstimo em geral quando a construção de um ativo qualificado estiver completa.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de março de 2018

Na data de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de março de 2018 e ainda não foram adotadas pelo Banco:

- IFRS 16 - Contratos de Leasing – Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Com data de vigência a partir de Janeiro de 2019, o Banco ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário.

IFRS 17 - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS para contratos de seguros que visa substituir a IFRS 4. A IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças, o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 1 de abril de 2018, estão sob a análise do Banco, que será concluída até a data de entrada em vigor de cada norma.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.1) Estimativas críticas

As principais estimativas foram discutidas detalhadamente com vista às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017. No período findo em 31 de março de 2018, não ocorreram mudanças significativas nas estimativas feitas no final do exercício de 2017, além daquelas indicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias, especialmente decorrentes da aplicação do IFRS 9.

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A despesa de imposto sobre a renda é obtida através da soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorre da aplicação das respectivas alíquotas ao lucro real, e as alíquotas de Pis e Cofins aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais, vide a nota 2.aa das Demonstrações Financeiras Completas de 31 de dezembro de 2017.

ii. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

Para detalhes adicionais vide a nota 2.e e 48.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 48.c8 que apresentam a análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros.

iii. Benefícios pós-emprego

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Para detalhes adicionais vide a nota 2.x das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Dado as incertezas decorrentes dos processos, não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

A nota explicativa 2.r às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluem informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de março de 2018, data da preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Para detalhes adicionais ver nota 7.a.

iv. Provisões para perdas sobre créditos

As provisões para perdas sobre créditos são mensuradas e contabilizadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo IFRS 9, conforme explicado na nota 1.b acima.

d) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras intermediárias incluem o período intercalar comparável a 31 de março de 2017, para a demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa. O balanço patrimonial consolidado é comparativo com 31 de dezembro de 2017.

e) Sazonalidade das transações do Banco

Considerando as atividades em que o Banco e empresas controladas se envolvem, a natureza de suas transações não é cíclica, nem sazonal. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nessas notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas referentes ao período findo em 31 de março de 2018.

f) Relevância

O Banco, ao determinar as divulgações a serem feitas sobre os diversos itens das demonstrações financeiras ou outros assuntos, de acordo com o IAS 34, levou em consideração sua relevância em relação às demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstrações consolidadas do fluxo de caixa

Ao preparar as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, às atividades operacionais do Banco Santander.

A Administração do Banco Santander apresenta em uma linha destacada os "Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos" e os respectivos impactos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, consequentemente as correspondentes cifras das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa foram reclassificadas para nove meses findo em 31 de março de 2017, com o objetivo de melhor apresentação desta peça contábil. A Administração considerou tais reclassificações como imateriais.

h) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

i) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos encontram-se descritos na nota 8.b-5.

j) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).

b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

c. O investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- b. Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).
3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

- a. Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- b. Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente em função de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de descontinuidade do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados até o vencimento.

Quando *hedges* de fluxo de caixa são descontinuados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes" (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda acumulada é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge* accounting em 31/03/2018, o Banco utilizou a faculdade do IAS 39, de manter as práticas determinadas por essa regra, enquanto o IFRS 9 ainda não definiu todos os tratamentos a serem aplicados para este tipo de operação.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas e fundos de investimento incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas condensadas são fornecidas na nota explicativa 6.

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação %	
		Direta	Direta e Indireta
Banco Bandepe S.A.	Banco	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	78,57%	99,99%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	100,00%	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Atual Securitizadora) ^{(4) (11)}	Recuperação de Créditos Inadimplidos	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(3) (6) (8) (9) (10) (17) (18) (19)}	Outras atividades	100,00%	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.)	Instituição de Pagamento	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	100,00%	100,00%
Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito	Financeira	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. (Atual denominação Social da Webcasas S.A.) ⁽²⁾	Holding	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽²⁰⁾	Tecnologia	100,00%	100,00%
		Participação %	
Controlada da Atual Securitizadora ⁽¹⁵⁾	Atividade	Direta	Direta e Indireta
Ipanema Empreendimentos e Participações ⁽¹⁵⁾	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	-	70,00%

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.		Participação %	
Controlada da Ipanema Empreendimentos e Participações ⁽¹⁵⁾	Atividade	Direta	Direta e Indireta
Gestora de Investimentos Ipanema ⁽¹⁵⁾	Gestora de Recursos	-	100,00%
Controladas da Getnet S.A.			
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras atividades	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras atividades	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras atividades	-	100,00%
Controlada da Sancap			
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	-	100,00%
Controlada da Aymoré CFI			
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super Pagamentos) ^{(1) (16)}	Instituição de Pagamento	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) ⁽¹²⁾	Banco	-	60,00%
Banco PSA Finance Brasil S.A.	Banco	-	50,00%
Controlada do Olé Consignado			
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras atividades	-	100,00%
Olé Tecnologia Ltda.	Outras atividades	-	100,00%
Controlada da Santander Leasing			
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Atual denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Santander Finance Arrendamento Mercantil))	Leasing	-	100,00%
Fundos de Investimentos Consolidados			
Santander FIC FI Contract I Referenciado DI	Fundo de Investimento		(a)
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado	Fundo de Investimento		(a)
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento		(a)
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento		(a)
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado	Fundo de Investimento		(a)
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento		(a)
Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo	Fundo de Investimento		(a)
Santander Fundo de Investimento Capitalização Renda Fixa	Fundo de Investimento		(a)
Santander Paraty QIF PLC ⁽⁵⁾	Fundo de Investimento		(a)
Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) ⁽⁶⁾	Fundo de Investimento		(a)
BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário-FII ⁽⁷⁾	Fundo de Investimento Imobiliário		(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) ⁽¹³⁾	Fundo de Investimento		(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) ⁽¹⁴⁾	Fundo de Investimento		(a)

(a) Entidade sobre a qual o Banco está exposto ou tem direito a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Banco Santander e suas controladas detêm 100% das cotas destes Fundos de Investimento.

(1) Em maio de 2017, foi aprovado pelo BACEN o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como Instituição de Pagamento.

(2) Através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações realizado em 26 de outubro de 2017, a Santander Serviços vendeu a sua participação detida na Webcasas S.A. para o Banco Santander. A venda integral ocorreu pelo valor contábil. Na AGE realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Webcasas S.A. para Santander Holding Imobiliária S.A. e a alteração de seu objeto social para as novas atividades a serem desempenhadas.

(3) Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros (atual denominação social da Santander Participações S.A.), a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. (Ferbasa) e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato para venda de 100% (cem por cento) das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. (respectivamente, o Contrato e a BW Guirapá I S.A.) detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa (Operação). O preço base da totalidade de venda desta operação é de R\$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. Em 2 de abril de 2018, foi implementado o fechamento da transação. O investimento foi baixado e, consequentemente os ativos e passivos da BW Guirapá I S.A. e controladas deixaram de ser consolidadas no Balanço do Conglomerado (Nota 10).

(4) Na AGE realizada em 23 de março de 2018, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$150.000, mediante a emissão de 145.419.292 (cento e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil e duzentos e noventa e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$120.000 para R\$270.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Ainda, a AGE deliberou a mudança da denominação social da companhia para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(5) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(6) Na AGE realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros no valor de R\$12.900, face a versão do acervo líquido da Santander Brasil Advisory apurado com base no seu valor contábil na data-base de 31 de agosto de 2017, sendo que o montante de R\$8.463, foi destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R\$1.717.652 para R\$1.726.115, mediante a emissão de um total de 37.554 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$343,50 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 31 de agosto de 2017.

(7) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia determinados imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário e consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(8) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 8 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. Nesta mesma AGE, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia.

(9) Na AGE realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$17.652, face a versão do acervo líquido da Santander Microcrédito apurado com base no seu valor contábil na data-base de 30 de junho de 2017, inteiramente destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R\$1.700.000 para R\$1.717.652, mediante a emissão de um total de 51.776 (cinquenta e um mil, setecentos e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$340,93 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 30 de junho de 2017.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(10) Em 31 de agosto de 2017, foram aprovados a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

(11) Na AGE realizada em 11 de setembro de 2017, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$120.000, mediante a emissão de 120.000.000 (cento e vinte milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$100,00 (cem reais) para R\$120.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander.

(12) A totalidade dos acionistas cancelaram a AGE de 19 de dezembro de 2017, que aprovou o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000. Ato contínuo, em 9 de fevereiro de 2018, os acionistas representando a totalidade do capital social do Olé Consignado, reunidos em AGE, realizada em 9 de fevereiro de 2018, aprovaram o aumento de capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000, passando dos atuais R\$400.000 para R\$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE na proporção de suas respectivas participações no capital social. A AGE de 9 de fevereiro de 2018, que deliberou pelo aumento de capital, foi aprovada pelo Bacen em despacho de 15 de março de 2018.

(13) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas a mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Atual Securitizadora), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(14) Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Securitizadora.

(15) Investimento adquirido em 16 outubro de 2017.

(16) Na AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Super Pagamentos no valor de R\$20.000, passando o capital social dos atuais R\$49.451 para R\$69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e quatro mil e oitenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, ao preço aproximado de emissão de R\$394,29 por lote de mil ações ao valor patrimonial contábil da Super Pagamentos em 30 de junho de 2017. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas nesta mesma data pela Aymoré CFI.

(17) Em 29 de setembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 31 de agosto de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

(18) Em 17 de novembro de 2017, o Banco Santander adquiriu da Santusa Holding, S.L. a participação que a mesma detinha no capital social da Santander Serviços. Foi registrado o valor de R\$298.978 referente ao ágio no Patrimônio Líquido.

(19) Em 30 de novembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros (atual denominação social da Santander Participações S.A.). Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

(20) Em 28 de fevereiro de 2018, a sociedade Produban Serviços de Informática S.A. incorporou a Isban Brasil S.A. (ambas as companhias controladas e com a totalidade de suas ações sob a titularidade do Banco Santander), de modo que a Produban Serviços de Informática S.A. sucedeu a extinta Isban Brasil S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Na mesma data, a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A., uma sociedade controlada e com a totalidade de suas ações detidas pelo Banco Santander.

a) Aquisição das sociedades de tecnologia Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

O Banco Santander adquiriu, em 19 de fevereiro de 2018, as ações representativas da totalidade do capital social da Isban Brasil S.A., anteriormente detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., pelo valor de R\$61.078. Em 28 de fevereiro de 2018, o Banco Santander comprou as ações correspondentes a 100% do capital social total e votante da Produban Serviços de Informática S.A., mediante pagamento do montante de R\$42.731 em favor da Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. As partes envolvidas na transação possuem o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum. Essas transações foram realizadas em condições de mercado.

Em AGE realizada no dia 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) novas ações nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações da Isban Brasil emitidas em decorrência do aumento do capital social foi subscrita e integralizada pelo acionista Banco Santander Brasil.

b) Formação de Parceria com a HDI Seguros S.A. para Criação de Seguradora de Automóveis Totalmente Digital

Em 20 de dezembro de 2017, o Banco Santander celebrou documentos vinculantes com a HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), para a formação de uma parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 2 de março de 2018, foi concedida a autorização pelo CADE.

c) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o montante de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

d) Acordo para aquisição indireta de participação societária nas sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a Atual Securitizadora, subsidiária integral do Banco Santander, celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% das quotas representativas do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda., Gestora de Investimentos Ipanema Ltda. e do Fundo Investimento Ipanema NPL V. Em 19 de setembro de 2017, o Bacen autorizou a aquisição e, após o cumprimento das demais condições precedentes, as partes concluíram a transação em 16 de outubro de 2017.

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A implementação da operação está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 19 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial reconhecendo interesse do governo brasileiro na participação estrangeira em instituição financeira nacional a ser constituída pelos grupos Santander e Hyundai. Ainda, em 27 de setembro de 2017, o Bacen emitiu ofício se manifestando favoravelmente ao projeto e autorizou a implementação da estrutura organizacional do Banco Hyundai Capital Brasil S/A. Conforme nova estrutura societária estabelecida entre as partes em março de 2018, a composição de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital. Em 11 de abril de 2018, a Aymoré CFI e a Hyundai Capital constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade empresária limitada denominada BHJV Consultoria e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda., que consiste em entidade não operacional na qual será implementada estrutura organizacional de instituição financeira para futura transformação no Banco Hyundai Capital Brasil S/A.

3. Ativos financeiros**a) Classificação por natureza e categoria**

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como *Hedge*", em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está demonstrada abaixo:

31/03/2018					
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	30.545.198	30.545.198
Sendo:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	30.545.198	30.545.198
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	277.004.648	277.004.648
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto ⁽¹⁾	-	-	-	295.238.642	295.238.642
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 3-b.2)	-	-	-	(18.233.994)	(18.233.994)
Instrumentos de dívida	44.688.771	1.661.552	85.493.227	38.283.110	170.126.660
Sendo:					
Instrumentos de dívida	-	-	-	41.093.928	41.093.928
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 3-b.2)	-	-	-	(2.810.818)	(2.810.818)
Instrumentos de patrimônio	1.535.010	-	17.282	-	1.552.292
Derivativos	20.100.708	-	-	-	20.100.708
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado - Instrumentos de dívida	621.878	-	-	-	621.878
Total	66.946.367	1.661.552	85.510.509	345.832.956	499.951.384

						31/12/2017
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos Mantidos até o Vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	32.300.095	32.300.095
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	32.369.110	32.369.110
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(69.015)	(69.015)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	272.420.157	272.420.157
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto ⁽¹⁾	-	-	-	-	287.829.213	287.829.213
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(15.409.056)	(15.409.056)
Instrumentos de dívida	34.879.681	1.658.689	84.716.747	-	17.616.515	138.871.632
Sendo:						
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	20.400.082	20.400.082
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(2.783.567)	(2.783.567)
Instrumentos de patrimônio	489.770	33.368	1.106.637	-	-	1.629.775
Derivativos	17.070.125	-	-	-	-	17.070.125
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	10.214.454	-	10.214.454
Total	52.439.576	1.692.057	85.823.384	10.214.454	322.336.767	472.506.238

(1) Em 31 de março de 2018, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente às operações da carteira de crédito cedida é de R\$216.612 (31/12/2017 - R\$431.397) e R\$908.291 (31/12/2017 - R\$428.248) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (classificados como ativos disponíveis para venda até 31 de dezembro de 2017, antes da adoção do IFRS 9, conforme nota 2), os quais as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros resultados abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 31 de março de 2018, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros resultados abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de outros resultados abrangentes.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes" (classificados como Empréstimos e Recebíveis até 31 de dezembro de 2017, antes da adoção do IFRS 9, conforme nota 2) nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e de 2017 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	20.723.062
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo – Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	
- Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes	3.208.708
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(2.886.958)
Saldo no final do período	21.044.812
Provisões para compromissos contingentes (Nota 9.a)	901.337
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	21.946.149
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	188.225

	01/01 a 31/03/2017
Saldo no início do período (IAS 39)	18.191.126
Provisão para perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis	3.805.246
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(4.307.376)
Saldo no final do período (IAS 39)	17.688.996
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	519.392

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado" (anteriormente classificada como Perdas com empréstimos e recebíveis) totalizavam R\$3.020.483 e R\$3.285.854 nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e de 2017, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e adiantamentos a clientes" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e de 2017 são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	19.847.987
Adições líquidas	3.103.377
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(2.886.958)
Saldo no final do período (IFRS 9)	20.064.406

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/03/2017
Saldo no início do período (IAS 39)	18.887.132
Adições líquidas	3.441.556
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(4.307.376)
Saldo no final do período (IAS 39)	18.021.312

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis destinados para venda.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é composto também pela aquisição ocorrida no dia 20 de abril de 2017 junto ao Grupo WTorre, de ações correspondentes a 94,60% do capital social da Rojo Entretenimento S.A. (Atual denominação Social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida. A participação neste investimento tem caráter provisório. O valor registrado é de R\$130.713.

5. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas, nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

			Participação em %	
Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	31/03/2018	31/12/2017
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. ^{(1) (6)}	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(1) (6)}	Securitização	Brasil	9,72%	9,72%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito ^{(2) (4)}	Birô de Crédito	Brasil	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽¹⁾	Outras Atividades	Brasil	19,81%	19,81%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽³⁾⁽⁸⁾	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%

			Investimentos	
			31/03/2018	31/12/2017
Controle conjunto do Banco Santander			491.809	495.264
Banco RCI Brasil S.A.			427.081	427.801
Norchem Participações e Consultoria S.A. ^{(1) (6)}			25.938	25.550
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(1) (6)}			7.262	7.438
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾⁽⁵⁾⁽⁶⁾			3.625	4.707
Gestora de Inteligência de Crédito ^{(2) (4)}			27.648	29.513
Campo Grande Empreendimentos			255	255
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros			415.250	350.440
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾			264.514	197.930
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽¹⁾			149.135	151.019
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽³⁾⁽⁸⁾			1.601	1.491
Influência Significativa do Banco Santander			21.022	20.860
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾			21.022	20.860
Total			928.081	866.564

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Resultados de equivalência patrimonial	
	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Controle conjunto do Banco Santander	(1.883)	210
Banco RCI Brasil S.A.	861	324
Norchem Participações e Consultoria S.A. ^{(1) (6)}	388	517
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(1) (6)}	(185)	102
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(1.082)	(733)
Gestora de Inteligência de Crédito ^{(2) (4)}	(1.865)	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.)	5.098	4.882
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	6.873	5.126
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽¹⁾	(1.884)	(328)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽³⁾⁽⁸⁾	109	84
Influência Significativa do Banco Santander	162	352
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾	162	352
Total	3.377	5.444

			31/03/2018
	Ativo	Passivo	Resultado ⁽⁴⁾
Controle conjunto do Banco Santander	10.893.798	9.476.041	23.031
Banco RCI Brasil S.A.	10.538.943	9.418.607	43.217
Norchem Participações e Consultoria S.A. ^{(1) (6)}	78.781	26.906	775
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(1) (6)}	88.687	14.008	(1.901)
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾⁽⁵⁾⁽⁶⁾	32.723	95	(9.736)
Gestora de Inteligência de Crédito ^{(2) (4)}	154.664	16.425	(9.325)
Campo Grande Empreendimentos	-	-	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.314.412	1.495.665	526
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	412.375	34.498	9.819
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽¹⁾	1.897.896	1.460.227	(9.512)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽³⁾⁽⁸⁾	4.141	940	219
Influência Significativa do Banco Santander	121.981	25.328	743
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾	121.981	25.328	743
Total	13.330.190	10.997.034	24.300

			31/12/2017
	Ativo	Passivo	Lucro ⁽⁵⁾
Controle conjunto do Banco Santander	9.432.738	8.043.604	43.866
Banco RCI Brasil S.A.	9.057.261	7.985.647	74.452
Norchem Participações e Consultoria S.A. ^{(1) (6)}	78.674	27.574	2.665
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(1) (6)}	86.378	9.884	4.000
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾⁽⁵⁾⁽⁶⁾	42.627	264	(14.040)
Gestora de Inteligência de Crédito ^{(2) (4)}	167.798	20.235	(23.211)
Campo Grande Empreendimentos	-	-	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	1.967.989	1.077.782	74.861
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	490.458	50.413	31.264
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽¹⁾	1.472.774	1.025.593	41.932
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽³⁾⁽⁸⁾	4.757	1.776	1.665
Influência Significativa do Banco Santander	122.176	26.267	5.597
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾	122.176	26.267	5.597
Total	11.522.903	9.147.653	124.324

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Variação

As variações no saldo desse item nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Controle conjunto		
Saldo no início do período	845.704	969.097
Resultados equivalência patrimonial	3.215	5.092
Adição	65.032	-
Dividendos propostos/ recebidos	-	(245)
Ajuste ao valor de mercado	-	(10.318)
Outros	(6.892)	-
Saldo no final do período	907.059	963.626
Influência Significativa		
Saldo no início do período	20.860	20.980
Resultados equivalência patrimonial	162	352
Saldo no final do período	21.022	21.332
Total	928.081	984.958

- (1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, foi utilizada em 31/03/2018 a posição de 28/02/2018.
- (2) Empresa constituída em abril de 2017 e se encontra em fase pré operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 6 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$65.822, de forma que o capital social passou de R\$1 para R\$65.823, mediante a emissão de 6.582.200 (seis milhões, quinhentos e oitenta e duas mil e duzentas) novas ações, sendo 3.291.100 (três milhões, duzentas e noventa e um mil e cem) ações ordinárias, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) ações preferenciais Classe A, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) de ações preferenciais Classe B e 658.220 (seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentas e vinte) ações preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,00, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.
- (3) Em 2017, conforme alteração contratual, as sócias da PSA Corretora de Seguros, decidiram aumentar o capital social da sociedade em R\$401, de forma que o capital social passou de R\$500 para R\$901, mediante a emissão de 400.532 (quatrocentas mil e quinhentas e trinta e duas) novas quotas representativas do seu capital social, tendo cada quota o valor nominal de R\$1,00 (um real). As novas quotas emitidas foram subscritas e integralizadas na data da referida alteração contratual, em moeda corrente nacional, na proporção da participação de cada sócia equivalente a 50% do seu capital social cada uma, ou seja 200.266 (duzentas mil e duzentas e sessenta e seis) quotas.
- (4) Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028, mediante a emissão de 29.013.700 (vinte e nove milhões, treze mil e setecentas) novas ações, sendo 14.506.850 (quatorze milhões, quinhentas e seis mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferenciais Classe A, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferenciais Classe B e 2.901.370 (dois milhões, novecentas e uma mil e trezentas e setenta) ações preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$9,83 (nove reais e oitenta e três centavos) por ação, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.
- (5) Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. Após a conclusão do cronograma estabelecido, a EBP encerra suas atividades neste ano de 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018.
- (6) O Banco possui participação inferior a 20% , não havendo bloco de controle na companhia, sendo as decisões de negócio tomadas em conjunto pelos acionistas.
- (7) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (8) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação social da Santander Participações S.A.) e a PSA Services LTD.
- (*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.
- (**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(***) Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os saldos de Ativo, Passivo e Resultado referem-se a 100% do balanço da empresa. Não há saldo para a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" nestas empresas, exceto no Banco RCI.

b.1) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito - Parceria entre Banco Santander e Outros Bancos do Mercado Brasileiro

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Companhia), cujo controle será compartilhado entre os acionistas que deterão 20% do seu capital social cada. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

c) Perdas por não recuperação

Não existem perdas por não recuperação em relação a investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas não controladas pelo Banco Santander:

• **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade anônima com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através de suas operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

• **Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo tangível

a) Movimentação

A movimentação dos ativos tangíveis no período de três meses findo em 31 de março de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.016.815	996.519	3.492.790	3.759	6.509.883
Adições	-	40.754	221.852	-	262.606
Baixa	-	(1.894)	(151)	-	(2.045)
Depreciações do período	(20.137)	(126.190)	(155.768)	-	(302.095)
Adições por Aquisição de Sociedade	-	389	267	-	656
Transferências	1.898	(950)	(58.090)	-	(57.142)
Saldo em 31 de março de 2018	1.998.576	908.628	3.500.900	3.759	6.411.863

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.103.952	857.916	3.680.806	3.759	6.646.433
Adições	45	15.342	159.619	-	175.006
Baixa	(75)	(1.008)	(5.472)	-	(6.555)
Depreciações do período	(20.583)	(87.806)	(183.589)	-	(291.978)
Impairment do período	-	-	6	-	6
Transferências	-	7.676	(12.533)	-	(4.857)
Saldo em 31 de março de 2017	2.083.339	792.120	3.638.837	3.759	6.518.055

b) Perdas por não recuperação

Não houve perdas significativas por *impairment* com ativos tangíveis no período de três meses findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de março de 2018, o Banco não possui compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2017 – R\$75 milhões).

7. Ativo intangível

a) Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com a IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais (nota 14).

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

	31/03/2018	31/12/2017
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Olé Consignado	62.800	62.800
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	13.050	13.050
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	1.039.304	1.039.304
Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda.	27.860	28.120
Produban Serviços de Informática S.A.	7.205	-
Outros	-	1.860
Total	28.369.341	28.364.256

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		Banco Comercial 31/12/2017
Principais premissas:		
Bases para determinação do valor recuperável		Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾		5 anos
Taxa de crescimento perpétuo		8,3%
Taxa de desconto ⁽²⁾		14,6%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 20,42%.

O teste de recuperabilidade foi realizado ao longo do segundo semestre de 2017, uma vez que, ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade).

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continuam superior ao patrimônio líquido do Banco.

b) Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis no período de três meses findo em 31 de março de 2018 e de 2017, foi a seguinte.

	Desenvolv. de tecnologia da informação - TI	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.734.866	102.921	1.837.787
Adições	288.177	81	288.258
Baixas	(27.842)	-	(27.842)
Transferências	(196.633)	(1)	(196.634)
Amortizações no período	(125.096)	(4.798)	(129.894)
Adições por Aquisições de Sociedades Controladas	7	-	7
Saldos em 31 de março de 2018	1.673.479	98.203	1.771.682
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos	

	Desenvolv. de tecnologia da informação - TI	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.768.251	113.552	1.881.803
Adições	151.078	-	151.078
Baixas	(3.485)	-	(3.485)
Transferências	6.064	-	6.064
Amortizações no período	(101.563)	(5.222)	(106.785)
Saldos em 31 de março de 2017	1.820.345	108.330	1.928.675
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos	

8. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

31/03/2018			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	97.757.290	97.757.290
Depósitos de clientes	-	278.990.382	278.990.382
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	74.758.674	74.758.674
Derivativos	18.888.192	-	18.888.192
Dívidas subordinadas	-	533.639	533.639
Posições vendidas	33.115.990	-	33.115.990
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	8.404.082	8.404.082
Outros passivos financeiros	-	42.277.640	42.277.640
Total	52.004.182	502.721.707	554.725.889

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

			31/12/2017
	Passivos financeiros para negociação	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	79.374.685	79.374.685
Depósitos de clientes	-	276.042.141	276.042.141
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	70.247.012	70.247.012
Derivativos	16.514.154	-	16.514.154
Dívidas subordinadas	-	519.230	519.230
Posições vendidas	32.808.392	-	32.808.392
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	8.436.901	8.436.901
Outros passivos financeiros	-	44.260.735	44.260.735
Total	49.322.546	478.880.704	528.203.250

b) Composição e detalhes**b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito**

	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos à vista ⁽¹⁾	281.583	306.081
Depósitos a prazo ⁽²⁾	51.874.499	52.739.163
Operações compromissadas	45.601.208	26.329.441
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	45.601.208	26.329.441
Total	97.757.290	79.374.685

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

b.2) Depósitos de clientes

	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos à vista		
Contas correntes ⁽¹⁾	16.987.309	17.559.985
Cadernetas de poupança	41.408.726	40.572.369
Depósitos a prazo	164.193.267	146.817.650
Operações compromissadas	56.401.080	71.092.137
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	23.050.433	33.902.890
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	33.350.647	37.189.247
Total	278.990.382	276.042.141

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	31/03/2018	31/12/2017
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	27.231.079	27.713.873
Eurobonds	4.035.282	1.992.828
Letras financeiras ⁽²⁾	34.122.375	31.686.259
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽³⁾	9.369.938	8.854.052
Total	74.758.674	70.247.012

Indexadores:	No País	No Exterior
Letras Financeiras	97% a 108% do CDI	-
	100% do IGPM	-
	100% do IPCA	-
	Pré-fixadas: 10,05% a 17,74%	-
	104% a 105% da SELIC	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	70% a 97% do CDI	-
	Pré-fixadas: 8,27% a 14,91%	-
	100% do IPCA	-
	100% da TR	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	87% a 94% do CDI	-
Eurobonds	0,7% a 3%	0,72% a 15,70%

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2026 (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2026).

(2) As principais características das LF são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2025 (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2025).

(3) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 87,0% a 94,0% do CDI. Em 31 de março de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2021 (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2019).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Saldo no início do período	70.247.012	99.842.955
Emissões	17.228.812	10.002.848
Pagamentos	(13.904.931)	(22.799.908)
Juros	1.132.919	2.769.065
Variação cambial e outros	54.862	(34.477)
Saldo no final do período	74.758.674	89.780.483

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/03/2018 Total	31/12/2017 Total
Eurobonds	2015	2018	USD	2,2%	-	40.333
Eurobonds	2015	2020	USD	2,9%	-	10.656
Eurobonds	2017	2018	USD	Zero Coupon a 2,4%	753.946	1.195.668
Eurobonds	2017	2019	USD	Libor 3M + 1,0%	166.525	165.677
Eurobonds	2017	2024	USD	6,9% a 10,0%	538.843	541.487
Eurobonds	2018	2018	USD	Zero coupon a 1,9%	100.202	-
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero coupon a 2,9%	244.954	-
Eurobonds	2018	2024	USD	6,9%	1.022.308	-
Eurobonds	2018	2025	USD	5,9%	1.139.297	-
Outras					69.207	39.007
Total					4.035.282	1.992.828

b.4) Dívidas subordinadas

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor (em milhões)	Taxa de juros	31/03/2018	31/12/2017
CDB Subordinado	mai-08	mai-15 a mai-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	111.608	109.572
CDB Subordinado	mai a jun-08	mai-15 a jun-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	422.031	409.658
Total					533.639	519.230

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

As variações no saldo de "Dívidas subordinadas" nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Saldos no início do período	519.230	466.246
Juros	14.409	14.789
Saldo no final do período	533.639	481.035

b.5) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.) ⁽³⁾	31/03/2018	31/12/2017
Nível I ⁽¹⁾	jan-14	sem prazo (perpétuo)	R\$3.000	7,4%	4.207.552	4.187.531
Nível II ⁽²⁾	jan-14	jan-24	R\$3.000	6,0%	4.196.530	4.249.370
Total					8.404.082	8.436.901

(1) Juros pagos trimestralmente desde 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente desde de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 foram as seguintes:

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Saldos no início do período	8.436.901	8.311.918
Juros Nível I ⁽¹⁾	68.449	67.933
Juros Nível II ⁽¹⁾	55.413	54.978
Variação Cambial	67.372	(198.589)
Pagamento de juros - Nível I	(85.294)	(85.817)
Pagamento de juros - Nível II	(138.759)	(139.611)
Saldo no final do período	8.404.082	8.010.812

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

9. Provisões

a) Composição

	31/03/2018	31/12/2017
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	4.015.756	3.923.457
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	10.836.206	10.063.459
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	696.946	707.131
Processos judiciais e administrativos	8.587.696	8.365.320
Sendo:		
Cíveis	2.568.656	2.522.005
Trabalhistas	3.671.671	3.448.388
Fiscais e Previdenciárias	2.347.369	2.394.927
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	901.337	-
Provisões diversas	650.227	991.008
Total	14.851.962	13.986.916

b) Provisões e passivos contingentes cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos.

Em outubro de 2017, o Banco aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R\$292.562. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R\$435.454. Na Demonstração dos Resultados de 31 de dezembro de 2017 foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R\$96.129.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R\$534.001, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R\$191.897 com pagamento realizado em agosto de 2017 e R\$299.820 em janeiro de 2018. Como consequência da adesão ao programa, em 2017, foram registradas despesas no resultado do período no montante de R\$491.717, após os efeitos tributários.

b.1) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

• **PIS e COFINS** - R\$3.534.579 (31 de dezembro de 2017 - R\$3.501.464): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao Processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. No exercício de 2015, com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R\$7.950 milhões (R\$4.770 milhões, após efeitos tributários).

• **Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$913.506 (31 de dezembro de 2017 - R\$905.113): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

• **Imposto sobre Serviços (ISS)** - Instituições Financeiras - R\$233.339 (31 de dezembro de 2017 - R\$237.960): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

• **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$266.673 (31 de dezembro de 2017 - R\$265.022): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

• **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - R\$718.541 (31 de dezembro de 2017 - R\$714.604): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, em 31 de março de 2018 totalizaram R\$1.439.518 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

b.2) Processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos judiciais e administrativos de natureza cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

• **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

• **Planos Econômicos** - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi submetido e aprovado pelo STF.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, inclusive considerando o acordo homologado pelo STF.

b.4) Passivos Contingentes cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias classificadas como risco de perda possível

Referem-se a processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$22.462 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

- **Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2018, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$440 milhões.

- **INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2018, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$4.574 milhões.

- **IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - A Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$294 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real – A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de março de 2018, o valor era de R\$1.343 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de março de 2018, o valor era de R\$615 milhões.

Compensação Não Homologada – O Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2018, o valor era de R\$2.286 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$64 milhões, excluindo o processo abaixo:

- **Gratificação Semestral ou PLR** - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

• **Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI** – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.363 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

- **Ação indenizatória oriunda do Banco Bandepe** - relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso pelo o Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- **Ação indenizatória referente à de serviços de custódia** - prestados pelo Banco Santander (Brasil) S.A. em fase inicial e ainda sem sentença proferida;
- **Ação oriunda de disputa contratual** - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

b.5) Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$687.849, R\$2.600 e R\$6.496 (31/12/2017 - R\$692.807, R\$1.812 e R\$6.697), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

c) Provisões para compromissos contingentes

Conforme nota 2.iii.ix, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contatuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para o período de três meses findo em 31 de março de 2018:

	01/01 a 31/03/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	674.513
Constituição de provisão para compromissos contingentes	226.824
Saldo no final do período (Nota 3.b.2)	901.337

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/03/2018			Ações - mil 31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	68.564	94.141	162.705	66.207	91.779	157.986
De Domiciliados no Exterior	3.750.131	3.585.695	7.335.826	3.752.488	3.588.057	7.340.545
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(2.833)	(2.833)	(5.666)	(5.845)	(5.845)	(11.690)
Total em circulação	3.815.862	3.677.003	7.492.865	3.812.850	3.673.991	7.486.841

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos serão e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

O destaque de Juros sobre o Capital Próprio no primeiro trimestre de 2018 está descrito abaixo:

	Em milhares de Reais	Ordinárias	Reais por milhares de ações / Units Preferenciais	31/03/2018 Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (2)}	600.000	0,0763	0,0840	0,1603
Total Acumulado em 31 de Março de 2018	600.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 março de 2018, ordinárias - R\$0,0649, preferenciais - R\$0,0714 e Units - R\$0,1362 líquidos de impostos e que serão pagos em 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) O valor de juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

No primeiro trimestre de 2017, não houve destaque de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

c) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 1 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.717.204 Units, representativas de 38.717.204 ações ordinárias e 38.717.204 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2017, a aproximadamente 1,03% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2017, o Banco Santander possuía 373.269.828 ações ordinárias e 401.074.242 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 6 de novembro de 2017, encerrando-se em 5 de novembro de 2018.

	31/03/2018 Quantidade Units	31/12/2017 Quantidade Units
Ações em Tesouraria no início do período	1.773	25.786
Cancelamento ⁽¹⁾	-	(32.276)
Aquisições de Ações	5.088	12.768
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(4.028)	(4.505)
Ações em Tesouraria no final do período	2.833	1.773
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 102.509	R\$ 148.246
Custos de Emissão em milhares de reais	R\$ 206	R\$ 194
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 102.715	R\$ 148.440

	Units	Units
Custo / Valor de Mercado		
Custo mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo médio ponderado	R\$ 25,75	R\$ 24,41
Custo máximo	R\$ 36,98	R\$ 32,29
Valor de Mercado	R\$ 27,64	R\$ 27,64

(1) Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

Adicionalmente, no período de três meses findo em 31 de março de 2018, foram negociadas ações em tesouraria, que resultaram em um ganho de R\$4.016 (31/03/2017 - perda de R\$944) registrada diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11. Impostos sobre a renda

O total dos encargos do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Resultado Operacional antes da Tributação	4.865.602	4.340.671
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	(600.000)	-
Resultado Operacional antes da tributação	4.265.602	4.340.671
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(1.919.521)	(1.953.302)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) ⁽²⁾	(374.764)	(413.517)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	1.520	2.450
Ágio ⁽³⁾	(25.188)	199.963
Variação cambial - filiais no exterior ⁽⁴⁾	92.749	(474.865)
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	78.378	97.528
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	(59.411)	460.243
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL ^{(5) (6)}	110.926	(256.754)
Outros ajustes	101.385	5.396
Imposto sobre renda	(1.993.926)	(2.332.858)
Sendo:		
Impostos correntes ⁽⁷⁾	(1.508.499)	(2.233.289)
Impostos diferidos	(485.427)	(99.569)
Impostos pagos no período	(2.014.665)	(247.792)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros deveriam estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado como um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) Em 31 de março de 2017, a diferença entre a base fiscal e a base contábil do ágio de aquisição do Banco ABN Amro Real S.A. constitui uma diferença de natureza permanente e definitiva. A Administração considera que a possibilidade de perda por impairment ou alienação é remota e somente se aplica à entidade como um todo e em função das características da combinação de negócios realizada, não sendo possível segregar e identificar os negócios originalmente adquiridos por isso não há o registro de passivo fiscal diferido.

(4) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(5) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

(6) Inclui a majoração de alíquota provisória da CSLL (5%) a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

(7) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre despesas com doações, receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 e de 2017.

Em R\$ Milhões	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman e EFC	184	(1.066)
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	(351)	2.033
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	151	(872)
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	16	(95)
Efeito total do Hedge Cambial	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com pessoal

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Remuneração direta	1.441.631	1.375.933
Encargos	353.122	341.055
Benefícios	352.291	326.507
Planos de pensão de benefício definido	2.410	5.018
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	51.419	21.133
Remuneração baseada em ações	(1.501)	7.966
Treinamento	9.222	8.641
Outras despesas de pessoal	76.181	71.569
Total	2.284.775	2.157.822

b) Outras despesas administrativas

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Imóveis, instalações e materiais	320.284	324.582
Tecnologia e sistemas	378.120	331.030
Publicidade	103.917	78.358
Comunicações	149.482	114.191
Ajudas de custo e despesas de viagem	26.096	23.082
Tributos exceto imposto sobre a renda	22.094	22.322
Serviços de vigilância e transporte de valores	159.516	149.436
Prêmios de seguros	6.682	7.519
Serviços técnicos especializados	440.647	516.988
Outras despesas administrativas	173.298	127.412
Total	1.780.136	1.694.920

13. Remuneração com base em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a sua senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

a) Programa local

O plano de Incentivo de Longo Prazo SOP 2013 foi encerrado no exercício de 2016, no entanto permanece aberto para exercício até 30 de junho 2018, conforme aprovado na AGE de 29 de abril de 2013. Em 2018, permanece em aberto o plano para o segmento Private Banking denominado Plano de Incentivo de Longo Prazo Private Ultra High.

(i) Planos de compra de ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

	SOP 2013 ⁽¹⁾
Posição RTA	% de Ações Passíveis de Exercício
1°	100%
2°	75%
3°	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	SOP 2013
Método de Avaliação	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de Vesting	3 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R\$ 5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A.) no período findo 31 de março de 2018 é de R\$29,85 (31/12/2017 - R\$28,47).

No período findo em 31 de março de 2018 e 2017, não foram registradas despesas "pro rata" dia, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

	Número de Units	Preço de exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016	1.986.258					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(869.247)	12,84	2013	Executivos	30/06/16	30/06/18
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017	1.117.011					
	-					
Saldo dos Planos em 31 de Março de 2018	1.117.011					

a.2) Plano de Incentivo a Longo Prazo Local - Dinheiro

Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High: tem como objetivo alinhar os interesses do Banco Santander e do Participante com objetivo, de um lado, ao crescimento e lucratividade do negócio de Private e, de outro lado, ao reconhecimento da contribuição do Participante. O Plano tem como objetivo o pagamento pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável.

Cada participante tem um target em Reais, caso os indicadores sejam atingidos, o *target* será aplicado sobre o valor de referência, a primeira, paga em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Indicadores - Fase 1 (Valor de Referência)

- BAI de 2017 (Indicador de Benefícios antes do Impostos do Segmento Private Ultra High).

Indicadores - Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)

- BAI - 50%;
- MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Líquida do Segmento Private Ultra High); e
- AUM - 25% (Indicador Assets Under Management (Ativos sobre Gestão) do Segmento Private Ultra High).

Em 31 de março de 2018, foram registradas despesas no valor de R\$2.935 (31/03/2017- R\$2.935), referente ao plano de incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High.

a.3) Programa Global

Política de incentivos a longo prazo

Em 2014, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a sua liquidação será em ações do Grupo Santander Espanha.

Em 2016, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivo de 2º Plano de Longo Prazo Global ILP CRDIV - Outorga 2015 .

Valor justo do Plano Global

1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

	2 anos	3 anos	4 anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de juros sem risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será utilizado para mensurar o atingimento dos *targets* será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$19,2893, a serem entregues em três parcelas nos anos de 2016 e 2017 e 2018, com restrição de venda de 1 ano depois de cada entrega.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV – Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Indicadores - Fase 1

- RTA versus Concorrentes; e
- RoTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco versus Orçamento.

Indicadores - Fase 2

- RTA versus Concorrentes;
- RoTE Banco versus Orçamento;
- Satisfação dos funcionários;
- Satisfação dos clientes; e
- Vinculação de Empresas versus Orçamento.

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de 1 (um) ano após a entrega.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período	Data final do período
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	jan/14	dez/17
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV – Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	jan/15	dez/18
Saldo dos Planos em 31 de março de 2018	3.388.106				

No período findo em 31 de março de 2018, foram registradas despesas *pro rata* dia no valor de R\$1.319 (31/03/2017 - despesa de R\$1.101), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciada em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do *Financial Stability Board* (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 14 de dezembro 2015.

A aprovação da última proposta do plano de incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, ocorreu em 25 de outubro de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado.

a) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No período findo em 31 de março de 2018, foram registrados despesas no valor de R\$3.131 (31/03/2017 - despesas de R\$6.826), referente a provisão do plano de diferimento em ações.

b) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No período findo em 31 de março de 2018, foram registradas receitas no valor de R\$15.429 (31/03/2017 - receitas de R\$ 14.932).

14. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2018		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	9.326.547	492.913	9.819.460
Receitas de instrumentos de patrimônio	7.832	5.680	13.512
Resultado de equivalência patrimonial	3.377	-	3.377
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.054.685	400.564	3.455.249
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(264.463)	333.941	69.478
Outras receitas (despesas) operacionais	(152.623)	(19.252)	(171.875)
TOTAL DE RECEITAS	11.975.355	1.213.846	13.189.201
Despesas com pessoal	(2.081.714)	(203.061)	(2.284.775)
Outras despesas administrativas	(1.708.945)	(71.191)	(1.780.136)
Depreciação e amortização	(404.105)	(27.884)	(431.989)
Provisões (líquidas)	(817.500)	76.708	(740.792)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.937.868)	(82.939)	(3.020.807)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(47.170)	(15.030)	(62.200)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	(2.900)	-	(2.900)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽²⁾	3.975.153	890.449	4.865.602
Hedge Cambial ⁽¹⁾	166.788	-	166.788
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO ⁽¹⁾	4.141.941	890.449	5.032.390

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/01 a 31/03/2017		
	Banco Comercial	Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	7.594.942	629.096	8.224.038
Receitas de instrumentos de patrimônio	10.491	-	10.491
Resultado de equivalência patrimonial	5.444	-	5.444
Receitas líquidas de tarifas e comissões	2.685.935	350.103	3.036.038
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	1.178.823	665.505	1.844.328
Outras receitas (despesas) operacionais	(105.080)	2.671	(102.409)
TOTAL DE RECEITAS	11.370.555	1.647.375	13.017.930
Despesas com pessoal	(1.983.026)	(174.796)	(2.157.822)
Outras despesas administrativas	(1.677.293)	(17.627)	(1.694.920)
Depreciação e amortização	(374.257)	(24.506)	(398.763)
Provisões (líquidas)	(971.406)	(3.776)	(975.182)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.053.247)	(232.150)	(3.285.397)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(41.930)	(127)	(42.057)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	(123.118)	-	(123.118)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	3.146.278	1.194.393	4.340.671
Hedge Cambial ⁽¹⁾	(966.783)	-	(966.783)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO ⁽¹⁾	2.179.495	1.194.393	3.373.888

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Outros:	31/03/2018		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	606.723.382	67.006.915	673.730.297
Empréstimos e adiantamentos a clientes	221.446.853	55.557.795	277.004.648
Depósitos de clientes	216.054.574	62.935.808	278.990.382

Outros:	31/12/2017		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	580.090.401	65.612.638	645.703.039
Empréstimos e adiantamentos a clientes	217.539.345	54.880.812	272.420.157
Depósitos de clientes	225.926.433	50.115.708	276.042.141

15. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas em 31 de março de 2018, 2017 e 31 de dezembro de 2017, bem como no período de três meses findo em 31 de março de 2018 e de 2017, foram as seguintes:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 28 de março de 2018 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2018, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta será objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 27 de abril de 2018.

a.1) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Remuneração fixa	21.651	19.892
Remuneração variável	20.245	39.802
Outros	16.751	2.998
Total Benefícios de curto prazo	58.647	62.692
Remuneração baseada em ações	17.927	13.045
Total Benefícios de longo prazo	17.927	13.045
Total ⁽¹⁾	76.574	75.737

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander e de suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2018, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$8.836 (31/03/2017 - R\$10.258).

a.3) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%;

IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	31/03/2018 Total de Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeec B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	4.010	0,1%	4.015	0,1%	8.025	0,1%
Administradores (*)	4.578	0,1%	4.578	0,1%	9.156	0,1%
Outros	368.054	9,6%	395.853	10,8%	763.907	10,2%
Total	3.815.862	99,9%	3.677.003	99,9%	7.492.865	99,9%
Ações em Tesouraria	2.833	0,1%	2.833	0,1%	5.666	0,1%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	371.114	9,7%	398.919	10,8%	770.033	10,2%

	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	31/12/2017 Total de Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeec B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,6%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.551	0,1%	3.556	0,1%	7.107	0,1%
Administradores (*)	4.016	0,1%	4.016	0,1%	8.032	0,1%
Outros	366.063	9,6%	393.862	10,7%	759.925	10,1%
Total	3.812.850	99,8%	3.673.991	99,8%	7.486.841	99,8%
Ações em Tesouraria	5.845	0,2%	5.845	0,2%	11.690	0,2%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	369.614	9,7%	397.418	10,8%	767.032	10,2%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por funcionário, Qatar Holding e outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

c.1) Oferta Pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de American Depositary Shares (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

As principais transações e saldos são conforme segue:

			31/03/2018
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	3.462.695	1.969.861	1.306.563
Derivativos mensurados ao valor justo no resultado, posição líquida	186.091	-	282.731
Banco Santander Espanha	186.091	-	-
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	(66.497)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	349.228
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	3.230.590	-	92.494
Banco Santander Espanha ^{(3) (5)}	3.230.590	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	1.153
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	66.410
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	183
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	24.748
Empréstimos e adiantamentos a clientes	69	-	931.338
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	-	-	930.918
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	83
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	69	-	-
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	192
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	44.801	1.958.548	-
Banco Santander Espanha	44.801	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.958.548	-
Outros ativos	1.144	11.313	-
Banco Santander Espanha	1.144	-	-
Webmotors S.A.	-	9.661	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.652	-
Passivo	(10.602.513)	(39.454)	(2.322.332)
Depósitos de instituições de crédito	(2.188.536)	(36.369)	(2.082.536)
Banco Santander Espanha ⁽⁴⁾	(2.188.536)	-	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(320.925)
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(15.141)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(1.742.345)
Banco Santander, S.A. – Uruguay ⁽²⁾	-	-	(3.777)
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	(348)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(36.369)	-
Depósitos de clientes	-	(3.085)	(183.019)
Santander Securities ⁽²⁾	-	-	(71.386)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	-	-	(31.073)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(48.100)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(27.846)
Webmotors S.A.	-	(3.085)	-
Outros	-	-	(4.614)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.953.472)	-	-
Banco Santander Espanha	(7.953.472)	-	-
Outros passivos financeiros- Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(456.918)	-	(129)
Banco Santander Espanha	(71.144)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(144.638)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(241.136)	-	-
Banco Madesant	-	-	(129)
Outras obrigações	(3.587)	-	(56.648)
Banco Santander Espanha	(3.587)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(66)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha) ⁽²⁾	-	-	(9.671)
Ingeniería de Software Bancário, S.L. ⁽²⁾	-	-	(12.772)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(4.738)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	-	-	(28.888)
Outros	-	-	(513)

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em milhares de Reais			31/12/2017
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	8.214.739	1.214.312	926.994
Ativos Financeiros para negociação - Derivativos, posição líquida	(173.065)	-	(74.873)
Banco Santander Espanha	(173.065)	-	-
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	(71.672)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(3.201)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	8.363.038	-	76.009
Banco Santander Espanha ^{(3) (5)}	8.363.038	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	2.733
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	71.751
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	177
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	1.348
Empréstimos e adiantamentos a clientes	132	9.661	925.858
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	-	-	925.835
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	23
Banco Santander Espanha	132	-	-
Webmotors S.A.	-	9.661	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	23.896	1.203.032	-
Banco Santander Espanha	23.896	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.203.032	-
Outros ativos	738	1.619	-
Banco Santander Espanha	738	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.619	-
Passivo	(12.360.383)	(57.221)	(2.107.677)
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	(387.937)	(47.423)	(1.862.058)
Banco Santander Espanha ⁽⁴⁾	(387.937)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(300.074)
Santander Brasil Asset	-	-	(16.766)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(1.543.752)
Banco Santander, S.A. – Uruguai ⁽²⁾	-	-	(1.466)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(47.423)	-
Depósitos de clientes	-	(9.798)	(222.473)
ISBAN Brasil S.A. ⁽²⁾	-	-	(20.893)
Santander Securities	-	-	(71.947)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽²⁾	-	-	(34.410)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	-	-	(55.935)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(32.334)
Webmotors S.A.	-	(9.798)	-
Outros	-	-	(6.954)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.992.820)	-	(1.132)
Banco Santander Espanha	(620.264)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ^{(1) (2)}	(1.264.470)	-	-
Sterrebeeck B.V. ^{(1) (2)}	(2.108.086)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. ⁽²⁾	-	-	(1.132)
Outras obrigações	(2.050)	-	(22.014)
Banco Santander – Espanha	(2.050)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(69)
ISBAN Brasil S.A. ⁽²⁾	-	-	237
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha) ⁽²⁾	-	-	(905)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	6.762
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	-	-	(27.748)
Outros	-	-	(291)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.977.576)	-	-
Banco Santander Espanha	(7.977.576)	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 31 de março de 2018, inclui a disponibilidades no valor de R\$383.894 (31/12/2017 - R\$587.531).

(4) Em 31 de março de 2018, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior totalizando R\$2.188.536 (31/12/2017 - R\$387.937), com vencimento até fevereiro de 2019 e juros até 6,25% a.a.

(5) Em 31 de março de 2018, incluem a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de abril de 2018, no valor de R\$2.778.956 (31/12/2017 - R\$7.384.335) e juros de até 1,68% a.a. mantidas, pelo Santander Estabelecimento Financeiro de Crédito, Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(6) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/03/2018		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
	(132.965)	28.194	445.611
Resultado			
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	27.358	26.079	730
Banco Santander Espanha	27.358	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	26.079	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	83
Cibrasec	-	-	647
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	-	(1.974)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(90)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(1.271)
Santander Cultural	-	-	(12)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(371)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(215)
Outros	-	-	(15)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(2.116)	(1.259)	(36.975)
Banco Santander Espanha	(2.116)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(1.259)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(5.764)
SAM Brasil Participações	-	-	(13)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(29.803)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(1.119)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(276)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	6.403	3.374	639.998
Banco Santander Espanha	6.403	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	3.339	-
Banco Santander International	-	-	5.416
Webmotors S.A.	-	35	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	73.581
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	557.087
Outros	-	-	3.914
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(104.978)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(104.978)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(44.600)	-	21.593
Banco Santander Espanha	(44.600)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	4.969
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	4.300
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(1.046)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	12.847
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	357
Outros	-	-	166
Despesas administrativas e amortização	(15.032)	-	(172.951)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(15.032)	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(14.210)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(33.567)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(6)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(7.157)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(69.876)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha)	-	-	(11.216)
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	-	-	(22.860)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(11.642)
Outros	-	-	(2.417)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(4.810)
Santander Cultural	-	-	(750)
Fundação Santander	-	-	(160)
Fundação Sudameris	-	-	(3.900)

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/03/2017		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Resultado	(54.833)	83.988	(358.974)
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	30.883	102.056	837
Banco Santander Espanha	30.883	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	299
Banco RCI Brasil S.A.	-	102.056	-
Cibrasec	-	-	538
Despesas com juros e similares - depósitos de clientes	-	(21.373)	(28.477)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(2.501)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(10.636)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	-	-	(14.887)
Webmotors S.A.	-	(21.373)	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(417)
Outros	-	-	(36)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(4.214)	(520)	(198.631)
Banco Santander Espanha	(4.214)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(520)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(6.697)
SAM Brasil Participações	-	-	(32)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(191.522)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(380)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(1.442)	3.825	490.546
Banco Santander Espanha	(1.442)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	3.822	-
Banco Santander International	-	-	3.658
Webmotors S.A.	-	3	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	59.592
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	426.892
Outros	-	-	404
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(54.978)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(54.978)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais (líquidos)	(25.082)	-	(373.705)
Banco Santander Espanha	(25.082)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(368.204)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	2.387
Outros	-	-	(7.888)
Despesas administrativas e amortização	-	-	(244.690)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(86.668)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(53.000)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(6.411)
TECBAN - Tecnologia Bancária Brasil	-	-	(63.686)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha)	-	-	(8.737)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(9.999)
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	-	-	(15.337)
Outros	-	-	(852)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(4.854)
Santander Cultural	-	-	(1.004)
Fundação Santander	-	-	(350)
Fundação Sudameris	-	-	(3.500)

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

16. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais	Nível 1 ⁽¹⁾	Nível 2	Nível 3	31/03/2018 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	45.513.842	21.229.300	203.225	66.946.367
Instrumentos de dívida	44.137.840	550.931	-	44.688.771
Instrumentos de patrimônio	1.376.004	2.127	156.879	1.535.010
Derivativos	-	20.054.362	46.346	20.100.708
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	621.878	-	621.878
Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.661.552	-	-	1.661.552
Instrumentos de dívida	1.661.552	-	-	1.661.552
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	84.288.539	1.205.495	16.475	85.510.509
Instrumentos de dívida	84.287.732	1.205.495	-	85.493.227
Instrumentos de patrimônio	807	-	16.475	17.282
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	199.319	-	199.319
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	33.115.990	18.796.107	92.085	52.004.182
Derivativos	-	18.796.107	92.085	18.888.192
Posições vendidas	33.115.990	-	-	33.115.990
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	227.237	-	227.237

Em milhares de Reais	Nível 1 ⁽¹⁾	Nível 2 ⁽¹⁾	Nível 3	31/12/2017 Total
Ativos financeiros para negociação	34.380.542	18.059.034	-	52.439.576
Instrumentos de dívida	33.891.360	988.321	-	34.879.681
Instrumentos de patrimônio	489.182	588	-	489.770
Derivativos	-	17.070.125	-	17.070.125
Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.593.951	64.738	33.368	1.692.057
Instrumentos de dívida	1.593.951	64.738	-	1.658.689
Instrumentos de patrimônio	-	-	33.368	33.368
Ativos financeiros disponíveis para venda	79.301.016	6.382.225	140.143	85.823.384
Instrumentos de dívida	78.335.629	6.381.118	-	84.716.747
Instrumentos de patrimônio	965.387	1.107	140.143	1.106.637
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	192.763	-	192.763
Passivos financeiros para negociação	32.808.392	16.514.154	-	49.322.546
Derivativos	-	16.514.154	-	16.514.154
Posições vendidas	32.808.392	-	-	32.808.392
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	163.332	-	163.332

(1) Não houve transferência entre níveis 1 e 2.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

A tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o período de três meses findos em 31 de março de 2018 e de 2017 para o nível 3:

Em milhares de Reais	Valor Justo em 31/12/2017 (após IFRS 9)	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências para Nível 3	Adições/ Baixas	Impacto IFRS 9	Valor Justo em 31/03/2018
Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	33.368	-	-	(4.009)	(29.359)	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	203.225	203.225
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	140.143	-	-	-	(123.668)	16.475

Em milhares de Reais	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências para Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo em 31/03/2017
Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	37.509	(2.560)	-	-	34.949
Ativos financeiros disponíveis para venda	951.612	1.980	-	(33)	953.559

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Em milhares de Reais	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/03/2018 Nível 3
Ativo					
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	34.390.993	34.445.953	-	34.445.953	-
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	30.545.198	30.556.644	-	30.556.644	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	277.004.648	279.024.871	-	-	279.024.871
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	38.283.110	37.878.842	7.078.527	30.800.315	-
Total	380.223.949	381.906.310	7.078.527	95.802.912	279.024.871

Em milhares de Reais	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2017 Nível 3
Ativo					
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	33.831.521	33.914.021	-	33.914.021	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	10.214.454	10.587.117	7.251.246	3.335.871	-
Empréstimos e recebíveis:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	32.300.095	32.300.095	-	32.300.095	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	272.420.157	275.647.324	-	-	275.647.324
Empréstimos e recebíveis - Instrumentos de dívida	17.616.515	17.127.511	-	17.127.511	-
Total	366.382.742	369.576.068	7.251.246	86.677.498	275.647.324

Aplicações no Mercado Aberto - Banco Central do Brasil - O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo dado curto prazo dos vencimentos e da recente data de início.

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em milhares de Reais					31/03/2018
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	97.475.707	97.488.142	-	-	97.488.142
Depósitos de clientes	262.003.073	262.113.835	-	-	262.113.835
Obrigações por títulos e valores mobiliários	74.758.674	74.836.075	-	4.056.843	70.779.232
Dívidas subordinadas	533.639	538.650	-	-	538.650
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	8.404.082	8.404.082	-	8.404.082	-
Outros passivos financeiros	42.277.640	41.020.640	-	-	41.020.640
Total	485.452.815	484.401.424	-	12.460.925	471.940.499

Em milhares de Reais					31/12/2017
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	79.068.604	79.068.564	-	-	79.068.564
Depósitos de clientes	258.482.156	258.576.177	-	-	258.576.177
Obrigações por títulos e valores mobiliários	70.247.012	70.245.820	-	2.000.552	68.245.268
Dívidas subordinadas	519.230	528.799	-	-	528.799
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	8.436.901	8.436.901	-	8.436.901	-
Outros passivos financeiros	44.260.735	43.003.735	-	-	43.003.735
Total	461.014.638	459.859.996	-	10.437.453	449.422.543

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os novos empréstimos spread sobre a taxa de juros livre de risco são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

- Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.j.

17. Outras divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como "Hedge"

	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
Swap - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	17.927.502	15.781.207
Prêmios de Opções a Exercer	642.932	553.217
Contratos a Termo e Outros	1.729.593	928.464
Total	20.300.027	17.262.888
Passivo		
Swap - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	17.178.349	14.643.016
Prêmios de Opções Lançadas	427.775	385.183
Contratos a Termo e Outros	1.509.305	1.649.287
Total	19.115.429	16.677.486

(1) Inclui swaption e derivativos embutidos.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resumo por Categoria				
Negociação	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor Referencial	Mercado	Valor Referencial	Mercado
Swap	428.718.186	777.071	401.790.569	1.108.760
Ativo	215.197.949	75.463.473	202.081.214	57.294.179
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	39.606.429	15.875.089	33.289.522	22.409.496
Taxa de Juros Pré - Reais	55.068.738	-	95.700.715	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	4.934.074	-	5.592.892	-
Moeda Estrangeira	115.473.114	59.588.384	67.493.635	34.884.683
Outros	115.594	-	4.450	-
Passivo	213.520.237	(74.686.402)	199.709.355	(56.185.419)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	31.069.740	-	16.664.176	-
Taxa de Juros Pré - Reais	91.650.903	(36.625.334)	114.055.076	(21.687.884)
Indexados em Índices de Preços e Juros	42.353.277	(37.579.045)	40.146.968	(34.107.210)
Moeda Estrangeira	47.797.500	-	28.420.467	-
Outros	648.817	(482.023)	422.668	(390.325)
Opções	230.719.727	215.157	190.061.609	168.034
Compromissos de Compra	112.163.612	642.932	87.503.833	553.217
Opções de Compra Dólar	11.777.747	85.671	9.369.821	169.542
Opções de Venda Dólar	2.930.809	33.810	5.130.392	42.389
Opções de Compra Outras	7.398.608	15.195	1.953.481	59.220
Mercado Interfinanceiro	5.154.094	5.633	1.185.310	389
Outras ⁽¹⁾	2.244.514	9.562	768.171	58.831
Opções de Venda Outras	90.056.448	508.256	71.050.139	282.066
Mercado Interfinanceiro	87.396.406	338.725	70.295.282	257.943
Outras ⁽¹⁾	2.660.042	169.531	754.857	24.123
Compromissos de Venda	118.556.115	(427.775)	102.557.776	(385.183)
Opções de Compra Dólar	6.011.502	(80.018)	5.595.163	(117.059)
Opções de Venda Dólar	5.571.848	(80.833)	5.919.598	(77.145)
Opções de Compra Outras	19.048.318	(89.239)	19.880.180	(35.961)
Mercado Interfinanceiro	16.139.723	(2.713)	19.151.110	(515)
Outras ⁽¹⁾	2.908.595	(86.526)	729.070	(35.446)
Opções de Venda Outras	87.924.447	(177.685)	71.162.835	(155.018)
Mercado Interfinanceiro	87.526.470	(149.617)	70.494.622	(126.743)
Outras ⁽¹⁾	397.977	(28.068)	668.213	(28.275)
Contratos de Futuros	231.973.645	-	161.725.596	-
Posição Comprada	65.333.224	-	54.806.022	-
Cupom Cambial (DDI)	21.134.151	-	9.616.936	-
Taxa de Juros (DI1 e DI4)	23.513.796	-	26.456.303	-
Moeda Estrangeira	19.652.800	-	16.733.437	-
Índice ⁽²⁾	641.290	-	1.780.311	-
Treasury Bonds/Notes	391.187	-	-	-
Outros	-	-	219.035	-
Posição Vendida	166.640.421	-	106.919.574	-
Cupom Cambial (DDI)	70.238.441	-	55.016.928	-
Taxa de Juros (DI1 e DI4)	79.780.563	-	51.135.994	-
Moeda Estrangeira	14.580.948	-	745.849	-
Índice ⁽²⁾	-	-	20.803	-
Treasury Bonds/Notes	2.040.469	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	77.572.427	220.288	47.823.561	(720.823)
Compromissos de Compra	53.787.015	869.709	23.506.096	647.376
Moedas	52.301.145	826.938	21.525.220	618.007
Outros	1.485.870	42.771	1.980.876	29.369
Compromissos de Venda	23.785.412	(649.421)	24.317.465	(1.368.199)
Moedas	23.050.318	(647.002)	22.096.104	(1.364.617)
Outros	735.094	(2.419)	2.221.361	(3.582)

(1) Inclui opções de ações, índices.

(2) Inclui índices B3 S.A. (atual denominação social da BM&FBovespa) e S&P.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	31/03/2018			
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total
Swap	30.927.194	43.372.240	140.898.515	215.197.949
Opções	9.253.631	1.270.671	220.195.425	230.719.727
Contratos de Futuros	-	-	231.973.645	231.973.645
Contratos a Termo e Outros	24.837.250	14.236.624	38.498.553	77.572.427
Valor Referencial	31/12/2017			
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total
Swap	32.912.721	19.599.395	149.569.098	202.081.214
Opções	11.263.513	1.240.309	177.557.787	190.061.609
Contratos de Futuros	-	-	161.725.596	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	25.470.287	18.816.991	3.536.283	47.823.561

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	31/03/2018			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	17.112.876	69.914.091	128.170.982	215.197.949
Opções	64.149.389	165.044.079	1.526.259	230.719.727
Contratos de Futuros	88.636.280	88.327.390	55.009.975	231.973.645
Contratos a Termo e Outros	39.899.538	29.751.881	7.921.008	77.572.427
Valor Referencial	31/12/2017			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	20.705.247	51.021.102	130.354.865	202.081.214
Opções	46.139.545	89.403.700	54.518.364	190.061.609
Contratos de Futuros	65.489.476	55.490.159	40.745.961	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	25.015.557	14.250.495	8.557.509	47.823.561

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	31/03/2018		
	Bolsas ⁽¹⁾	Balcão ⁽²⁾	Total
Swap	64.540.046	150.657.903	215.197.949
Opções	209.440.551	21.279.176	230.719.727
Contratos de Futuros	231.973.645	-	231.973.645
Contratos a Termo e Outros	14.667.097	62.905.330	77.572.427
Valor Referencial	31/12/2017		
	Bolsas ⁽¹⁾	Balcão ⁽²⁾	Total
Swap	67.112.505	134.968.709	202.081.214
Opções	172.144.700	17.916.909	190.061.609
Contratos de Futuros	161.725.596	-	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	395.212	47.428.349	47.823.561

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A., e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

a.5) "Hedge" Contábil

As relações de hedge são de três tipos: Hedge de Valor Justo, Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador são representados como seguem:

"Hedge" de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco Santander consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco Santander segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco Santander utiliza contratos de Swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco Santander aplica o hedge de valor justo como segue:

- Contrata swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI (vendidos em conjunto para o cliente) e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira. As operações de hedge foram designados em janeiro 2016 e os vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2017 e 2021.

- O Banco Santander possui uma carteira de ativos de crédito emitidos em Dólar à taxa fixa no Balanço da Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco Santander designa cada swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como hedge de valor justo do empréstimo correspondente. As operações de hedge foram designadas em 2013 e os vencimentos dos Swaps relacionados ocorrerão entre junho de 2017 e 2020.

- O Banco Santander possui uma carteira de Ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Cayman. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da captação, já expresso em dólar, será corrigido pelo % CDI ou Pré-Fixado. Os Ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom. As operações de hedge foram designadas em fevereiro de 2017 e os vencimentos dos Swaps relacionados ocorrerão entre fevereiro de 2017 e 2024.

- O Banco Santander possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa B3 e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting, tendo como item objeto nesta relação títulos públicos pré-fixados (NTN-F e LTN). Os relacionamentos de hedge foram designados em março de 2017 e tem como vencimento 2027.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de hedge, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de hedge permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: Segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (*inception*) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (*no inception*): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de hedge, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de hedge e do instrumento de hedge a uma variação paralela de 10 *basis points* na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: O teste retrospectivo de efetividade será conduzido através da comparação da variação do MTM do instrumento de hedge desde a data início com a variação do MTM do objeto de hedge desde o início, excluído o spread de crédito e liquidez da operação:

Em hedges de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

Estrutura de Hedge	31/03/2018		31/12/2017	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Fair Value Hedge				
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	(885.599)	-	(388.446)	-
LEA	(88.958)	-	(1.200)	-
Resolução 2770	4.782	-	304	-
Trade Finance Off	(66.051)	-	(57.386)	-
Total	(1.035.826)	-	(446.728)	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Ajuste a Mercado	31/03/2018 Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	31/12/2017 Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge				
Contratos de Swap	(144.049)	(188.277)	(95.672)	(130.683)
Ativo	21.671	3.197.485	12.954	3.005.666
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI - ⁽⁵⁾ ⁽⁸⁾	(442)	1.771.571	(357)	1.818.366
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	122	19.072	320	8.742
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	(9.935)	951.018	(23.585)	691.872
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	31.926	455.824	36.576	486.686
Passivo	(165.720)	(3.385.762)	(108.626)	(3.136.349)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(15.672)	(245.354)	(20.109)	(261.915)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Dólar ⁽⁵⁾	(10.489)	(222.116)	(16.303)	(225.857)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾ ⁽²⁾	(28.611)	(713.532)	(21.380)	(474.398)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾ ⁽⁸⁾	(40.597)	(1.655.451)	22	(1.640.708)
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ⁽⁷⁾	(12.392)	(206.409)	(13.863)	(219.392)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Euro ⁽⁴⁾	(57.959)	(342.900)	(36.993)	(314.079)
Objeto de Hedge				
Ativo	60.014	1.728.931	76.793	1.488.033
Empréstimos e Recebíveis	61.078	1.586.255	76.348	1.362.060
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(5.859)	256.409	4.319	288.420
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Dólar ⁽⁵⁾	9.746	220.341	16.416	224.943
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽²⁾	14.754	562.953	13.253	331.805
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	5.424	40.445	3.900	21.077
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ⁽⁷⁾	367	179.970	(2.898)	173.990
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽⁴⁾	36.646	326.137	41.358	321.825
Instrumentos de Dívida	(1.064)	142.676	445	125.973
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾ ⁽²⁾	(1.072)	138.715	354	119.892
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	8	3.961	91	6.082

	31/03/2018 Valor de Referência
Instrumentos de Hedge	
Contratos de Futuros ⁽⁸⁾	41.180.616
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	41.180.616

	31/03/2018 Ajuste a Mercado	31/03/2018 Valor de Mercado
Objeto de Hedge		
Ativo	1.040.823	45.342.674
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda		
Títulos Públicos ⁽⁸⁾	1.040.823	45.342.674
Letras do Tesouro Nacional - LTN	512.953	32.633.180
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	527.870	12.709.494

(1) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI com valor de mercado de R\$128.330 (31/12/2017 - R\$109.538).

(2) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito e títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, com valor de mercado das operações de crédito de R\$562.953 (31/12/2017 - R\$352.071) e das notas promissórias de R\$10.385 (31/12/2017 - R\$10.354).

(3) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxa de juros pré - Reais com valor de mercado de R\$3.961 (31/12/2017 - R\$6.082) e operações de crédito no valor de R\$40.445 (31/12/2017 - R\$21.077).

(4) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré euro no valor de mercado de R\$326.137 (31/12/2017 - R\$321.825).

(5) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré dólar no valor de mercado de R\$220.341 (31/12/2017 - R\$224.943).

(6) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$256.409 (31/12/2017 - R\$288.420).

(7) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano com valor de mercado de R\$179.970 (31/12/2017 - R\$173.990).

(8) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos públicos pré-fixados representados por Notas do Tesouro Nacional NTN-F com valor de mercado de R\$1.610.962 (31/12/2017 - R\$1.618.529).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

"Hedge" de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco Santander consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco Santander aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos Dólar Fixed e passivos em Reais flutuante e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos indexados em Reais flutuante e negociados com terceiros através da agência em Cayman. As operações de hedge foram designadas em janeiro 2016 e os vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2017 e 2021.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto parte da carteira de crédito do Banco em Dólares. As operações de hedge foram designadas em 2007 e os vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2017 e 2025.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto nesta relação parte da carteira de Crédito do Banco em Dólares. Os relacionamentos de hedge foram designados em 2007, e os vencimentos dos hedges relacionados ocorrerão entre 2017 e 2025.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de hedge (teste prospectivo), e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de hedge permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Nesta estratégia de *hedge*, os testes de efetividade (prospectivo / retrospectivo) são conduzidos através da comparação de duas *proxies*, uma para o objeto de hedge e outra para o instrumento.

A *proxy* do objeto de *hedge* é um swap "conceitual", onde a "ponta" passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a "ponta" pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como hedge, estando esta coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do hedge. A *proxy* do instrumento de hedge é um swap "conceitual", onde a "ponta" ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como hedge, e a "ponta" pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A *proxy* é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.

Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

a) Teste Prospectivo: Segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: conforme o fluxo do processo acordado, Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, a VPE Finanças Estratégia e Qualidade - Informações Gerenciais | Produtos & Segmentos efetuará os testes prospectivos através da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: Deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o hedge foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é reconhecida através do teste prospectivo do hedge.

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes – hedges de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de hedge de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" nas demonstrações consolidadas do resultado.

	31/03/2018		31/12/2017	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Estrutura de Hedge				
Cash Flow Hedge				
Eurobonds	(42.840)	-	(25.576)	-
Trade Finance Off	142.464	(1.416)	(94.896)	(9.266)
CDB	(1.897)	-	-	-
Títulos Públicos (LFT)	351.282	-	129.995	-
Total	449.009	(1.416)	9.523	(9.266)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Ajuste a Mercado	31/03/2018 Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	31/12/2017 Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge				
Contratos de Swap	(37.227)	160.359	(25.142)	160.114
Ativo	97.884	2.310.022	97.846	2.361.070
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	(33.793)	989.839	(42.149)	992.879
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽³⁾	129.133	1.155.231	134.435	1.223.004
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾	2.544	164.952	5.560	145.187
Passivo	(135.111)	(2.149.663)	(122.988)	(2.200.956)
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(4.201)	(167.899)	(5.735)	(147.925)
Indexados em Moeda Estrangeira Estrangeira Pré - Euro ⁽¹⁾	(7.391)	(920.772)	13.639	(895.399)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽³⁾	(123.519)	(1.060.992)	(130.892)	(1.157.632)

	31/03/2018	31/12/2017
Instrumentos de Hedge	Valor de Referência	Valor de Referência
Contratos de Futuros	59.034.136	60.299.595
Operações de Crédito ⁽⁵⁾	53.452.934	54.995.334
Moeda Estrangeira - Dólar	2.696.893	3.362.582
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	33.185.897	32.344.276
Taxa de Juros DDI1	17.570.144	19.288.476
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	5.581.202	5.304.261
Títulos Públicos ⁽⁶⁾	5.581.202	5.304.261
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	5.581.202	5.304.261
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽⁷⁾	19.549.529	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	19.549.529	

	31/03/2018	31/12/2017
Objeto de Hedge - Valor da Curva		
Ativo	26.663.949	25.697.291
Empréstimos e Recebíveis - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação ^{(3) (5)}	9.106.936	7.632.915
Empréstimos e Recebíveis ^{(3) (5)}	8.582.668	10.989.230
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽¹⁾	839.266	809.660
Disponíveis para Venda - Notas Promissórias - NP ^{(2) (5)}	2.982.839	1.194.266
Títulos Públicos - LFT ⁽⁶⁾	5.152.240	5.071.220
Passivo	20.173.402	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽⁷⁾	20.173.402	-

(1) Operações com vencimento 1 de abril de 2021 (31/12/2016 - operações com vencimento em 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira e operações de crédito.

(2) Operações com vencimentos entre 18 de junho e 24 de setembro de 2018 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre 5 de janeiro e 14 de abril de 2018), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias.

(3) Operações com vencimentos entre 6 de maio de 2021 a 17 de outubro de 2022 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre 30 de janeiro de 2018 a 30 de setembro de 2022), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(4) Operações com vencimentos entre abril de 2018 e dezembro de 2020 (31/12/2017 - operações com vencimento entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020), cujos objetos de "hedge" são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, letras de câmbio - LC e letras financeiras - LF.

(5) Operações com vencimentos entre maio de 2018 a novembro de 2026 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre fevereiro de 2018 a novembro de 2026) e valor atualizado dos instrumentos de R\$17.439.170 (31/12/2017 - R\$16.811.747) onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o "hedge" com as operações de trade finance, cujo objeto de "hedge" são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos e títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias.

(6) Operação com vencimento entre março de 2021 e março de 2023 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre março de 2021 e março de 2023), cujo objeto de "hedge" são Letras Financeiras do Tesouro - LFT, registrados em títulos e valores mobiliários.

(7) Operação com vencimento para janeiro de 2019, cujo objeto de "hedge" são Certificados de Depósitos a Prazo - CDB.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$286.442 (31/12/2017 - crédito R\$116.441) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$106.525 (31/12/2017 - R\$9.342) serão realizados nos próximos doze meses.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

"Hedge" dos Investimentos no Exterior

O Banco Santander reavaliou a estrutura de seu investimento na subsidiária integral em Madri (EFC), pois observou que devido a alteração na estratégia da operação na prática essa subsidiária possui um modelo de negócios onde o Banco possui significativa influência na condução e na tomada de decisões de suas atividades. De acordo com o conceito abordado no IAS 21, a Administração concluiu que a moeda funcional deste investimento passa a ser o Real e, portanto, esta alteração torna-se vigente de forma prospectiva a partir de janeiro de 2017. Adicionalmente, a estrutura de Hedge Accounting de Investimento no exterior que o Banco Santander possuía sobre este investimento foi descontinuada a partir da data de alteração da moeda funcional. Desta forma, a moeda funcional da Santander EFC e a agência Cayman é o Real e as diferenças cambiais das operações que são realizadas em moeda estrangeira são registradas no resultado. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e para ambos os investimentos no exterior o Banco não utiliza Hedge Accounting. As variações cambiais das operações em moeda estrangeira e o efeito dos derivativos utilizados na proteção econômica (contratos futuros) são registrados em resultado.

a.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/03/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.007.883	708.960
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.746.912	4.371.286
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.241.350	1.193.315
Total	8.996.145	6.273.561

a.7) Posição Vendida

Em 31 de março de 2018, o saldo de posições vendidas totalizou R\$33.115.990 (31/12/2017 - R\$32.808.392) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2018.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(9.569)	(162.017)	(324.034)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.068)	(17.582)	(35.163)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(11.049)	(73.103)	(146.207)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.437)	(11.376)	(22.753)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(13.095)	(327.367)	(654.733)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.854)	(9.335)	(18.670)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(3.499)	(67.648)	(135.295)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(9.804)	(245.090)	(490.181)
Total ⁽¹⁾		(55.375)	(913.518)	(1.827.036)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Carteira Banking				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(43.131)	(819.492)	(1.598.010)
Taxa Referencial e TJLP	Exposições sujeitas à variação de cupons de TR e TJLP	(18.532)	(352.104)	(686.602)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(37.038)	(703.729)	(1.372.271)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(15.646)	(297.282)	(579.699)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.837)	(34.896)	(68.048)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(3.154)	(59.918)	(116.840)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(336)	(8.405)	(16.811)
Total ⁽¹⁾		(119.674)	(2.275.826)	(4.438.281)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não é detentor de cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal".

Os fundos gerenciados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	31/03/2018	31/12/2017
Fundos sob gestão	1.774.992	1.747.623
Total	1.774.992	1.747.623

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$35.196.805 e R\$40.459.429, respectivamente.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações consolidadas do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IAS 34, mas estão sendo apresentadas como informações complementares, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IAS 34.

	01/01 a 31/03/2018		01/01 a 31/03/2017	
Receitas com juros e similares	17.041.038		19.123.901	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	3.455.249		3.036.038	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.020.807)		(3.285.397)	
Outras Receitas e Despesas	(1.318.004)		557.937	
Despesas com juros e similares	(7.221.578)		(10.899.863)	
Insumos de Terceiros	(1.625.725)		(1.514.332)	
Material, Energia e Outros	(125.767)		(124.259)	
Serviços de Terceiros	(1.231.682)		(1.190.003)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(62.200)		(42.057)	
Outros	(206.076)		(158.013)	
Valor Adicionado Bruto	7.310.173		7.018.284	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(431.989)		(398.763)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	6.878.184		6.619.521	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	3.377		5.444	
Valor Adicionado Total a Distribuir	6.881.561		6.624.965	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	2.027.479	29,5%	1.906.224	28,8%
Remuneração	1.438.500		1.382.798	
Benefícios	407.750		353.759	
FGTS	108.970		102.362	
Outras	72.259		67.305	
Impostos, Taxas e Contribuições	1.787.889	26,0%	2.510.605	37,9%
Federais	1.575.431		2.508.901	
Estaduais	183		-	
Municipais	212.275		1.704	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	194.517	2,8%	200.323	3,0%
Remuneração de Capitais Próprios	2.871.676	41,7%	2.007.813	30,3%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	600.000		-	
Reinvestimentos de Lucros	2.226.302		1.961.763	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	45.374		46.050	
Total	6.881.561	100,0%	6.624.965	100,0%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de Pessoa Física (em unidades)

Banco Santander (Brasil) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

Data base: 31/03/2018

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾ - CNPJ nº 06.164.067/0001-48	1.107.672.851	29,01	1.019.645.325	27,71	2.127.318.176	28,37
Sterrebeeck BV ⁽¹⁾ - CNPJ nº 09.473.556/0001-70	1.809.583.330	47,39	1.733.643.596	47,11	3.543.226.926	47,25
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964.331	13,67	519.268.168	14,11	1.041.232.499	13,89
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	950.000	0,02	950.000	0,03	1.900.000	0,03
Funcionários	4.010.408	0,11	4.015.096	0,11	8.025.504	0,11
Outros (*)	371.681.439	9,73	399.481.163	10,85	771.162.602	10,27
Total	3.815.862.359	99,93	3.677.003.348	99,92	7.492.865.707	99,92
Ações em Tesouraria	2.832.672	0,07	2.832.672	0,08	5.665.344	0,08
Total	3.818.695.031	100,00	3.679.836.020	100,00	7.498.531.051	100,00
Free Float ⁽²⁾	375.691.847	9,84	403.496.259	10,97	779.188.106	10,39

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros

(*) Inclui membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva que individualmente não detêm 1% ou mais de qualquer classe de ação.

b) Posição dos Controladores, Administradores e ações em circulação (em unidades)

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/03/2018						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	3.439.220.512	90,06	3.272.557.089	88,93	6.711.777.601	89,51
Administradores	4.577.666	0,12	4.577.663	0,12	9.155.329	0,12
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ações em Tesouraria	2.832.672	0,07	2.832.672	0,08	5.665.344	0,08
Outros Acionistas	372.064.181	9,75	399.868.596	10,87	771.932.777	10,29
Total	3.818.695.031	100,00	3.679.836.020	100,00	7.498.531.051	100,00
Ações em Circulação	372.064.181	9,75	399.868.596	10,87	771.932.777	10,29

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar para fins de IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias individuais

A Administração do Banco preparou um conjunto separado de informações contábeis intermediárias individuais para o período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que está apresentado como parte integrante das Informações Trimestrais, sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificação, datado de 24 de abril de 2018.

São Paulo, 24 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias consolidadas

A Administração preparou um conjunto separado de informações contábeis intermediárias consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, que está apresentado como parte integrante das Informações Trimestrais, sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificação, datado de 24 de abril de 2018.

São Paulo, 24 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentações e legislações aplicáveis, bem como as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de Março de 2018:

Diretor Presidente
Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidente Executivos Sêniores
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira
Mário Roberto Opice Leão
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
André de Carvalho Novaes
Cassio Schmitt
Carlos Aguiar Neto
Cassius Schymura
Claudenice Lopes Duarte
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Leopoldo Martinez Cruz
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Malanga
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Robson de Souza Rezende
Rodrigo Cury
Ronaldo Wagner Rondinelli

Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o período encerrado em 31 de março de 2018, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentações e legislações aplicáveis, bem como as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de Março de 2018:

Diretor Presidente
Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidente Executivos Sêniores
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira
Mário Roberto Opice Leão
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
André de Carvalho Novaes
Cassio Schmitt
Carlos Aguiar Neto
Cassius Schymura
Claudenice Lopes Duarte
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Leopoldo Martinez Cruz
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Malanga
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Robson de Souza Rezende

Rodrigo Cury
Ronaldo Wagner Rondinelli
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães